

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

SOFIA THEODORO PREVATTO DA FONSECA

**DA TRADIÇÃO E GUERRA JUSTA: O ARQUÉTIPO DA GUERRA DE DIOGO DO
COUTO**

UBERLÂNDIA
2020

SOFIA THEODORO PREVATTO DA FONSECA

**DA TRADIÇÃO E GUERRA JUSTA: O ARQUÉTIPO DA GUERRA DE DIOGO DO
COUTO**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Marcel Mano

UBERLÂNDIA
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F676d Fonseca, Sofia Theodoro Prevatto da, 1994-
2020 Da tradição e guerra justa [recurso eletrônico] : o arquétipo da Guerra de Diogo do Couto / Sofia Theodoro Prevatto da Fonseca. - 2020.

Orientador: Marcel Mano.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6004>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Mano, Marcel, 1967-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, Ata 5, PPGHI				
Data:	Vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	11812HIS019				
Nome do Discente:	Sofia Theodoro Prevatto da Fonseca				
Título do Trabalho:	DA TRADIÇÃO E GUERRA JUSTA: O ARQUÉTIPO DA GUERRA DE DIOGO DO COUTO				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Política e Imaginário				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Negociações históricas e metamorfoses culturais: redes de contatos e alteridades entre os Jê meridionais				

Reuniu-se na Sala 1H247, Bloco 1H, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **História**, assim composta: Professores Doutores: Mara Regina do Nascimento (UFU), Ana Paula Sena Gomide (UEMG - participou via Skype), Marcel Mano orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr. Marcel Mano, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

27/02/2020

SEI/UFU - 1894801 - Ata de Defesa - Pós-Graduação



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Mano, Presidente**, em 27/02/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mara Regina do Nascimento, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/02/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Sena Gomide, Usuário Externo**, em 27/02/2020, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1894801** e o código CRC **AF0F1C4A**.

Referência: Processo nº 23117.009112/2020-76

SEI nº 1894801

SOFIA THEODORO PREVATTO DA FONSECA

**DA TRADIÇÃO E GUERRA JUSTA: O ARQUÉTIPO DA GUERRA DE DIOGO DO
COUTO**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Marcel Mano

BANCA EXAMINADORA:

Presidente:

Prof. Dr. Marcel Mano (Orientador)
INCIS/ INHIS/Universidade Federal de Uberlândia

1º Examinador:

Prof.^a Dra. Ana Paula Sena Gomide
Universidade Estadual de Minas Gerais

2º Examinador:

Prof.^a Dra. Mara Regina do Nascimento
Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia, 27 de fevereiro de 2020

AGRADECIMENTOS

Nesse agradecimento não cabe o tamanho da gratidão a todas as pessoas, aprendizados e privilégios os quais eu sempre tive em minha vida.

Agradeço a Deus, que me deu força, saúde e muitas oportunidades em toda a minha caminhada. Seu amor e cuidado se estendem por ter me concedido uma família que nunca deixou que nada me faltasse. Obrigada pai e mãe, pela presença, amor e paciência em cada novo passo. Vocês são a minha alegria e ânimo nas horas difíceis.

Obrigada irmão, tios, tias, primos, pela união e ternura em cada volta para casa. Destaco o cuidado do Diego. Obrigada por toda a disponibilidade e preocupação nos anos em Uberlândia. Agradeço sua presença e carinho, essenciais na realização desse trabalho.

Ao orientador desta dissertação, professor Dr. Marcel Mano, toda a minha gratidão por sua atenção e paciência. Seu trabalho sério e afetuoso se transformou em inspiração de pesquisa. Obrigada pela confiança e formação durante estes anos e, principalmente, pela generosidade e acolhimento. Obrigada pelo diálogo produzido no GEPAEHI e pelos grandes amigos pesquisadores que lá estão, especialmente Tayná e Tássita.

Agradeço à Capes pelo auxílio financeiro nos anos do mestrado, o qual me permitiu a dedicação integral às atividades de pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da UFU, professores e funcionários, por toda a receptividade e oportunidades acadêmicas no curso de mestrado. Grata a recepção dos professores que tanto contribuíram à minha pesquisa - em especial à coordenadora Ana Paula Spini, por toda a dedicação e responsabilidade que conduz o programa.

Aos professores Mara Regina do Nascimento e Jean Luiz Neves Abreu, pelas valiosas discussões na qualificação e por nortear o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, agradeço o constante diálogo com a professora Ana Paula Sena Gomide. Seu incentivo, acadêmico e pessoal, desde a UFV, foram essenciais para a minha formação como pesquisadora e para a conclusão deste trabalho. Muito obrigada.

Destaco o apoio do professor Newton Dângelo, pela disponibilização do Núcleo de Pesquisa Populis. Obrigada pela liberdade concedida no espaço.

Também quero ressaltar a presença de professores que me acompanham desde a graduação, Ângelo Assis e Marcus Vinicius. Obrigada pela escuta e generosidade de sempre. Agradeço o diálogo com o grupo de pesquisa liderado pelo professor Rubens Panegassi. Obrigada aos professores da Universidade Federal de Viçosa, presentes em meus pensamentos e na minha formação.

Obrigada ao Programa Dr. Legal, por todo o diálogo e troca de experiências no último ano. Obrigada pela partilha e por me lembrarem o quanto eu amo a licenciatura.

Meu eterno agradecimento aos amigos que, de perto e de longe, são cumplicidade e força. Não caberiam todos os nomes nesse papel e não quero correr o risco de destacar alguém. Obrigada pelo apoio, compreensão, por terem sido escuta, conselho e amor nesse momento de tanta ausência e inconstâncias. Vocês estão no meu coração.

Obrigada Rafael Fachini. Obrigada por ter sido o meu par no decorrer desse mestrado, foi um imenso prazer. Obrigada por abrir sua amizade, sua casa, o carinho da D. Iracema, e todo o conhecimento que possui. Obrigada por ter sido o melhor marido nos hotéis baratos e na aristocracia carioca. Sou agradecida por você ter trazido poesia e arte à minha vida, além de apresentar a melhor medida de café.

Para finalizar, gostaria de dedicar esse momento a minha amada Vó Eza que, com toda a sua simplicidade e ternura, entendia quando tínhamos que sair de casa. Esse é um simples resultado de todo o seu incentivo. A senhora com toda a sua força, caminha comigo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre o Oriente Português. Buscaremos tratar a experiência da colonização portuguesa na Ásia nos primeiros anos do século XVII – anos da decadência do Império no território de Goa – e pensar as motivações, os contatos e, ao mesmo tempo, o fazer político, existentes nessa possessão a partir dos escritos do cronista Diogo do Couto. Analisando a obra *Diálogo do Soldado Prático*, procuraremos perceber o empreendimento da guerra justa se caracterizando e ajustando por meio dos mecanismos de poder e atentando às forças e sociabilidades existentes na experiência ultramar. Assim, desejamos observar o conceito de um modelo ideal em relação a um processo dinâmico da crise ultramarina. Utilizaremos uma perspectiva antropológica e histórica do colonialismo português para compreender os processos históricos e o ajuste do discurso político da guerra.

Palavras- chave: Expansão Marítima; Goa; Diogo do Couto; Guerra justa; Modelo ideal.

ABSTRACT

This dissertation has as objective make a study about the Orient portuguese. We will seek deal with the experience of portuguese colonization in Asia in the early years of XVII century - years of empire decay in Goa's territory – and think about motivations, the contacts and, at the same time, the make politician, existintg in these possession from the chronicler's writings Diogo do Couto. Analising the narrative Diálogo do Soldado Prático, we will search to perceive the fair war enterprise featuring and adjusting through the mechanisms of power and paying attention to the forces and sociabilities existing in the overseas experience. Therefore, we wish to observe the concept of an ideal model about a dynamic process of the crisis.

Keywords: Maritime expansion; Goa; Diogo do Couto; Just war; Political actions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Índia na chegada dos portugueses (séculos XV-XVI)	40
Imagem 2: Mapa da Ilha de Goa, Salsete e Bardez (XVI)	41
Imagem 3: Mapa de Monomotapa no século XVI.....	120
Tabela 1: <i>Primeiro Soldado Prático</i> , tópicos tratados por Couto.....	99
Tabela 2: <i>Segundo Soldado Prático</i> , tópicos tratados por Couto.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1. CONSCIÊNCIA DE UM IMPÉRIO	05
Histórico da consolidação portuguesa na possessão de Goa: território, identidade e projeto político	05
Por alguns conceitos emergentes.....	07
Sobre a colonização do Oriente e de Goa: um breve percurso da consolidação da conquista temporal e espiritual.....	28
Guerra e Império. Afinal o que é a guerra justa?.....	47
CAPÍTULO 2. PROJETO DO REI.....	58
Diogo do Couto, o árbitro do rei.....	58
A Real Academia de Ciências de Lisboa e António Caetano do Amaral.....	78
O <i>Soldado Prático</i> como modelo ideal.....	93
CAPÍTULO 3. UM MODELO DE ANÁLISE DA GUERRA E DECADÊNCIA – PRÁTICA DA ESTRUTURA E ESTRUTURA DA PRÁTICA.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	127

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se desenvolve com o objetivo de entender o conceito de guerra justa como modo estruturante do império ultramarino português a partir de uma reconstrução historiográfica e uma interpretação do *Diálogo do Soldado Prático* escrito pelo cronista Diogo do Couto a partir de suas experiências nas colônias portuguesas do Oriente, mais especificamente, no território de Goa.

A expansão marítima a partir do século XV foi responsável por encontros sociais e culturais e promoveu, por meio da cultura letrada, diferentes noções e representações sobre o Novo Mundo. Por meio de uma gama de documentação, guardada em museus afora, conseguimos mensurar a diversidade da representação imperial existente sob a autoria de medidores do rei que fizeram importante papel, referenciando o seu poder, a sua autoridade e a sua fé. Portanto, é com base nessas formulações políticas e morais do Antigo Regime que se situa este estudo. Essa intensa diversificação e usos da cultura letrada foi para os portugueses um conjunto de inspirações e questões políticas e religiosas, e a tópica da guerra não é opção difícil de ser vista entre os temas, nos escritos e na estrutura do pensamento colonial.

Este estudo tem como foco principal uma análise do modelo ideal do gênero literário de Diogo do Couto (1542-1616), uma de suas tantas produções. Esse tipo de escrita foi produzida por mediadores do Oriente português, a grande maioria eram autores quinhentistas que tinham como objetivo uma elaboração literária direcionada ao período de crise do Império ultramarino, incluindo autores como Luís de Camões (1524-1580) e Gaspar Correia (1490 - 1563) - um elenco de escritores definidos por Maria Leonor García da Cruz como *Fumos da Índia*¹. Aqui, se destaca, Diogo do Couto.

A obra *Diálogo do Soldado Prático*, refeita pelo cronista na primeira metade do século XVII, foi publicada pela Academia de Ciências de Lisboa em 1790. Com base nela, em um primeiro momento, quer-se mostrar como o empreendimento da guerra justa apareceu como uma constante, uma continuidade, desde o período inicial da expansão portuguesa no século XV e, também, na crise da gestão no Oriente em meados do XVII. Essa é a principal questão de investigação e procuraremos refletir sobre essa reconfiguração de guerra por meio da situação histórica de decadência do Império ultramarino.

Entende-se por literatura *decadentista* a produção literária que convergia os temas sobre as vicissitudes do Império. Esse tipo de literatura se baseava, basicamente, nas tópicas,

¹ CRUZ, Maria Leonor García da. **Os “Fumos da Índia” uma leitura crítica da Expansão Portuguesa**. Com uma antologia de textos. Edição Cosmos. Lisboa, 1998.

construídas no século XVI e XVII para se pensar o que significava o bom e o mau governo no humanismo português. Maria Leonor utiliza dessas representações sobre o Império e observa nos discursos políticos a desordem e o descompasso em relação a gesta portuguesa - os grandes “fumos”, na expressão de Afonso de Albuquerque. Ainda em sua concepção, os responsáveis pela política nacional e seus agentes avaliavam os caminhos pelos quais o governo escolhia, mostrando, com maior ou menor profundidade, as facetas da governança e montando um discurso de justificativa e legitimação da política além-mar. Disto, poder-se-ia obter discursos positivos e negativos envolvendo a utilidade de navegação e da política². Assim, Maria Leonor escreve:

No século XVI são particularmente intensas as polémicas tanto no Oriente como no Reino. Neste discute-se e opõem-se os pareceres não só a propósito dos objetivos e do caráter da intervenção portuguesa, seja em África, seja na Índia, como – e cada vez mais – acerca da escolha estratégica de apenas uma das áreas para maior investimento futuro.³

Com esta expressão, Maria Leonor demonstra como a inquietação desse momento histórico deixa transparecer uma grande carga subjetiva sobre a governança monárquica, conferindo uma vivência pessoal e nacional da situação do Oriente nas publicações quinhentistas⁴. Por esse pressuposto, desejamos analisar a apreensão de Diogo do Couto como funcionário do reino, entendedor das articulações e estratégias régias, e como detentor de uma escrita polêmica sobre as mazelas vividas pelo Estado da Índia, o qual produziu sua própria percepção do reino.

Além de militar, Couto faz parte do conjunto de poetas e de historiadores quinhentistas e, por esta razão, ilustramos a importância de sua obra. A documentação tem o recorte temporal e espacial – primeiro e segundo quartel do século XVII – e possui uma narrativa sobre os erros do funcionalismo régio⁵ e como esses estariam ligados ao processo de decadência, especificamente, na região de Goa. Além disso, denuncia as carências e os governantes ineficientes da instituição político-administrativa, a fim de reparar os danos e o sentimento de descontrole que o reino vivia. Assim, sua narrativa será tratada como *arquétipo da colonização*, remetendo uma categoria de análise que traz em si interesses e necessidades, a qual vai muito

² CRUZ, Maria Leonor García da. **Os “Fumos da Índia” uma leitura crítica da Expansão Portuguesa**. Com uma antologia de textos. Edição Cosmos. Lisboa, 1998. p. 11-12.

³ Ibid. p. 69.

⁴ Ibid. p. 12.

⁵ Termo designado para a política do Antigo Regime, a malha político administrativa portuguesa. Cf: HESPANHA, António Manuel. **As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII**. Editora Almedina. São Paulo, 1994.

além de somente do intuito político do autor. Mostraremos isso a partir da compreensão do mediador monárquico que foi Couto e, também, da importância histórica de seu registro para a trajetória lusitana.

Para isso, a dissertação será estruturada em três capítulos. No primeiro, “Consciência de um Império”, retomaremos o contexto da presença portuguesa no Oriente, principalmente, nos pressupostos que formataram o imaginário e o ideal de Conquista do século XV, evidenciando, também, as compreensões da doutrina da Guerra Justa como pressuposto definidor e legitimador dos discursos políticos da Época Moderna. Por isso, a estrutura do capítulo se montará com conceitos que fundamentaram a ancoragem portuguesa no ultramar e, ainda, a cultura letrada que se montou a partir das ações da política e da religião.

No segundo capítulo, “Projeto do Rei”, apresentaremos a fonte principal, sobretudo, na importância de Diogo do Couto como intérprete da colonização. Propomos explicar quem ele foi na conjuntura política, o seu papel como mediador dentro do universo imperial e a sua importância enquanto cronista oficial. Mostraremos, além disso, a partir da ideia de modelo ideal, as maneiras como ele retratou as vicissitudes do Estado da Índia e o envolvimento corrompido do funcionalismo régio que provocaram as mazelas enfrentadas no período de decadência no século XVII.

Esta segunda parte também quer retratar a situação histórica de publicação da obra do *Soldado Prático*, além de demarcar os intelectuais e a instituição responsável pela divulgação do legado de Couto.

No terceiro capítulo, “Um modelo de análise da guerra e decadência – *Prática da estrutura e estrutura da prática*”, utilizando contribuições interdisciplinares da Antropologia e da História, pretendemos mostrar uma perspectiva da história do contato e construir a argumentação da hipótese de que a guerra foi o modo estruturante no Império, assim como a continuidade da guerra tratada na visão coutiana. Aplicaremos uma explicação de como os signos se atualizaram na prática do evento histórico – a guerra atualizada na composição do modelo ideal de Couto – servindo, também, de modo de reprodução, sobretudo, com os indícios vistos no modelo ideal. Mostraremos o conceito da guerra justa ressignificado com os contatos e com a situação de crise do Império ultramarino.

Diante desse objetivo, utilizaremos a metodologia de Carlo Ginzburg e a teoria do paradigma indiciário, a fim de entender, com minúcia, os vestígios da escrita de Couto e conseguir captar as transformações da noção da guerra justa.

Pensando no encontro entre as disciplinas da Antropologia e da História, a fim de construir a argumentação da hipótese de que a guerra foi modo estruturante no Império, utilizaremos, então, as considerações de Marshall Sahlins. Aplicaremos, portanto, a sua síntese, buscando analisar como os signos se atualizaram na prática do evento histórico – a guerra atualizada na composição do modelo ideal do cronista – que também serviu de modo de reprodução, sobretudo, com os indícios que serão alinhados no decorrer da dissertação. É por essa lógica, junto com a interpretação de memória histórica de Jacy Alves de Seixas, que evidenciaremos o conceito da guerra justa e como ele foi ressignificado com os contatos e com a situação de declínio da Índia portuguesa.

CAPÍTULO 1. *CONSCIÊNCIA DE UM IMPÉRIO* ⁶

Histórico da consolidação portuguesa na possessão de Goa: território, identidade e projeto político

Este capítulo busca fazer uma discussão conceitual e contextual da presença dos portugueses no Oriente, mais precisamente, do desenvolvimento da colonização lusitana no território de Goa entre os primeiros anos de conquista, no século XVI. Este primeiro recorte historiográfico compreende o período de formação da intelectualidade na era moderna das novas concepções com a diversidade que, posteriormente, desembocaram nas manifestações de violência do poder político e religioso com a emergência da guerra justa. Faremos uma análise sobre o pensamento por trás do processo expansionista e da guerra, construídos com o nó estreito da conquista espiritual e temporal.

Nesta primeira parte, no primeiro subtítulo deste capítulo, intitulado “*Por alguns conceitos emergentes*”, identificaremos conceitos importantes para o ambiente intelectual e político que se montaram nos finais do século XV, de forma a nos inteirar das categorias sociais e da organização do Antigo Regime. Para isso, utilizou-se de contribuições de historiadores interessados no campo da história das ideias e da história das mentalidades. Abre-se, portanto, a possibilidade de análise do conceito de *domínio* abarcado na proposta teórica da corte durante os agitados séculos XV ao XVII e o uso constante dos conceitos de *identidade* e *nacionalidade*, integrados aos usos e desusos no imaginário de conquista, território e mentalidade da época⁷. E, finalmente, abarcaremos o segundo recorte temporal, em que chegaremos ao conceito de *decadência*, contornando os teóricos do século XVII e, assim, o ambiente histórico de Diogo do Couto.

Esses termos e conceitos, frequentemente debatidos pela historiografia luso-brasileira, têm contribuído para o aumento da variedade de discussões no campo historiográfico das ideias e das preocupações dos estudos ultramarinos de Portugal. Apesar de constituírem um objeto de estudo dinâmico, com frequentes divergências nos debates historiográficos, identificar esses conceitos é tarefa fundamental para compreender o pano de fundo e a operação histórica realizada por tantos pesquisadores clássicos da Época Moderna. O intuito aqui, neste primeiro momento, é o de entender a complexidade e o dinamismo do espaço cultural e político, além de

⁶ Destaca o termo consciência do Império ao ordenamento político, social, cultural e religioso que se fez nos séculos XV ao XVII pelas estruturas e administração portuguesa pelo mundo. Cf: MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

⁷ XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ª Ed. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

demonstrar as concepções desenvolvidas no ambiente intelectual que se montou a partir do encontro no Novo Mundo. A produção cultural humanista que legitimou a atuação e participou ativamente da representação do império em seu ápice, século XV e, depois – em sua “reformulação”, “decadência”, “crise” –, a partir da segunda metade do século XVII.

Os significados desses conceitos e categorias viriam a adquirir influência nos vários recortes temporais e espaciais. Com efeito, os escritos produzidos na época e a decorrente apropriação da cultura letrada por parte das instituições, por exemplo, basearam-se em uma temática bem mais antiga para sustentar a “soberania” e a ideia de “vocação imperial”, como forma de legitimação e de sustentação do ato intervencionista por parte dos Estados nacionais, como visto no estudo de Giuseppe Marcocci. Portanto, foram conceitos e categorias que se referiam à atuação de Portugal na Época Moderna e consolidariam os espaços de tensões e acordos feitos pela intervenção imperial, além de sustentarem as noções de identidade portuguesa e de uma nação forte e civilizadora.

No segundo subtítulo deste capítulo, “*Sobre a colonização do Oriente e de Goa: percurso da consolidação da conquista temporal e espiritual*”, diferentemente do primeiro item, mapearemos os debates historiográficos sobre o estabelecimento português, tomando mão de elementos da cartografia e geografia, procurando entender como esse território tornou-se estratégico e relevante para o reino distante. Trata-se de um mapeamento de importantes historiadores que se dedicaram, sobretudo, à observação do poder imperial nesta possessão, com especial detalhe à região de Goa.

A partir deste item, entende-se a hegemonia do Império no Estado da Índia, caracterizando a presença lusa em um espaço tão heterogêneo e de contato entre universos distintos. Começaremos a pensar a produção do conhecimento histórico e etnográfico a partir do importante papel dos cronistas que, como mediadores do poder real, respondiam ativamente em nome do rei, tal como foi evidenciado na escrita de Diogo do Couto. Também pretende-se interligar as noções de conquista temporal e espiritual em razão de uma malha administrativa tão plural e híbrida como, por exemplo, a participação do clero nas negociações políticas na Ásia e em Portugal, estudado por Marcocci e José Pedro Paiva. Isso revela como o ambiente de guerra sempre esteve presente na escrita, na teorização e na gestão do reino, e como este ambiente confortava as diversas instâncias que fomentavam o reino e suas posses.

O interesse, neste estudo, é posicionar algumas importantes produções luso-brasileiras que se debruçam na temática específica do império em Goa e, ainda, alinhar estes

entendimentos a uma compreensão da ordem social e política que se fez nos discursos e na prática na Goa do último quartel dos Seiscentos – recorte da documentação de Couto.

No terceiro e último subtítulo “*A Guerra e o Império*”, investigaremos o tratamento que o próprio mecanismo da guerra teve em diferentes momentos do poder imperial português. Objetiva-se mostrar o entendimento da guerra justa no cristianismo ortodoxo, as implicações ético-morais e jurídicas da guerra - diante de historiadores que teorizaram as conversões culturais, como Ângela Barreto Xavier, a fim de entender como a guerra justa foi uma constante e fez parte das negociações do clero e do monarca. Trata-se de observar as instâncias eclesiásticas e jurídicas que se posicionaram diante da guerra na região de Goa e que também fizeram parte das questões propostas e da memória do cronista filipino.

Por alguns conceitos emergentes

Pico Della Mirandola, chamou o homem contemporâneo de sua época de o “Homem Camaleão”⁸, uma metáfora do indivíduo moderno que se lançava ao mar, na junção razão/experimentação desejava descobrir “novos mundos”. Existiu, portanto, um momento muito sutil e pulsante na história dos homens que, sob os olhos da divina providência – religião – ultrapassou o imaginário dos mistérios dos mares. Tal questão foi perceptível quando os portugueses se lançaram na política de expansão⁹.

Este é o instante de maior elogio à nação portuguesa, para o qual, sabiamente, Saramago citou: “barca (...) se afasta do porto e aponta ao mar outra vez desconhecido”¹⁰ e, com essa metáfora, mesmo que contemporânea, do rompimento da península ibérica em direção ao oceano, mostra-se o ato inevitável dos portugueses que, a seus próprios olhos, estavam predestinados ao decurso civilizatório. Com esse rompimento, Saramago mostrou uma diferença social dos ibérios em relação aos outros países da Europa: um olhar para fora que os identificava, que construiu sua identidade e, mesmo falando de um contexto contemporâneo, o

⁸ PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. **Discurso sobre a dignidade do homem**. Tradução e introdução de Maria de Lurdes Sirgado Ganho. Lisboa: Edições 70, 2001.

⁹ Ressaltamos que a ideia de projeto político/colonização dialoga com a interpretação de Andrea Doré de que os portugueses não tinham, desde o princípio, um projeto fechado para a colonização, seguindo uma série de fatores contextuais e, sobretudo, a expansão da fé e rotas mercantis. Não se pode compreender, portanto, um projeto fechado de colonização, apenas discursos isolados de fortificação da presença da coroa portuguesa e a exploração das rotas marítimas. O projeto de Couto, veremos, será entendido como um exemplo de infinitas representações e também de uma literatura instrutiva do período moderno. Cf: DORE, Andrea. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 311-339, 2002.

¹⁰ SARAMAGO, José. **A jangada de pedra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.43.

autor destacou a vocação atlântica das nações da ponta do continente¹¹. Dessa forma, era como se o mar e Portugal estivessem destinados um para o outro.

Entre a poesia e a história de *Jangada de Pedra*, é interessante pensarmos o deslocamento da península como anúncio de um novo tempo em que os ibérios, mesclados com outras histórias, estariam se libertando de um passado em uma nova promessa de futuro, tal como, permitindo-nos a liberdade poética, fez-se a relação dos homens e o tempo nas descrições e produções teóricas da história de Portugal.

Dessa forma, uma reflexão sobre os homens e o tempo rompe de maneira ampla com os limites da história positivista do século XIX. Na obra *Apologia da História*¹², Marc Bloch revela uma abordagem histórica como forma de ultrapassar as problemáticas humanas, políticas, culturais e as ideias e, correlacionadas no seu tempo, manifestou-se em novas formas de dominação e fenômenos humanos. Portanto, nesse mesmo viés, as discussões históricas imergem de um quadro renovado ao questionamento das fontes e do conhecimento histórico. Por essa razão, a relação homens/tempo visa-se a partir de observação dos campos da mentalidade, do imaginário e das problemáticas de um universo político-religioso, de tal maneira equacionada nos estudos sobre a historiografia dos impérios ultramarinos.

À Época Moderna, o universo religioso ocupava lugar de destaque na funcionalidade política, cultural e social e, por essa razão, buscar o interesse do religioso na matriz da história das ideias estabelece, para nós, a possibilidade de compreender os discursos traçados por aquele tempo, sem o risco de anacronismos. Os estudos das ideias se desenvolvem, de acordo com Francisco Falcon, utilizando como fonte histórica o conjunto das formas de pensamento¹³. Nesse caso, a amplitude das fontes é extensa e é notável a presença desse tipo de observação por meio do pensamento sistemático, dos movimentos literários, das ideologias, das difusões de ideias e, sobretudo, o que nos interessa, por meio da análise de discurso¹⁴ - esta última, especialmente, servindo de documentação – é a perspectiva intelectual de teólogos da corte no início em função da disparada portuguesa na expansão marítima.

¹¹ GONÇALVES, Isabel Cristina Ramos. **A Península Ibérica se desprende da Europa na Ficção de José Saramago**. In: Letras em foco. Anais da II Semana de Letras, VI Semana de Linguística e Filologia. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.

¹² BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Trad. Armand Colin. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2002.

¹³ FALCON, Francisco. **História das Ideias**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 93.

¹⁴ Ibid. p. 94.

Portanto, dentro do escopo da história das ideias, o interesse em perceber como as redes de sociabilidades, a integração e a socialização, realizadas no âmbito da cultura letrada, direcionam a nossa investigação para pensar como os sentidos do poder se compuseram a partir de uma racionalidade imperial, arquitetando o *modus operandi* do Império ultramar.

A circulação de teorias sobre o Estado, as formulações sobre os limites morais e legítimos de atuação nasceram, a partir do século XV, com uma progressiva bagagem jurídica e teológica nos tópicos cortesãos de portugueses e, também, de outros letrados do universo cortesão europeu. Procedentes da mediação e da experiência no além-mar, eram formulações que carregavam o horizonte pragmático pretendidos pelos discursos de poder e mobilizavam diferentes noções e definições sobre a política imperial. São através destas – das ideias e da linguagem política, religiosa e jurídica utilizadas pelos mediadores – que se caracterizou o perfil da escrita da cultura letrada desde os Quinhentos, do qual faz parte o cronista Diogo do Couto.

Os sentidos e as ideias formuladas pela *literatura político-moral*¹⁵ continham instruções e aconselhamentos para os projetos do rei, traduzidas, posteriormente, por ações imperativas, como os tratados políticos mencionados por Giuseppe Marcocci¹⁶. Inseridas em uma rede de contatos, opiniões e esquemas interpretativos – o gênero de aconselhamento – pertencem ao plano de intenções e demandas convertidas por seus autores que vislumbravam ações por parte da coroa, “É antes uma representação e como tal, é construída a partir do plano dos imaginários”¹⁷.

Por essa razão, os critérios de investigação do discurso político de Couto possuem o pressuposto de que esses discursos continham uma carga intencional, dinâmica e representativa das demandas individuais e coletivas e, sobretudo, faziam parte da cultura de mercês da Época Moderna que, mais a frente, fizeram parte das investidas nacionais das academias europeias. Portanto, e para isso, o estudo de Quentin Skinner nos ajuda a compreender as sutilezas e os riscos que permeiam o campo da história das ideias e dos discursos, particularizando os detalhes e os manuseios políticos em cada época.

O uso de certos conceitos recorrentes da escrita política necessita de cautelosa observação do universo mental do qual esses homens falavam e de que eram intérpretes, já que a ideia de que foi uma representação possui uma linha tênue entre a realidade e a ficção, se comportando como perspectivas muito próximas na cultura letrada daquele tempo. Portanto, só

¹⁵ Conceito sobre a literatura moderna. Cf. ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI e XVII**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 91.

¹⁶ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 23.

¹⁷ ROMEIRO, Adriana. op. cit. p. 91.

serão analisadas, sem o risco de anacronismo, se a base investigativa da história das ideias demonstrar que as práticas e comportamentos naquele tempo eram muito diferentes das que possuímos hoje. Especificamente sobre Couto, os seus textos devem ser colocados em relação às ideias e às ações de seu tempo e analisados sob a dinâmica contextual do século XV e XVI. Essa é a pauta investigativa proposta por Quentin Skinner com o seu método de interpretação histórica.

Sobre essa metodologia, Francisco Falcon, em *Domínios da História*, explica a teorização de Skinner como:

Desenvolvendo sua análise, Skinner sublinha um fato para ele essencial: os conceitos ou as “ideias” não se esgotam de uma vez, (re)conhecido o seu significado, é necessário saber quem os maneja e com quais objetivos, o que só é possível através do (re)conhecimento dos vocabulários políticos e sociais da política da época ou período histórico, a fim de que seja possível situar os “textos” no seu campo específico de “ação” ou de atividade intelectual.¹⁸

Esse enunciado nos é muito caro, já que o estudioso britânico percebeu como a história do pensamento político se porta pelos atos de fala citados no decorrer da história. Para isso, ele construiu, ao longo dos anos 70 e 80, uma metodologia baseada no *contextualismo linguístico*, cujo uso implica na averiguação da diversidade de significados que um acontecimento histórico possui em si. John Pocock – reconhecendo a importância do método – explica que “À medida que os eventos recuam no tempo, ficamos conhecendo as circunstâncias nas quais eles ocorreram, de tal forma que a narração destes se torna mais e mais a narração de contextos capazes de lhes atribuir significados”¹⁹. Por isso, para o estudo de narrativas históricas, as atribuições de significados carregam a importância e o sentido particular a cada narrador e só é possível averiguá-las sem anacronismos, quando se volta e quando se retoma o contexto no qual a narração foi feita. Mas, também, não se pode reduzi-las apenas a uma mera interpretação de seus referidos lugares, mesmo habituados às práticas e aos lugares fortemente hierarquizados²⁰.

Assim – na investigação sobre a base filosófica e metodológica dos tratados discursivos de Maquiavel e Hobbes – o comentador de Skinner, John Pocock, escreve:

Era necessário, Skinner dizia, saber o que o autor estava fazendo: o que ele pretendia fazer (o significado para si) e o que ele tinha conseguido fazer (o significado para os outros). O ato e seu resultado haviam ocorrido em um

¹⁸ FALCON, Francisco. **História das Ideias**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 88.

¹⁹ POCOCK, J.G.A. **Quentin Skinner: a história da política e a política da história**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Topoi, Revista de História, v. 13, n. 25, jul./dez., 2012, p. 193-206.

²⁰ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII**. ICS: Lisboa, 2007, p. 14.

contexto histórico, constituído em primeiro lugar pela linguagem do discurso em que o autor escrevera e fora lido.²¹

Esse pano de fundo tomado como inspiração para o nosso trabalho ao nos ajudar a compreender como as ideias que construíram as concepções dos discursos dos Descobrimientos, fomentadoras de sentidos de intervencionistas do Estado português, estiveram ancoradas na capacidade desse mesmo Estado ter apropriado delas um “consenso”, precisamente a partir dos nortes argumentativos construídos pela historiografia quinhentista e seiscentista. Isso exige da disciplina histórica e, do nosso ofício, sensibilidade no que toca à linguagem, dando a importância para as concepções em uma situação histórica e para a identificação de fenômenos na documentação da época. Ramada Curto explica que o papel da representação ganha muitas conotações na história:

Mesmo que fosse possível chegar à conclusão de que as representações tradicionais – míticas e lendárias – relativas ao conhecimento de outros povos eram em maior número do que as imagens suscitadas pelo recente processo de Expansão – mais próximas de uma suposta realidade ou de práticas e experiências directas – pouco se poderia ser dito a respeito dos usos que lhes atribuíam diferentes significados.²²

Este enfoque, dado sobre uma noção de consenso, de maneira alguma pretende perder de vista a consideração de que o humanismo foi um movimento cultural diversificado e com diferentes tendências temporais, como relembra o professor Rubens Leonardo Panegassi em seu trabalho sobre o movimento humanista em Portugal²³. Pelo contrário, quer-se considerar que, tal como entendido pelo historiador, existiram “constrangimentos” nas estruturas históricas que limitam as ações destes homens.

Em sua análise, estes constrangimentos eram elementos particulares àquela estrutura social, política e cultural, influentes nas condições de escrita desses letrados. Trata-se de um tipo de sociedade hierarquizada com saberes e práticas específicas, com valores particulares ao Estado e à religião. A partir dessas questões particulares, a cultura renascentista cria certos padrões de escrita, certos “consensos”, entendimentos comuns e valores próprios àquela sociedade. Há de se considerar também, como parte de um consenso, a equivalência entre a literatura humanista e a literatura religiosa²⁴, elemento da raiz moral e política da cultura letrada

²¹ POCOCK, J.G.A. op. cit. 2012. p. 197.

²² CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII**. ICS: Lisboa, 2007. p. 23.

²³ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia**. 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

²⁴ PANEGASSI, Rubens Leonardo. op. cit. 2013. p.10.

que norteava o século XVI e XVII, e que refinou as principais reflexões dos acadêmicos do século XVIII.

O contextualismo linguístico serve como metodologia para análise da documentação de Couto, mostrando que ele interpretou a noção de guerra e como ele articulou um modelo de organização do Estado a partir da sua própria experiência no Estado da Índia. Por essa metodologia, a investigação ainda toma conta da parcela de experimentação subjetiva e de como a capacidade criativa de Couto também é parte da criação de suas produções, adequando-as de acordo com as suas intenções e às condições do momento histórico. Por enquanto, as teorias pensadas pelo domínio das ideias servem para caracterizar a emergência de conceitos importantes para o entendimento da escrita e dos discursos, além de indicar como isso se configura na comunicação – *redes de sociabilidades* - entre os agentes ultramarinos, os quais, posteriormente, fizeram parte da demanda literária e histórica das academias portuguesas.

À medida que os ambientes históricos mudavam, as linguagens coexistiam, os atos eram recebidos, compreendidos, contestados, nas intenções e nos contextos²⁵, os *jogos de linguagem* aparecem como forma de legitimação de ações, necessidades sociais, consciência social e cultural. Portanto, cabe pensar que a produção teórica sobre a experiência no ultramar fez parte de uma rede de comunicações, alianças, laços e, nas palavras de Laura de Mello e Souza, constituíam os tentáculos imperiais em grande escala²⁶.

Para tal tendência investigativa, recorreu-se a reconhecidos trabalhos da historiografia revisionista sobre a colonização portuguesa em África, Ásia e América, a qual possui um percurso histórico de complexidade das relações estabelecidas no ultramar, cujos processos imperiais, conforme salientam Laura de Mello e Souza, eram construídos sobre forte relação de dominação e articulação com as diferentes instâncias da administração, vinculadas aos espaços da religião, política, cultura, sociedade e economia²⁷, noções também compartilhadas por Ângela Barreto Xavier que verificou um domínio e uma identidade profundamente ligados à “conversão dos corpos e mentes”²⁸.

Esse campo de investigação vislumbra a pluralidade dos sistemas de poder compreendidos na sociedade do Antigo Regime que, de tal forma, identifica mecanismos

²⁵ POCOCK, J.G.A. **Quentin Skinner: a história da política e a política da história**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Topoi, Revista de História, v. 13, n. 25, jul./dez., 2012, p. 205.

²⁶ MELLO E SOUZA, Laura de. **Política e Administração Colonial. Problemas e Perspectivas**. pp. 63-90. In. MELLO E SOUZA, Laura de. FURTADO, Junia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

²⁷ Ibid. p. 89.

²⁸ XAVIER, Ângela Barreto. **A Invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ª ed. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2015, p. 19.

múltiplos nos quais se incorporavam sujeitos e desejos, favores e fidelidades, de forma geral, e que nestes, ainda, estruturavam-se a mentalidade moderna e suas relações de força. Essa tendência de escrita surgiu por conta do aumento do número de programas de pós-graduação e da necessidade de abertura de temas de pesquisa no ápice dos anos 90 e 2000²⁹, redimensionando a especificidade da Época Moderna, o aprofundamento de novas temáticas e a interlocução de centros intelectuais pelo país.

Assim, na esteira dessa problematização, discussões como a de António Manuel Hespanha, Ronald Raminelli e Laura de Mello e Souza, destacam os desdobramentos de poderes e a pluralidade das experiências vivenciadas nas possessões portuguesas, além do resgate de noções e conceitos da cultura do Antigo Regime que nos são muito caros e que cumprem essa imagem de uma monarquia pluricontinental³⁰, como um imenso mosaico de atuações, concepções e dinâmicas, fundadas em negociações, pactos e controles de territórios³¹. As preocupações desses autores também esbarram nas rupturas e continuidades do fenômeno da identidade portuguesa que se externava de forma correspondente ao longo do processo histórico e nas produções teóricas do humanismo, desde a imagem de glória esplendor até a derrocada da crise imperial, oriunda da leitura decadentista dos orientalistas e cronistas dos Quinhentos, apropriados pelas elites dirigentes nas academias portuguesas.

Os avanços destas pesquisas esboçam as tendências historiográficas que atribuem múltiplas visões para com a complexidade e o significado das relações do Antigo Regime, como lembrado em *O Governo dos Povos*³², resultado dos trabalhos riquíssimos organizados por Laura de Mello e Souza, Júnia Furtado e Maria Fernanda Bicalho – disto deriva a enorme contribuição iniciada por Skinner e o modo como as ideias se transformavam em objeto do historiador. Esse livro conta com um extenso compilado de historiadores e encara a dificuldade de se definir um significado concreto sobre o império português, ou obter uma única perspectiva do Estado português. Na tentativa de reflexão, os estudos priorizam a concepção de

²⁹ MELLO E SOUZA, Laura de. **Política e Administração Colonial. Problemas e Perspectivas**. In. MELLO E SOUZA, Laura de. FURTADO, Junia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 72.

³⁰ O termo “monarquia pluricontinental” pertence à historiadora Ângela Domingues. Cf. DOMINGUES, Ângela. **Museus, colecionismo e viagens científicas em Portugal de finais de Setecentos**. *Asclepio*, 71(2), 2019. p. 271.

³¹ Não se propõe aqui, um aprofundamento no debate historiográfico sobre o *sentido da colonização*, produzidos pelas instituições paulistas e cariocas - apenas quer se marcar a importância das características epistemológicas desenvolvidas a respeito do valor político das relações sociais do Antigo Regime, defendido nos estudos de António Manuel Hespanha, e a oposição por meio do diálogo de Laura de Mello e Souza. A autora, concebeu novas interpretações sobre a produção colonial e o escravismo, remarcando a relação dialética, em detrimento da visão perigosa e generalizada nas interpretações de Hespanha. Cf. SALLES, Wesley Dartagnan. **A quebra do paradigma “Sentido Da Colonização”:** notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos. Almanack, Guarulhos, n. 15, p. 245-293, Apr. 2017.

³² MELLO E SOUZA, Laura de. FURTADO, Junia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). op. cit.

multiplicidade e grandiosidade dos espaços de atuação lusitana, examinando de forma dialética a relação centro-periferia.

Por um lado, muitos estudos tratam as especificidades das relações de forças do império, reconhecendo a vastidão dos dinamismos sociais, políticos e culturais, a conceituação do que se instalou a partir dos Descobrimentos, enquanto fenômeno histórico, e compartilha de alguns esforços comuns no âmbito da historiografia moderna. Inclusive, algumas fundamentações sobre a cultura institucional e jurídica da Época Moderna compartilham de elementos do direito e da teologia para pensarem os contatos e as relações que se desenrolaram, lembradas aqui, por nomes como António Manuel Hespanha e Giuseppe Marcocci. São destas características comuns que se compreendem ressonâncias temporais – tal como o uso da guerra – principalmente no aconselhamento da corte, a qual era produtora de *códigos universalizantes* da religião e da política, como a nação, a identidade e domínio.

Na introdução de *História de Portugal*, Hespanha encara o Antigo Regime como uma gigantesca representação do quadro jurídico e cortesão que estruturava a ordem social e política daquele tempo. Com o olhar deslocado ao direito, o historiador mostra como o pensamento jurídico foi origem de condutas e comportamentos para se montar camadas hierarquizadas da sociedade, feito que também se estabelecia entre a sociedade de letrados – representada pelos juristas, cronistas, escritores do crescente movimento humanista. Na cultura popular, apresentava-se nas distinções do vocabulário e nas relações sociais, os quais representavam o advento das concepções do direito moderno. Pela noção do homem cortesão, os sujeitos iam montando espaços hierárquicos e condicionando as práticas sociais. Com isso, compreende-se que, apesar das ações atribuídas aos diferentes agentes dessa sociedade, como visto nos trabalhos de Laura de Mello, existia também, de acordo com Hespanha e Ramada Curto, formas hegemônicas de dominação, como as bases jurídicas, mas que estavam sujeitas aos diversos e dinâmicos sistemas de comunicação e relação³³.

Essa *normação* ou organização, categoria analítica de Hespanha, se origina a partir do século XV sob a função de gestar as relações públicas e privadas. Esta constituía a perspectiva do poder aliado ao cristianismo e as estruturas eclesiásticas, conduzindo a mentalidade moderna com uma reunião muito particular de concepção do mundo, baseada, sobretudo, pelo *ethos* da cultura letrada e da retórica da nobreza e da fé. O *ethos* luso-cristão na citação de Ângela Barreto

³³ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII**. ICS: Lisboa, 2007. p. 12.

Xavier³⁴, foi o que delineou o fenômeno letrado do *humanismo*, reforçado por Rubens Panegassi como a equidade das letras sagradas e das letras humanas³⁵.

Com efeito, Hespanha compreende que o pensamento jurídico e suas ordenações, concebiam uma tradição normativa traduzida na moral – como a ética secularizada e a virtude – caracterizadoras do poder, interessados, sobretudo, por regularizar as relações do Novo Mundo. Isso era interpretado, principalmente, pelos letrados que compreendiam essas noções e agregavam produções de diversas maneiras, seja em forma de tratados, seja em discursos, e as dispersavam em várias concepções para a sociedade³⁶. Trata-se, portanto, de produções teóricas que reverberavam um horizonte de integração e normatização da sociedade, e detinham representações de ordem social e política. Além disso, dominavam, a partir desses códigos, na mescla do público e privado, e elaboravam as bases morais da cultura letrada. Eram produções que pensavam as diferentes situações e correspondiam às solicitações do governo à distância³⁷:

Nesse sentido, diferentemente dos Estados contemporâneos, as monarquias do Antigo Regime desconheciam a distinção radical entre o público e o privado. As sociedades da época moderna viam-se como corpo místico cuja cabeça era o rei – a ele, por meio da virtude fundamental da justiça, caberia manter o equilíbrio e a ordem social.³⁸

Partilhando dessa cultura institucional e jurídica do Antigo Regime, Hespanha entende que a representação de identidade portuguesa nasceu da mistura desses códigos que, em virtude do religioso e do político, atribuem sentido a predominância desse sentimento nacional e das categorias sociais:

Muito mais para épocas em que a consciência da diversidade dos níveis de agregação social se tornava mais visível, em virtude da predominância de um imaginário que realçava a multiplicidade e autonomia das distintas formas de solidariedade e que distinguia cuidadosamente os correspondentes sentimentos de identidade (de co-pertença). [...] em termos de identidade “nacional”, remete implícita e anacronicamente para o conceito contemporâneo de “nação” em que a imagem de identidade étnica, territorial e política se combina com um sentido de exclusivismo, que implica a impossibilidade da coexistência conflitual de identidades mais ou menos

³⁴ XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015. p. 382.

³⁵ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia**. 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. p. 11.

³⁶ HESPANHA, António Manuel. **A Identidade Portuguesa**. pp. 19-30. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4. 1998. p. 12.

³⁷ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII**. ICS: Lisboa, 2007. p. 11.

³⁸ SILVEIRA, Marco Antonio. **Razão de Estado e colonização: algumas questões conceituais e historiográficas**. Unesp, São Paulo: Revista de História, v. 37, 2018, p. 2.

abrangentes. É o que, hoje, a solidariedade nacional tanto exclui, em nome da plenitude da soberania, solidariedades mais vastas, como consome, em nome da subsunção do particular ao geral, solidariedades menos abrangentes.³⁹

Essa característica apresentada por Hespanha vinha inaugurar uma noção de identidade muito específica no imaginário político moderno. Ela poderia se manifestar em múltiplas faces: identidade católica, identidade do Reino, identidades particulares - resultantes de seus círculos de sociabilidades e temporalidades sortidas. As diferenças entre elas seguiriam os elementos da tradição literária e das conotações políticas dadas pelo momento histórico, revelando-se em sentimentos de pertença, conforme apontavam os esforços teóricos em vigor - ou seja, essas identidades eram diretamente maleáveis ao contexto histórico de Portugal e aos recursos de escrita tomados por seus teóricos.

Contudo, concordando com a pluralidade dos discursos sobre a identidade portuguesa, precisa se levar em consideração a importância da ideia de solidariedade de grupo ou unidade pública alcançada pela categoria explicativa do “consenso” que, de acordo com Carlos Alberto Zeron⁴⁰, teria sido elaborada pela cultura letrada e jurídica incumbida de apresentar a índole nacional e a identidade portuguesa, profundamente atribuída aos objetivos dos estudos e programas das sociedades acadêmicas.

O ponto de partida para pensar a existência de um “consenso” teórico à cultura política deriva do entendimento de Zeron sobre a legitimação da atuação do Estado nas possessões espanholas na América. Nela, se percebe que uma concepção das projeções sobre o *domínio* europeu naqueles territórios partiu de um consenso, de um pacto, de um consentimento e de uma convenção elaboradas teoricamente por estudiosos e juristas da segunda escolástica. No caso português, essa interrogação tem um pano de fundo semelhante ao estudado por Giuseppe Marocci⁴¹ sobre as configurações coloniais e as doutrinas políticas construídas no Antigo Regime. Essa linha de raciocínio, que parte de concepções analíticas fomentadoras das imagens império, sustenta a contínua presença de noções repetidas mediadoras do rei. Além disso, essa perspectiva é, também, sustentada pelos eixos religioso e político, que segundo Laura de Mello e Souza, formaria a base legitimadora, conferindo eficácia na atuação do Antigo Sistema Colonial⁴².

³⁹ Ibid. p. 20.

⁴⁰ ZERON, Carlos Alberto. **A Ocidente do Ocidente: Linhas e Perspectivas de confronto**. Revista de História, São Paulo, n. 170, jan.-jun., 2014, p. 77-106.

⁴¹ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p.10.

⁴² MELLO E SOUZA, Laura de. In: FURTADO, Junia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009 p. 65.

Em chave semelhante, Rubens Panegassi, no estudo sobre as aproximações culturais da alimentação no mundo seiscentista, destaca que o terreno da história dos contatos foi marcado pela possibilidade de apreensão cultural, mas que, apesar disso, possuía um lugar epistemológico de fundamentações e hegemonias próprias. Por isso, alguns comportamentos eram comuns entre esses homens, como o uso comum de noções de identidade, mesmo em vivências dinâmicas e plurais⁴³. Talvez desta compreensão deriva-se o delineamento institucional e jurídico português, formatadora da atmosfera de atuação dos mediadores do reino.

Outra noção de consenso foi feita por Hespanha, refletindo sobre a sociedade de corte e sua atuação nas instâncias do império. Com o texto *Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa*, anexado à organização de *O Governo dos Povos*, o historiador aborda as razões para a decorrência da expansão diante do período de concorrência com outras nações nos séculos XV, XVI e XVII. Para esse exercício, ele adentra à estrutura administrativa e o surgimento de diferentes relações, sejam elas de patrocínio, clientela, negociatas e hierarquias, manifestadas pelos homens em longas distâncias e que produziram as diferentes identidades estatutárias e reunícolas, manifestadas pelos processos de distinção juridicamente institucionalizados e reforçados por práticas sociais espontâneas e interiorizadas, de tal maneira que derrocou a compreensão do que eram os *outros*⁴⁴.

Neste painel, Laura de Mello e Souza observa a participação desses homens com obediência à lógica do poder central, o qual sustentava certa autonomia de atuação em face de fatores e elementos sociais, culturais e políticos locais. Contudo, conforme afirma a autora, os poderes desses homens não se comportavam como concorrência ao poder central, mas como auxílio⁴⁵. E como auxílio é curioso notar as formulações feitas por juristas, letrados, cronistas da erudição moderna⁴⁶, inseridos nos espaços ultramarinos, como veremos na vida de Diogo do Couto.

Esse modelo de dependência mútua entre vassalos e monarcas – que engendrou círculos de sociabilidade e hierarquização, como a nobreza – faz parte da temática de Norbert Elias em

⁴³ PANEGASSI, Rubens. **O mundo universal: alimentação e as aproximações culturais no Novo Mundo ao longo do século XVI**. 2008. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

⁴⁴ HESPANHA, António Manuel. **A Identidade Portuguesa**. pp. 19-30. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4. 1998. p. 25.

⁴⁵ MELLO E SOUZA, Laura de. In: FURTADO, Junia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009 p. 67.

⁴⁶ HESPANHA, António Manuel. op. cit. p. 27.

seu estudo sobre a centralização política no século XV⁴⁷. Sendo uma das maiores referências sobre a dinâmica da sociedade de corte, Elias identifica a existência de funções e consequentes dependências, por meio das quais esse sistema gerou uma rede de comportamentos de submissão e favores. Essa convivência faz parte do organismo cortesão, do estabelecimento de instituições, da atribuição de hierarquias e do consequente apaziguamento das opiniões, característica marcante na lógica da cultura de mercês e favorecimento que articulava as negociações, redes clientelares que assumiam interesses particulares e, também, eram registrados pela geopolítica em que estavam inseridos.

Hespanha alinha as relações materiais e os processos da política de graça e mercê, caracterizada pela lógica reguladora dos pactos já no século XVI, quando o Império ultramarino se formava e que se estendeu pelos séculos seguintes. É por causa do seu entendimento sobre os pactos que o aproximamos do modelo de relações interpretado por Elias. Em *O Governo dos Povos* escreve:

Mas os magistrados não eram senão o topo de toda uma estrutura de funcionários que de bom grado utilizavam os seus cargos em benefício próprios, que usavam do prestígio e funções que lhes eram dados pela dignidade de agentes da coroa quase apenas moeda de troca na frenética economia da graça que fazia marchar e dava coerência a este mundo de Antigo Regime.⁴⁸

O painel analítico construído por ele pressupôs um modelo global de relações coloniais baseado em deveres cruzados de graça e benesses, uma *economia benéfica* que caracterizava o espaço de pactos e que, principalmente, criou um ambiente de dependência mútua no que ele chama de corpo político de obrigações e pretensões políticas, de redes quase contratuais, semelhante à identidade de co-pertença que explicamos acima. Isso envolvia a coroa, os seus funcionários, as instituições locais, repercutindo na constelação de pactos e em um sistema colonial de poderes plurais. Ora, não seria possível entender essas práticas sociais como indícios de consensos e contratos? Não seria possível relacioná-las, assim, à existência dessas redes contratuais, como estudado por Ronald Raminelli em *Nobrezas do Novo Mundo*⁴⁹? Até esse ponto, essas funções mediadoras e contratos eram “equilibrados” por meio de um sentimento

⁴⁷ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2 v. 1993.

⁴⁸ HESPANHA, António Manuel. **Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou revisionismo dos trópicos**. pp. 39-62. In: FURTADO, Junia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009 p. 46.

⁴⁹ RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015

partilhado e híbrido que surgia de pressupostos do Estado português que, invariavelmente, conseguiam atingir as pretensões da identidade e da nação.

Mesmo com o reconhecimento do dinamismo do Império português, assim como todos os seus espaços e agenciamentos, de certa maneira, por meio do consenso e dos pactos, existia uma concepção analítica ou características comuns que eram próprias dos discursos teóricos.

Com a economia da graça desvendada por Hespanha, esses pactos teriam a função de dar legitimidade à conquista e à manutenção das posses tomadas, formando um sistema de comunicação centro – periferia. Esta rede de deveres cruzados – mediadores e coroa, além das instituições locais – teria, segundo o historiador, um pano de fundo de características com um sentimento comum. Por isso, esses pactos eram realizados com a motivação de possuírem um rei único; tal como sua legitimidade, força e destino únicos; sua cidadania comum, com a adoção de uma pátria e identidade política de pertencimento e, por último, a oportunidade de participação política, mostrando, dessa maneira, que os membros ali pertencidos, poderiam usufruir de direitos comuns à época. Por essa razão, é possível pensarmos na persistência de alguns níveis de interação, baseados nas ações e sentimentos identificados nas diferentes regiões do império, desenvolvendo uma condição análoga de comunidade partilhada.

Ancorando-se nessa discussão feita por Hespanha, atribui-se a existência de esquemas e estratégias simbólicas produzidas pelo Estado – o nacionalismo, a soberania, o domínio e até mesmo, fazendo empréstimo de Benedict Anderson, a ideia de comunidade imaginada⁵⁰. Nesse panorama, o historiador finaliza a discussão reconhecendo a existência de uma cultura institucional e jurídica particular à Época Moderna – visa-se às divulgações realizadas pelas academias portuguesas - responsáveis por solucionar os problemas associados ao Reino e à Igreja, elaboradas por uma literatura comum, e a fundamentação de bases jurídicas como visto em Giuseppe Marcocci. E, conforme Hespanha, coube a uma elite que seguia as mesmas estratégias e se reconhecia com os mesmos direitos e deveres, se responsabilizar por construir as vernáculos e as impor, eficazmente, em diferentes espaços imperiais⁵¹.

Da mesma maneira, Maria Helena da Cruz Coelho, no artigo *Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista*, entende esse processo de ajustamento da hierarquia do tempo de D. João I de forma positiva, já que apaziguava os conflitos – por ela chamados de

⁵⁰ Segundo Benedict Anderson, o termo *comunidade imaginada* deriva-se de um processo de solidariedade em comunhão, não pertencente a todos, mas que se rege por princípios importantes, como a língua vernácula, a partir de um centro político definidor, em nosso caso, o Estado português. Cf: ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática. 1989.

⁵¹ HESPANHA, António Manuel. **Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou revisionismo dos trópicos**. pp. 39-62. In: FURTADO, Junia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009 p. 58.

conflitos interestamentais – gerindo uma lógica de mercês particular do mundo moderno que caminhou até séculos à frente:

A sociedade quatrocentista – dado que se encontrava plenamente estruturada hierarquicamente – não era ameaçada por esta abertura, a qual evitava até, em parte, os conflitos interestamentais. Tal hierarquia, existente entre as ordens – descendendo, na mentalidade da época, do clero para a nobreza e desta para o povo – mas, sobremaneira, dentro das ordens, acentua-se ainda mais no século XV.⁵²

Do mesmo modo, a pesquisadora concorda com o surgimento de escritas que obedeciam a essa rede de clientelismo, mediadores do rei – especificamente para a dinastia dos Avis – em benefício do Estado. Assim, ela compreende que o “Serviço de armas e serviço de oração eram suscetíveis de recompensas. Assim também o serviço da lei e da escrita”⁵³.

A assertiva acima é corroborada com o argumento de Giuseppe Marcocci sobre a configuração e as doutrinas do mundo colonial português no decorrer do século XV ao XVII. Em *A Consciência de um Império. Portugal e o seu Mundo*, Marcocci demonstra interesse em desvendar a participação dos teóricos e o uso do aparato ideológico cristão como fomentadores de bases teóricas que ajudavam a resolver os obstáculos morais e jurídicos no vasto império, dentre as diversidades de povos e territórios.

Pensando nos âmbitos espaciais e materiais, o autor mostra que os problemas vinculavam à dimensão jurídica, como o direito de intervir e, também, às formulações da perspectiva religiosa, como o extenso uso das conotações propostas pelas Bulas Papais⁵⁴. Prática esta, que no saber humanista, forneceu subsídios para os procedimentos e as práticas de intervenção e conquista, como verificaremos na escrita do cronista.

Dando atenção às fontes do âmbito jurídico e literário da época, o historiador italiano traça notável panorama de um *ideário português*. Ele alerta para a vocação imperial que se formara a partir de pressupostos característicos da Época Moderna⁵⁵. Essa inclinação imperial nasceu como usufruto das concessões papais e marcou decisivamente a fusão entre a esfera religiosa e a política como vertente ideológica para o império que se constituía. Com isso, o autor demonstra a excessiva dificuldade de abrir mão deste recurso legitimador estendido pela

⁵² COELHO, Maria Helena Cruz. **Clivagens e Equilíbrios da sociedade portuguesa quatrocentista**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo, v.3, n.5, 1998. p. 121.

⁵³ Ibid. p. 121.

⁵⁴ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Introdução.

⁵⁵ Ibid. p.15.

antiga ideia da *respublica christiana*⁵⁶, tal como Hespanha afirma ser a identidade da *respublica christiana* na *História de Portugal*⁵⁷. Com o suporte teórico de Skinner e o contextualismo, em nome dessa Razão de Estado, Diogo do Couto buscou o modelo primitivo da *respublica christiana* e preserva o ideário de vocação imperial, insistindo, com certa “nostalgia”, na prática dos primeiros navegadores, no intuito de inspirar e reverter às mazelas que se via:

SOLDADO: Bofé senhores, que não sei que razões pode haver para que se largar hum Império, que cuidão não há no mundo mayor, e assim em grandeza, jurisdição, e Cidades formosíssimas, como em riquezas, e Christandade, porque ainda que não foa mais que por esta, haviaos os Reys de gastar todos os seus thesouros pela sustentar, porque pode ser por isso lhe sustenta Deos há tantos annos o Reyno de Portugal, e os favorece em todas as mais conquistas que commette, e o tem a elle, e aos seus vassallos postos no cume da roda da fortuna com grande piedade que nisso te usado, e com as maravilhosas façanhas que seus vassallos tem obrado naquele Estado, na conservação e desensão daquela grande Christandade: parece-me senhores, que estais cá mui alheos do que aquillo he, pois sabeis, que por toda a India, desde Sofala até o Japão, há mai de dous milhões de Christãos, afora o grande numero que cada dia sahem das pias do santos Baptismo⁵⁸

Influenciado pelas diretrizes do Direito e da Teologia para o conhecimento da colonização portuguesa, Marcocci percebe, portanto, a religião como vertente da consolidação e manutenção do império ultramarino que, depois, mesclou os diferentes discursos questionadores, seja por parte das nações concorrentes, seja por parte da própria Portugal, a fim de projetar e fixar a imagem do império em escaladas mundiais.

Entre 1530 e 1580, a presença de teólogos e conselheiros acelerou a sólida relação entre Estado e Igreja em um efervescente momento de circulação de ideias, opiniões, esquemas

⁵⁶ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, 533p. Resenha de: PANEGASSI, Rubens. Revista Varia história. Belo Horizonte, v.30 n.52, p. 317-320, jan./abr. 2014.

Bobbio nos explica o que era essa concepção: a concepção universalista da *respublica christiana*, enunciada na teoria e atuada na prática, da parte papal, através da luta das investidas (1057-1122); por ela foram colocadas as premissas para a ruptura irremediável da unidade político-religiosa que ainda regia a vida política do Ocidente. Na verdade — e este é o segundo aspecto — mesmo proclamando o primado do espiritual sobre o político, a fim de solidificar mais seu próprio primado, de fato, o Papa reconhecia a autonomia, pelo menos potencial, da política e oferecia o terreno em que poderiam sediar-se, mover-se, fortalecer-se e enfim prevalecer os interesses temporais que brotam das novas relações econômicas e sociais. Cf: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I**. BOBBIO, Norberto; MATETEUCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998, p. 426.

⁵⁷ HESPANHA, António Manuel. **A Identidade Portuguesa**. pp. 19-30. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4. 1998. p. 20.

⁵⁸ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 150.

interpretativos e polêmicas sobre a dimensão do imperialismo e a projeção de normas e procedimentos que visavam a definição jurídica do governo e suas novas posses⁵⁹. Assim, chama atenção o abundante surgimento de teorias e de práticas políticas que moldaram aquilo que se entende por nível da consciencialização e que marcou, como verificaremos, a postura e o exercício literário das academias europeias:

O ângulo pelo qual entendo considerar a história da cultura imperial portuguesa é o da peculiar perspectiva da “consciência”, entendida numa dupla acepção: a da maturação de uma difundida consciencialização da relação imperial instaurada pelos europeus com os mundos novos dos descobrimentos, mas também aquela que remete para a esfera ético-jurídica do foro interior, como foi delineada pelo Direito Canónico e pela abundante literatura produzida nas sumas de casos de consciência da baixa Idade Média.⁶⁰

Este arranjo teórico pensado por Marcocci alinha a arte da retórica proveniente das instituições políticas da Antiguidade e a tópica greco-romana. Tinham, pois, o comum costume de interligar as especificidades do contexto europeu a esses textos clássicos, servindo de ferramenta para os textos laudatórios e literários do século XVI, almejando sempre uma postura e um modelo para o Estado nacional português⁶¹. Assim, fez-se o movimento do *humanismo* no século XIV e com forte atuação no XV:

Com efeito, a especificidade do humanismo português encontra-se profundamente atrelada à experiência dos descobrimentos. Desse modo, se por um lado isso facilita a compreensão da dimensão experiencial desse movimento em terras lusas, por outro lado, verifica-se que ressonância da expansão marítima no âmbito da cultura letrada marca profundamente a construção da memória das virtudes que orientaram as atitudes dos portugueses nesse momento histórico, além de dar a tônica, também, ao projeto de poder das monarquias envolvidas nessa política.⁶²

As formulações do período, compreendiam o modelo político inspirado na Antiguidade, em que os portugueses se viam como desenho providencialista prontos para levar o legado da antiga grandeza do Império Romano. Somavam-se, também, teorias milenares da conversão

⁵⁹ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 23.

⁶⁰ Ibid. p. 24.

⁶¹ PAES, Maria Paula Dias Couto. **De Romatinas a Christianitas: o Humanismo à portuguesa e as visões sobre o reinado de Dom João III, O Piedoso**. Revista Varia história. Belo Horizonte, v.23, n.38: p. 500-514. Julho/Dez. 2007.

⁶² PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia**. 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, p. 10.

dos pecadores e da mentalidade móvel, oferecendo uma profunda conexão com o expansionismo e com os humanistas:

Aquele desenho de exaltação do carácter triunfante e eterno de Roma era o resultado de um clima cultural promovido por humanistas e conhecedores do passado, que, desde meados de Quatrocentos, tinham associado a restauração do legado da Antiguidade à afirmação do primado papal.⁶³

Segundo Marcocci, foi no reinado de D. João III (1521-1557) que o imaginário do império recebeu especial atenção com o grande crescimento de composições e instruções ligadas ao rei, de forma que, com reciprocidade, o monarca encontrou a tutela da consciência do Estado. Assim, essa idealização propunha o anúncio de Portugal perante as nações concorrentes, manifestando a experiência expansionista dos primeiros contatos com outros povos, característica da modernidade europeia e da representação compartilhada pelo movimento humanista. Esses primeiros escritos do movimento humanista, veremos, foi a base de inspiração e a fonte que constitui os programas e o pragmatismo das instituições europeias, tornando base para o pensamento ilustrado em Portugal no XVIII.

Desenvolvia-se, também, a concepção da identidade nacional. Hespanha elucida que a identidade do topo – a identidade cristã portuguesa – fez-se reproduzida em diferentes mecanismos monárquicos e, principalmente, na recusa deste *outro* com base na comunidade cristã que procura a limpeza do sangue, no movimento das Cruzadas e na aversão ao mouro. A legitimidade do reino descrita pelo humanismo seiscentista carrega consigo o temor da monarquia dual e, mais uma vez, retoma os argumentos da identidade cristã vinculada à superação dos povos bíblicos – gregos e romanos – de tal forma a fazer-se merecedores da vocação imperial⁶⁴.

Ângela Barreto Xavier, por exemplo, menciona alguns efeitos pragmáticos da monarquia nos territórios de Goa no século XVI, tais como a conversão das almas provocadas pelo projeto missionário na região que moldaram a estratégia de hierarquias sociais e políticas do *outro* naquele momento e para aquela política:

Para muitos, pertencer à nação portuguesa não se subsumiria apenas ao *ius sanguinis*, à *gens*, à linhagem de sangue – embora a pureza do sangue português constituísse, efetivamente, uma condição essencial e cada vez mais importante. Pertencer à nação portuguesa implicava vários elementos de

⁶³ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 89.

⁶⁴ HESPANHA, António Manuel. **A Identidade Portuguesa**. pp. 19-30. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4. 1998. p. 21.

distinção: a competência linguística, a antiguidade na religião, o lugar de nascimento, a cor, a capacidade intelectual. Era essa a combinação que justificaria que fossem os portugueses a continuar a exercer os ofícios da governança imperial e local, e a manutenção da relação entre colonizador e colonizado nos seus moldes iniciais.⁶⁵

A imagem dessa Portugal conferida pelos letrados era, sobretudo, um artifício literário com finalidades próprias e com marcação em níveis pragmáticos. Segundo Rafaella Ferreira de Souza, sobre a emergência do humanismo e formulações próprias da literatura intervencionista, estas eram tidas espelhos do príncipe⁶⁶:

Portanto, a palavra já existia na época medieva, pois se referia aos *studia humanitatis*, isto é, às disciplinas lecionadas nas universidades, como a Retórica. Enquanto o humanismo é um termo “de uso relativamente recente, sendo desconhecido dos autores que viveram aos limites históricos do humanismo *stricto sensu*, ou seja, foi cunhado pelos estudiosos do período posteriormente, o que explica a diversidade de acepções ou utilizações do termo. A definição do humanismo depende, portanto, intrinsecamente da forma como o pesquisador observa o contexto histórico, suas características em cada lugar em que se desenvolveu e como essas características se apresentaram nas obras produzidas ao longo do tempo⁶⁷

Esse raciocínio, metodologicamente derivado da história das ideias, identifica os espaços específicos que cada sujeito ocupa enquanto agente influenciador que escreveu para e em um contexto particular, tal como se pode aplicar aos diversos escritos encomendados a Diogo do Couto em seu período como cronista oficial da Ásia portuguesa. Dessa maneira, é possível pensarmos que Couto se inscreve em uma corrente de pensadores e historiadores sobre o momento histórico de Portugal nos anos de 1500, pertencente à tradição de escrita mostrada em Marcocci e, ainda, por Rafaella Ferreira de Souza, articulando a escrita civilizadora dos Avis:

[...] contudo, ainda que não possamos forçar rótulos, “humanista” ou qualquer outro, não podemos também isolar essa rica produção literária, esquecendo-nos que ela faz parte de um conjunto na literatura europeia medieval e também de um continuum dentro da literatura portuguesa medieval⁶⁸

⁶⁵ XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015 p. 396.

⁶⁶ O espelho de príncipe é uma categoria literária que pretendia, da mesma maneira que os manuais de conduta, fixar as bases e aconselhamentos direcionados à formação do príncipe. Sistematiza os rituais, os códigos socializantes, as instruções para o príncipe. Cf: BUESCO, Ana Isabel. **Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)**. Lisboa: Cosmos, 1996.

⁶⁷ FERREIRA DE SOUSA, Rafaella Caroline Azevedo. **O rei, os poderes e a literatura: virtudes e pecados na prosa civilizadora de D. Duarte e D. Pedro (Portugal – sécs. XIV e XV)**. 2013. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, p. 17.

⁶⁸ Ibid. p. 21

Ademais, não é nosso interesse debruçar-se com grande detalhamento sob o estudo de Marcocci e nem de Rafaella Souza, já que ambos aparecerão no decorrer deste trabalho, mas o que importa é marcar a maneira como eles analisam a função dessa elite intelectual na propagação da imagem que se fez do império a partir das narrativas dos letrados frente à diversidade e legitimidade necessária no período, uma vez que eles disseminavam as concepções dos poderes da monarquia católica e absolutista do Portugal seiscentista.

Somado à intencionalidade, nota-se a responsabilidade destes letrados em propagar uma memória coletiva reafirmada na centralização régia e suas instâncias de domínio. Sobre isso, diz Rubens Panegassi sobre a brilhante influência histórica de João de Barros – cronista da Ásia e antecessor de Couto:

Com efeito, a memória, em sua dimensão coletiva, tem sido posta em jogo, historicamente, na luta das forças sociais pelo poder [...] e no embate sobre os sentidos do passado, é possível compreender a construção da figura desse autor no âmbito de uma carreira individualizada e a serviço do rei [...].⁶⁹

Portanto, a definição de atuação dessa literatura depende muito do contexto no qual ela está inserida e das características espaciais e temporais ali existentes, o que de tal forma iremos perceber em nossa fonte principal, já que compreende a produção de um humanista em um contexto muito particular do declínio dos portugueses no Oriente.

Pautados em uma tradição de valores e ética cristãs, os artifícios seriam distribuídos pelo Estado, mas tomariam formatos amparados por essa consciência e pela possibilidade interpretativa de consenso. Além disso, visando a ideia de que esses escritos tinham o objetivo de intervenção para o Estado, conseguimos pensar a análise desse fenômeno – dos escritos – que ultrapassam o campo das ideias e atingem a dimensão pragmática, como exemplo, o constante uso da violência como artifício de conquista espiritual⁷⁰. Isso é apresentado pelo professor Rubens Panegassi como complementariedade entre o que se elabora no âmbito das ideias e o que ultrapassa para as práticas morais⁷¹, e essa será uma observação metodológica por meio da qual se trabalhará, nos capítulos seguintes, a noção da guerra.

⁶⁹ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia**. 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. p. 24.

⁷⁰ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **MARCOCCI, Giuseppe. A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, 533p. [Resenha]. p. 319.

⁷¹ Ibid. p.319.

Apenas como um elo para esse pensamento inicial, esses conceitos emergentes adquiriram significados no que se caracteriza – utilizando a expressão de Pedro Cardim – uma “entidade do reino”⁷², na qual este mundo real partiria de uma reflexão intelectual e racional. Em face dela, as ações do Estado enraizavam-se em noções de *identidade* que compunham a ordenação da estrutura do império. Apesar de possuir um corpus político, social e cultural muito diversificado a depender do momento e das circunstâncias, a retórica sempre se fazia no intuito de justificar a *dominação*. Seja no momento inicial da expansão ou no momento de *decadência*, estes conceitos se repetiam e se ressignificavam no decorrer das linguagens e das representações dos teóricos. Considerando isso, este exercício sustenta as discussões que nos ajudam a entender a hipótese da guerra ressignificada como meio de continuação política por outros moldes nos primeiros anos de século XVII.

Conclui assim, Charles Boxer, sobre o desenrolar do império marítimo português durante seus séculos de glória até a sua decadência:

Quando a crença de que era o povo escolhido por Deus para a expansão da fé foi reforçada pela popularização da lenda de Ourique e pelas correntes sebastianistas e messiânicas posteriores, o resultado foi um nacionalismo de *durabilidade* e firmeza excepcionais. Esse nacionalismo exaltado ajuda a explicar por que os portugueses conseguiram manter uma parte tão grande de seu precário império marítimo por tanto tempo, e por que se mostram tão relutantes em renunciar a qualquer parcela dele hoje em dia, tanto em relação às colônias economicamente viáveis (Angola, Moçambique) como às outras (Goa, Guiné).⁷³

Quanto ao momento de reordenação imperial, o resultado da consciência da identidade foi marcado pelo abatimento e desilusão. Hespanha situa que, entre os anos de 1750 a 1777, no reinado de D. José, Portugal se assinala no “princípio do fim”, caracterizando uma série de concepções e práticas políticas centralizadoras da Ilustração representada, sobretudo, por projetos políticos anteriores, por volta de 1620, de nomes como conde duque de Olivares, conde Castello Menor e, depois, o conhecido Pombal. Nesses projetos, segundo Hespanha, existe uma formulação de ruptura que visa modelos novos para a malha administrativa⁷⁴.

⁷² CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política no Portugal do antigo regime**. Lisboa: Edição Cosmos, 1998. p. passim.

⁷³ BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português 1415 – 1825**. Trad. Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 389.

⁷⁴ HESPANHA, António Manuel. **A Identidade Portuguesa**. pp. 19-30. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4. 1998. p. 10.

O sentimento de desestabilização aparece na literatura de declínio a partir dos Seiscentos e mostrou um profundo movimento de reflexão sobre as responsabilidades desse infeliz percurso, chamadas, por Adriana Romeiro, de partidários de uma compreensão *organicista da República*⁷⁵. Assim, no século XVII e XVIII, situou-se a partir de uma literatura de desagrado da gesta portuguesa e dos rumos que o Império estava tomando, caracterizada, sobretudo, por um tipo de escrita que conectava a moral e a política.

Em *A ideia de decadência e de reforma*, Hespanha aborda o afastamento dos costumes relacionados à constituição portuguesa guerreira, austera e bucólica. Ele explica que para os letrados da época, os portugueses tinham sucesso em seu empreendimento devido ao seu uso da terra, a austeridade na compostura e no trajar e nas virtudes militares. Entretanto, com a sede mercantil, a adoção de costumes estrangeiros, a atitude cortesã e com o desejo ao luxo e a urbanidade, chegou-se à decadência⁷⁶.

Entretanto, essa é umas das interpretações da derrocada da crise. O tema da decadência foi traçado por muitos escritos da época e, em particular, foi objeto de escrita de Diogo do Couto. O que se concorda pela historiografia foi a ocorrência de certa dissolução da identidade e o tema recorrente para se pensar o “bom governo” e o “mau governo”, na esperança de que, utilizando modelos e arquétipos, surgisse a possibilidade da recuperação de vicissitudes no além- mar. Escreve António Caetano do Amaral sobre essa característica coutiana:

Formado nesta escola o nosso Couto, não só bebeo desde os primeiros annos aquellas idéas, mas até nutrio em si a inclinação, e o espirito guerreiro, ao qual satisfez logo que a morte de seu pai, e de seu amo o Infante D. Luiz, desmanchou outros projectos, que a favor dele tinhão: alistou-se na milícia Indiana, que então era o alvo de todo o Portuguez que queria pelas armas ganhar nome glorioso. E aqui encontramos já o ponto de vista, em que ele se achava a respeito do Estado da Índia. Tem por huma empreza justa, e legítima tirarem os Portuguezes das producções da Asia hum fundo de riqueza para o Estado à força das armas. Nesta hypothese não pode ter por vicio as violências, com que se procure sustentar aquella primeira violência: se neste, ou naquele projecto militar houve temeridade, com tanto que fosse bem sucedido, passa por despejo e valentia, se no calor da ação houve sobeja crueza, não se representa tal aos olhos de um guerreiro. Não são pois estes vícios os que Couto há de notar como destructivos da feliz forte da India.⁷⁷

⁷⁵ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI e XVII**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 169.

⁷⁶ HESPANHA, António Manuel. **A Identidade Portuguesa**. pp. 19-30. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). op. cit. p. 29.

⁷⁷ AMARAL, António Caetano. In: COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 15.

Assim, os mediadores do rei procuravam escrever sobre o restabelecimento da compostura portuguesa que, segundo Ângela Barreto Xavier, propiciou a efervescência de teorizações que pensavam uma reformulação daquelas experiências imperiais e realizava profundas denúncias com relação ao comportamento dos seus.

Existia, de acordo com Hespanha, uma ideia de dissolução da identidade natural e isso não era uma situação histórica profícua. A documentação de Diogo do Couto mostrará sua perspectiva e sua *consciência política* desse período.

Sobre a colonização do Oriente e de Goa: um breve percurso da consolidação da conquista temporal e espiritual

Quando Vasco da Gama retornou a Lisboa em abril de 1499, e exibiu, diante do rei Manuel II, as preciosidades que trouxera consigo consta que o rei, após breve reflexão, tenha afirmado, “*Ao que parece, não fomos nós que os descobrimos e sim, eles que nos descobriram*”.⁷⁸

Assim se referiu Anthony Padgen ao sentimento de surpresa na derrocada das primeiras formações imperiais da História em suas experiências com o além-mar. Com ela, o autor indica a complexidade que foi o “feito heroico” português e da vontade de potência que, a partir de 1422, fez com que D. Henrique ordenasse as primeiras tentativas de passagem pelo cabo Bojador⁷⁹. E, assim, fizeram seus sucessores.

O projeto político de expansão de Portugal, como vimos, baseou-se, sobretudo, na confiança da *vocação imperial* presente no imaginário lusitano. Por isso, faz-se oportuno um esforço analítico sobre o significado dessa vocação nesse subcapítulo. Por meio dela, marcou-se a amplitude das relações de poder e das ações promovidas para a conformação da coroa com a cruz, os esforços intelectuais do humanismo, o impacto da experiência com a diversidade na cultura letrada e, também, o uso de dispositivos institucionais, como as Bulas Papais.

A aliança do poder político com o poder religioso construiu estruturas alimentadas pelo *ethos* da religião e da guerra, apoiados pela circulação de ideias e saberes da *revolução das letras*⁸⁰, investida pelos letrados da corte. Portugal, enquanto país periférico da cristandade,

⁷⁸ PADGEN, Anthony. **Povos e Impérios: uma história de migrações e conquistas – Da Grécia até a atualidade**. Trad. Marta Miranda O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 86.

⁷⁹ COSTA, João Paulo; RODRIGUES, José Damião & OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera Livros, 2014, p. 48.

⁸⁰ O conceito analítico de *revolução das letras* pertence ao estudo de Rubens Leonardo Panegassi. Cf: PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia**. 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. passim.

nutriu-se do mar e da responsabilidade do confronto com o Islão⁸¹, de modo que sustentou a vontade de príncipes medievais, até os grandes feitos da regência de D. João I (1385-1433). A expansão marítima portuguesa esteve fundamentalmente intencionada na luta contra os mouros, e extensamente debatida nas reuniões dos acadêmicos de todo o Império.

Na fronteira tênue da convicção religiosa e da necessidade de recursos materiais, Portugal motivou seu reino, já independente, pelo ideal da *Reconquista* e incitou a navegação na costa do Mediterrâneo. O termo *Reconquista* é pensado aqui como propósito da empresa militar que se associou às argumentações religiosas e possibilitou o sentido e coesão necessários para a expansão⁸².

Dessa necessidade, destaca, João Paulo Costa, que o percurso histórico do país periférico, cristão e marítimo, ligou-se, sobretudo, a uma íntima relação com o oceano, elegendo-o como elemento da própria identidade portuguesa⁸³. Por esta razão, percebe-se uma vasta literatura sobre a extensão curiosa dos mares, as representações de monstros, seres fantásticos e a existência de outros reinos e civilizações, tal como o glorioso reino cristão do Preste João.

O Preste João surgiu no imaginário mitológico português como um lendário soberano que possuía um reino que ocuparia a faixa de Marrocos até o mar Negro, bem próximo dos limites islâmicos. Como rei-sacerdote cristão, suposta e esperançosamente, o seu encontro seria marcado por uma parceria promissora. Os navegadores portugueses conseguiriam, através desta união, um lugar de encontro e apoio para a luta contra os mouros⁸⁴. Essa lenda fomentou um importante apelo político para a edificação do espírito cruzadista português e o impulso para os investimentos e expectativas de D. Henrique, sempre amparado pelo fundamento da guerra santa e as reivindicações do caráter providencial das guerras contra não cristãos de uma herança que remontava o processo de Reconquista⁸⁵. Nesse momento, o *ideal mercantilista* e o *messianismo* se conjugavam e se adaptavam mutuamente⁸⁶.

⁸¹ Ibid. p. 19.

⁸² O aprofundamento do conceito de *Reconquista* e seus usos na historiografia: Cf. PORTELA, Ludmila N Santos. **A reconquista como mito unificador: a legitimidade da coroa cristã castelhana na baixa idade média**. VI Congresso Internacional Ufes/Paris-Est. Culturas Políticas e Conflitos sociais. Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est. 2017.

⁸³ Ibid. p. 19.

⁸⁴ BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português 1415 – 1825**. Trad. Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 35.

⁸⁵ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012p. 47.

⁸⁶ SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e econômica**. Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. 1ªEd. Lisboa: Difel, 1993. p. 63.

Charles Boxer em *O Império Marítimo Português 1415-1825*, demonstra que as recorrentes expedições de Cruzada, no caso português, dirigiam-se contra os muçulmanos do Marrocos e que, após a Tomada de Ceuta em 1415, os cruzados somavam suas intenções religiosas às motivações econômicas e estratégias daquele novo território, local de portos do comércio transaariano⁸⁷. Estar nesta jurisdição facilitou a identificação de caminhos do alto Níger e do Senegal e propiciou aos portugueses vínculos pessoais e materiais para expandirem. Segundo João Paulo da Costa, existem muitos registros históricos e fontes que mostram as receitas avultadas e o ouro conquistado para a Casa de Viseu, promovendo o enobrecimento e enriquecimento de D. Henrique e da sua Ordem.

Ceuta, por volta de 1418, cumpriu função de base de apoio para as navegações da costa portuguesa e, por conta desse feito, D. Henrique foi nomeado articulador geral da Ordem de Cristo. Esse título nos ajuda a compreender a amplitude de influência do Infante e de sua Casa, e sublinha um significado espiritual que Ceuta simbolizou para as ambições portuguesas⁸⁸, principalmente porque encorajou a articulação expansionista frente às outras nações, mas, sobretudo, provocou a ânsia nos viajantes pelas riquezas e comércio.

O alcance das discussões sobre os episódios que se sucederam às primeiras conquistas é muito maior do que é tratado aqui e constitui temática visitada por importantes pesquisadores. Por essa razão, dever-se-ia realizar um esforço singular de articulação. Contudo, cabe aqui identificar como o ideal de Cruzada e as expedições desenvolvidas por esse objetivo, podiam e deviam difundirem-se pela África e em seguida pela Ásia. O ideal cruzadista mantinha, assim, a expansão portuguesa com um nível geoestratégico e ideológico da luta contra os mouros e a obtenção de riqueza para o seu próprio reino⁸⁹. É com base nessa lógica que se analisa historicamente a *Reconquista*, período durante o qual a comunhão das esferas religiosa e política deu-se à aplicabilidade das Bulas Papais:

As bulas pontificias consistem em documentos que refletem com intensidade o delicado equilíbrio entre comércio, guerra e pregação, além de representarem o pilar da fundamentação teológica e jurídica da expansão portuguesa. As reflexões sobre a relação entre poder e catolicismo no início da Idade Moderna revelam como seria inadequado separar o aspecto militar, comercial e religioso da expansão portuguesa. Torna-se elucidativa a

⁸⁷ Ibid. p. 35.

⁸⁸ COSTA, João Paulo; RODRIGUES, José Damião & OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera Livros, 2014. p. 36.

⁸⁹ Ibid. p. 23.

recordação dos títulos das quatro principais crônicas religiosas do Oriente, onde *conquista* pressupõe *evangelização*, e esta subentende a *conquista*.⁹⁰

Sem dúvida, ao tomarem para si a consciência imperial, através do entrelaçamento entre as motivações políticas e religiosas, com o auxílio de uma cultura letrada que se dispunha ao serviço do Reino, forjou-se o ideário da guerra santa como um artifício de grande eficiência e justiça e que, conforme mostraremos, foi estruturalmente mencionado em Couto. O empreendimento português tinha pessoas religiosamente motivadas, mas que também possuíam uma desenvoltura entusiasmada para o mercantilismo⁹¹. Por isso, direta ou indiretamente, a ideia de vocação imperial e o cunho religioso da guerra são mencionados e revisitados por diversos documentos da época e acionados pela retórica, tal como no caso das concessões papais.

Desde o século XIV, havia um reconhecimento diplomático e político por parte da Igreja para que Portugal se estendesse por outros lugares em nome da cristandade⁹². A definição de *cristandade* parte do princípio de um sistema único de poder e legitimação do Estado e da Igreja, propiciando o comando destas duas instituições na sociedade e suas instâncias⁹³, características especiais dos mecanismos do Antigo Regime. Foi assim desde a bula *Gaudemus et exultamus*, promulgada pelo papa Bento XII em 1341, que permitiu que a Coroa portuguesa tivesse o direito de conquista do reino de Fez⁹⁴.

Neste trecho da obra de Couto, evidencia que o estatuto da cristandade criava espaço para a definição do seu ideal de conquista que, naquela altura, o cronista observava em decadência:

DESPACH: Tudo o que dissestes são duras verdades, e bem entendemos que tudo se acabara, se nosso Senhor não tivera postos os olhos de sua Misericórdia em tão sumptuosos Templos, e em tantos religiosos virtuosos, e em tantos innocentes, e sobretudo na piedade, zelo e Cristandade dos nosso

⁹⁰ FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. 2008. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, p. 78.

⁹¹ SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e econômica**. Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. 1ªEd. Lisboa: Difel, 1993. p. 70

⁹² Ibid. p. 27.

⁹³ FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. 2008. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. p. 73.

⁹⁴ A região era compreendida como o território do Marrocos, o reino de Fez estava na rota de navegação e conquista dos portugueses. Também foi a região de Tanger que, em 1437, destaca João Paulo Costa, ocorreu a infeliz expedição do Infante D. Henrique, conhecida como o fracasso de Tanger que resultou no aprisionamento e morte do seu irmão D. Fernando, no reino vizinho e pelas mãos de mouros. Cf. COSTA, João Paulo; RODRIGUES, José Damiano & OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera Livros, 2014 p. 42

Reys, que em todas as Religiões mandam encomendar seus Estados a Deus Nosso Senhor, e nem por muitas que sejam as cobiças e peccados há de permitir que seus Templos, em que tantas vezes de dia e de noite seu santo Nome louvam, se convertam em nefandíssimas mesquitas do torpe Mafamede⁹⁵, onde seja outras tantas na hora vituperado⁹⁶

Importante ressaltarmos que nesse momento, antes do uso renovado da tradição cronista realizado pelos acadêmicos portugueses, sobretudo, pelos conselheiros da Academia Real de História Portuguesa no século XVIII, as bulas papais engendraram e legitimavam a soberania nacional e a extensão do poderio político para os portugueses.

Analisando o desenrolar no tempo e espaço, após a travessia e o regresso de Gil Eanes pelo cabo do Bojador, em 1434, região até então marcada como o limite dos conhecimentos do Velho Mundo, surgiu um novo momento e dinâmica para os Descobrimentos. Por conta desse feito, a cristandade colocou-se de forma mais acentuada nas regulamentações e fiscalizações, principalmente após o documento do Papa Eugénio IV, em 1443, intitulado *Etsi suscepti*, que confiava a Ordem de Cristo, herdeira da extinta Ordem dos Cavaleiros de Cristo, à tutela espiritual das terras posteriormente encontradas e atribuía responsabilidades de intervenção à Coroa portuguesa⁹⁷. Começava, dessa forma, a fomentar o funcionalismo régio.

A imagem da união entre a Cruz e a Coroa permaneceu precisa para perceber a arquitetura que se fez no império português, visto que as aspirações do rei eram repassadas como petições ao papado. Os requerimentos eram escritos em formas de concessões, bulas, que reconheciam os compromissos da Igreja e da monarquia, instituindo competências aos homens nos territórios conquistados que, escolhidos para o serviço ao rei, tinham – entre as diferentes modalidades de atuação e responsabilidades – o direito do Padroado Régio (*ius patronatos*):

A Igreja Romana precisou estabelecer compromissos para equilibrar, no interior de cada Estado católico, seus direitos de Estado soberano (Estados pontifícios na Itália). Tais compromissos ocorreram através de concordatas, ou através dos padroados ibéricos. O padroado régio consistia em um conjunto de direitos e deveres concedidos pelo Papa ao rei de Portugal, associados à administração dos assuntos religiosos das conquistas ultramarinas.⁹⁸

⁹⁵ Significado de Mafamede: dos que vem da Ásia, da feição dos grandes que vem da Índia. In: BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. Volume 8. p. 112.

⁹⁶ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 94

⁹⁷ COSTA, João Paulo; RODRIGUES, José Damião & OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera Livros, 2014 p. 53.

⁹⁸ FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. 2008. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. p. 77.

Esses documentos são circunscritos na escrita humanista como forma de manifestar a soberania régia portuguesa no além-mar. No conteúdo saudosista que se observa em Diogo do Couto, coexistem algumas menções que sutilmente refletem a urgência de um retorno às justificativas fornecidas por essa documentação. Dessa compreensão, vemos que os primeiros capítulos do *Soldado Prático*, “tem huma empreza justa e legitima”⁹⁹, sua caracterização a respeito das façanhas que fizeram nos primeiros anos da experiência em Ásia. Tomando como base o passado glorioso, Couto procurou reajustar os instrumentos de conquista e evangelização ofertados pelas bulas dos anos iniciais dos portugueses pelo mundo.

SOLDADO: Sim farei: e dem-me Vossa Merce huma pequena atenção. Na India primitiva quando os Portuguezes tinhao seu nome alevantado sobre esses signos Celestes, aquelles Cesares que a governarão não traziao o olho em mais, que em dilatar a santa Fé Catholica, em acrescentar o patrimônio Real, e enriquecer o Estado, e os vassallos, em fazer eleições de Capitaes, em trazer as Armadas mui ordenadas, e providas, em ir buscar os Turcos a Suez, em castigar e opprimir o Malvar, em trazer enfreados, e sopeados os Reys vizinhos, em trazer soldados fartos e contentes, em exercitar as bandeiras, assim de espingardas, como de artilharia, em visitar os hospitais, e em muitas outras cousas desta sorte¹⁰⁰

Sem citar sobre essas concessões de modo direto, os teóricos do Estado utilizavam as concepções desses documentos em um caráter pragmático, constituindo um domínio de escrita virtuosa, no sentido de permanecer como memória e como *horizonte histórico*¹⁰¹. Essa característica se observa na pauta humanista que buscava por uma perspectiva histórica e moral na cultura letrada e que, posteriormente, integrou as questões científicas e objetivas das academias portuguesas. Dentre diversos exemplos, têm-se as convocações de João de Barros em *Décadas da Ásia*, na brilhante análise do professor Rubens Panegassi, sobre a recuperação de ideias feitas por ele: “As ideias, aqui ancoradas e relações concretas e funcionam como instrumentos de assimilação ou segregação dos diversos grupos culturais que doravante

⁹⁹ AMARAL António Caetano. **Introdução**. In: COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. VII.

¹⁰⁰ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 72.

¹⁰¹ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia** (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p. 170.

interagiriam de modo sistemático com o mundo europeu”¹⁰². Ora, a possibilidade analítica de ressignificação da guerra pretendida neste trabalho não estaria relacionada a este horizonte pragmático realizado por estes letrados e suas intenções?

Como vimos, a influência dos documentos emitidos pela Igreja foi grandiosa. Charles Boxer destaca como as bulas papais refletiam o espírito da Era dos Descobrimentos que de tal forma não só atribuiu os comportamentos e as necessidades de cada momento político do império, como também retornam às situações de conflito e crise, exemplo visto em Couto. Do mesmo modo, elas caracterizam o universo mental elaborado pela moral, política e sociedade que estruturavam o estilo humanista, como percebido em João de Barros. Assim, Rubens Panegassi destaca na fala do cronista:

[...] houve uma tendência em ver Deus como uma divindade guerreira que garantiria a vitória lusa nas mais adversas ocasiões. Por sua vez esta inclinação, radicada numa tradição cruzadística e mesclada à concepção vetestamentária de povo-eleito manifesta-se no âmbito da cristandade acrescida à noção feudal de suserano. Em síntese, é esta a possibilidade de uso da história que permitia a coroa portuguesa reclamar o direito de usocapião, ou seja, legitima sua presença ao redor do globo.¹⁰³

Mesmo Couto sendo o sucessor de João de Barros e tendo escrito em um momento muito diferente da situação portuguesa, já que Barros escreveu sobre as glórias dos primeiros anos da navegação, ambos possuíam consonância nos elementos narrativos, como a noção da guerra para a conquista e a vocação imperial que fizeram parte do imaginário e da forma de escrita que cabia ao cronista-mor do reino.

Na linha teórica de Giuseppe Marcocci, existiu um quadro de dificuldade de Portugal em estabelecer relações nestes novos territórios sem o artifício ajustado pelas pretensões religiosas:

Do mesmo modo, traços originais (e limites) da reflexão sobre a experiência do império, que emergiu em Portugal durante o século XVI, a partir da ideia de desempenho de uma missão providencial representada pela destruição dos muçulmanos e pela evangelização universal dos gentios, encontram uma primeira explicação no vínculo de obediência ao pontífice romano, elemento irrenunciável por uma coroa incapaz de fundar a legitimidade das suas conquistas num paradigma distinto do das concessões papais.¹⁰⁴

¹⁰² Ibid. p. 12.

¹⁰³ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 180.

¹⁰⁴ Ibid. p. 38.

Nesta linha de raciocínio, exclama Couto: “Não está por isto logo bem entendido, que Deos foi o Piloto, e que elle guiou o valeroso D, Vasco da Gama por hum caminho, que com hoje estar tão sabido, e continuado, causa tamanho terror, e espanto?”¹⁰⁵

Assim, a possibilidade de subjugar os reinos e territórios muçulmanos e assenhorear seus bens partiram da descrição da importante bula *Dum Di Versas*, em 1452. O Papa Nicolau V permitiu que o rei Afonso V permanecesse nos domínios já conquistados e legalizou ocupações futuras. Marcocci explica que essa bula foi utilizada como *híbrido jurídico*, de maneira que direcionou as atuações portuguesas nos novos territórios, compreendendo que ora ela foi utilizada como procedimento para as cruzadas, ora para justificar a ação militar contra os mulçumanos no Norte da África e ora, também, como legitimação da potestade dos pontífices¹⁰⁶.

Essa documentação como híbrido jurídico é um exemplo para entendermos a estruturação do império e como ele tomou mecanismos de intervenção que ressoou em permanências, emergências, reproduções e dinamismos no âmbito da esfera social e política do Antigo Regime, de maneira a pensar que foi utilizado e reinterpretado por tantos escritores da Época Moderna. Como bem sublinhou Ângela Barreto Xavier, interessada nos processos de conversão cultural e no poder imperial em Goa, as perspectivas de colonizados e colonizadores alteraram-se em função dos seguidos contextos de poder e de interpretação, isto é, de acordo com a realidade social e as práticas discursivas que fomentavam uma variedade de sentidos e se reinventavam o tempo todo¹⁰⁷. Por esta razão, cabe, neste trabalho, compreender que o discurso de Diogo do Couto associou e readaptou elementos do arco temporal dos primórdios das navegações à realidade decadente em que ele vivia.

A partir da regência de D. Manuel I (1495-1521), a influência de seu antecessor, D. João II (1481-1495), sobre a cristianização em África e a expansão do comércio pela navegação fez com que ele agisse de forma autocrática, reforçando a sua preocupação com a reconquista de Jerusalém. Esse ideal fortaleceu os esforços financeiros e ideológicos se colocando em posição

¹⁰⁵ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 157.

¹⁰⁶ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 45.

¹⁰⁷ XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII.** 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciencias Sociais, 2015. p. 25.

primordial na regência do “venturoso”, além de promover o imaginário político do imperialismo universal¹⁰⁸. E, para isso, o monarca não poupou armas.

Por isso, já em grande altura do século XV, a navegação portuguesa possuía uma dimensão jurídica que foi reajustada por meio dos aparatos ideológicos e de acordo com o seu crescimento no encontro com localidades e a diversidade de grupos étnicos, utilizou-se de atualização de entendimentos em decorrência da história dos contatos. De fato, os portugueses chegaram à Ásia e, já no ano de 1505, começaram a estabelecer feitorias em Cochim, Cananor e Couião, sob negociações locais com rajás ali encontrados. Destas negociações locais no Índico, observou-se a necessidade de estabelecer o domínio nos parâmetros mercantes portugueses, de forma a criar relações fixas de vassalagem e cobrança de tributos¹⁰⁹. Contudo, essa característica, assinala Sanjay Subrahmanyam, foi sendo associada a um tom de desconfiança que os portugueses tinham com as populações locais, dando sequência a um processo de distinção que, mais à frente, reforçou-se¹¹⁰ e, por vezes, entendeu-se com outros nomes: soberania, identidade e guerra, na imposição do processo colonizador e os usos efetivos e simbólicos da violência.

De acordo com o novo título concebido por tamanha façanha, D. Manuel I, depois do regresso de Vasco da Gama a Lisboa, em 1499, recebeu um título imperialista, marcado na política portuguesa pelo globo, distinta de seus antecessores: D. Manuel foi proclamado “Senhor da conquista, da navegação e do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”¹¹¹, provavelmente pelo objetivo de tornar públicas as intenções referentes à navegação oceânica diante das nações concorrentes daquele tempo. Essa nomenclatura era entendida por parte da cristandade como o direito de conquistar terras, apropriadas ou não por outras autoridades, combinando os interesses do monopólio luso da Rota do Cabo. O reconhecimento de tamanho direito decorreu, sobretudo, da funcionalidade da bula *Romanus pontifex*, publicada em janeiro de 1455, e confirmava o exclusivo da navegação¹¹².

O território de Goa foi conquistado e apropriado com as armas comandadas por Afonso Albuquerque, em 1510, e é entendido como o primeiro feito de conquista que utilizou recursos

¹⁰⁸ SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e econômica**. Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. 1ªEd. Lisboa: Difel, 1993. p. 70.

¹⁰⁹ FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. 2008. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. p. 60.

¹¹⁰ SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e econômica**. Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. 1ªEd. Lisboa: Difel, 1993. p. 81.

¹¹¹ COSTA, João Paulo; RODRIGUES, José Damião & OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera Livros, 2014 p. 83.

¹¹² Ibid. p. 60.

da violência no Oriente¹¹³. Contudo, desde o início, D. Manuel I percebeu que não seria possível manter relações sem a violência e, no caso, a violência que era justificada – aquela que usa recursos religiosos como as bulas. Ora, não estaríamos diante dos pressupostos da guerra justa?

Segundo Patrícia Souza de Faria, com a conquista de Goa, em 1510, e de outros espaços territoriais na Índia, como Malaca, em 1511, e de Ormuz, em 1515, constituem o primeiro modelo de império que se formava, e foram os primeiros locais de criação de tributos pensados pelo já governador da Índia (1509-1515), Afonso de Albuquerque, um dos “Principes tão Catholicos Christãos”¹¹⁴, que Couto era saudosos.

A territorialidade conquistada por Portugal nesse momento abarcou a administração colonial com grande número de vilas, com suas próprias unidades, dinâmicas e com número expressivo de membros. Eram reinos asiáticos com suas formas tradicionais de organização e hierarquia, complexidades sociais e sistemas de castas originárias do hinduísmo.

Inseridos nessas situações históricas, os agentes portugueses *in loco*¹¹⁵, conduzidos por processos criativos de interação, agiam com suas próprias consciências, no entanto, ligados aos pressupostos de um modelo centralizado e militarizado da coroa portuguesa. Na prática, isso desenvolveu um pluralismo, consequência das extensões espaciais do império. Assim, escreve Patrícia Faria de Souza sobre o dinamismo das culturas locais, o potencial de interação e a possibilidade de remeter ao projeto de conquista como “[...] flexibilidade e capacidade de aceitação de novos elementos nas elites, além da utilização dos seus serviços, foram fatores importantes na determinação da natureza da interação entre os portugueses e os reinos asiáticos”¹¹⁶.

Residem nos trabalhos de Patrícia Souza de Faria e Ângela Barreto Xavier as principais referências e preocupações para a compreensão aprofundada dos povos encontrados no Estado da Índia e de quanto essa formação contribuiu para que se estendessem novos significados ao processo colonizador. Contudo, não é objetivo deste trabalho debruçar sobre a utilização destas distinções, limitando-nos a demarcação dessa influência, pensando, por conseguinte, a

¹¹³ Ibid. p. 26.

¹¹⁴ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 21.

¹¹⁵ Termo retirado de Ângela Barreto Xavier. XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015. passim.

¹¹⁶ FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. 2008. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. p. 59.

estruturação da guerra dentro do imaginário e do fazer político e estrutural do império português.

Subrahmanyam indica que a partir de 1518, existiam na região de Ormuz, Cananor e Goa, grandes fortalezas que faziam parte das dominações do império asiático. Destas relações comerciais, havia um sistema de ação para o empreendimento português, chamado de *carreiras*, que eram as rotas de comércio entre a coroa e os portos vistos nessas fortalezas¹¹⁷. De longe o comércio da pimenta foi o mais importante, seguido por outras especiarias, como o cravo e o gengibre. Desse imediato interesse pelo comércio, começou-se a estabelecer o que se conhecia por *Estado da Índia* que, segundo Joaquim Romero Magalhães, foi um conjunto de territórios escolhidos em um sentido estratégico, extrapolando a lógica militar para o sentido comercial¹¹⁸.

O termo *Estado da Índia* foi entendido como um conjunto de territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses sob o comando da monarquia católica. Podemos pensar, especificamente no caso de Diogo do Couto, que em seu escrito o Estado da Índia era reconhecido como território português, o espaço de onde ele observou as mazelas da colonização e, também, onde ele ambientou os personagens do *Soldado Prático*, como percebemos nas citações.

Este Estado se constituiu de espaços não muito bem definidos, mas que estavam sob a gesta portuguesa. Na compreensão de Luiz Filipe Thomaz¹¹⁹, o Estado da Índia segue a normatização como uma espécie de *rede*, formatando uma comunicação de várias territorialidades, tal como é entendido por Laura de Mello e Souza, apresentada na primeira parte deste capítulo. Isso também é muito coerente para pensarmos a múltipla e dinâmica prática de *territorialização* entendida por Ângela Barreto Xavier, que acarretou na invenção de Goa. Para ela, a apropriação de Goa foi conduzida por tantos interesses, influências e agenciamentos que provocou a formação de um território inventado pelos portugueses para demarcar aquilo que eles entendiam como projeto político de conquista, pautado em seus primórdios¹²⁰. A influência dessa noção é lançada neste trabalho para pensarmos como Couto observou as relações sociais e políticas provocadoras dos problemas do governo e a decadência portuguesa.

¹¹⁷ SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e econômica.** Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. 1ªEd. Lisboa: Difel, 1993. p. 99.

¹¹⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Portugueses no Mundo do Século XVI. Espaços e produtos.** Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 53.

¹¹⁹ THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor.** Memória e Sociedade, Editora Difel, 2ª edição. 1994.

¹²⁰ XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII.** 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015. p. Introdução.

É válido assinalar que o Estado de Goa na Época Moderna, segundo Xavier, no contexto de Estado da Índia, compreendia os domínios das chamadas Velhas Conquistas, aproximando-o aos territórios de Bardez, Salcete, e as ilhas de Tiwasdi, Chorão e Dívar¹²¹. Sobre essa formação, Patrícia de Souza Faria escreve:

O Estado da Índia seria em essência uma rede: um sistema de comunicação entre vários espaços. Thomaz ressalta que o Estado Português da Índia, quando confrontado com a noção corrente de império, apresenta-se como algo original e desconcertante, devido à sua descontinuidade espacial e heterogeneidade das instituições”¹²²

Destas relações comerciais e pessoais que se estabeleceram do Cabo da Boa Esperança ao Extremo Oriente, verifica-se a amplitude das formações políticas que existiam nas regiões encontradas, reinos imperiais asiáticos que possuíam suas próprias dinâmicas e ideologias, como o reino hindu de Vijayanagar, localizado ao sul da Índia¹²³. Desse encontro, Portugal necessitou reivindicar alguns elementos para que pudesse sustentar sua soberania, marcados, então, por tipos de autoridade, seja relacionada ao monopólio do Índico, seja relacionada à autoridade legítima, ou seja o Padroado como já dissemos, e que se verifica na escrita do cronista.

¹²¹ Ibid. p. 15

¹²² FÁRIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. 2008. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. p. 58

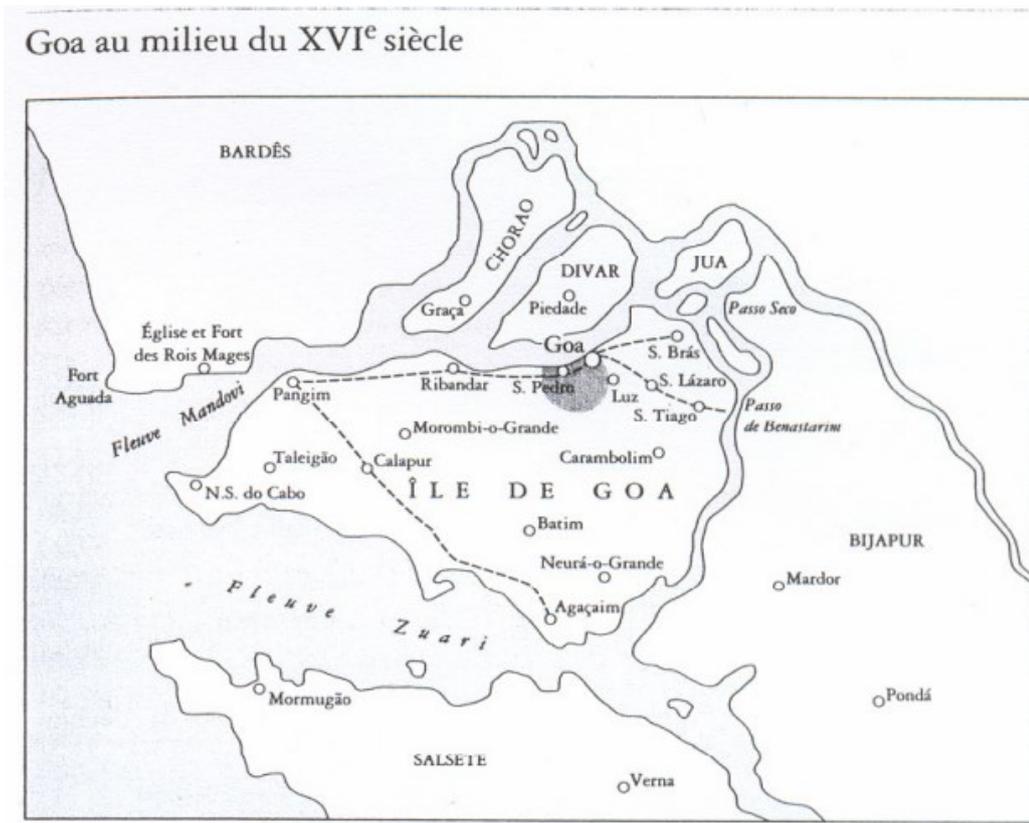
¹²³ FÁRIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. 2008. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. p. 60.

Imagem 1: Índia na chegada dos portugueses (séculos XV-XVI)



Fonte: Rosamond McKitterick (ed). Atlas of the Medieval World. New York: Oxford University Press, 2004. In: FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008 p. 280.

Imagem 2: Mapa da Ilha de Goa, Salsete e Bardez (XVI)



Fonte: Michel Chandeigne. Goa 1510-1685. L'Inde portugaise, apostolique et commerciale. Paris: Autrement 1996. In: FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008 p. 278.

Interessante pensar como todos esses artifícios de reivindicação parecem-nos relacionados intrinsecamente à noção da guerra, apresentada na continuidade da apreensão do nosso cronista e de todo o imaginário que se formara sobre o império. Dizemos isso ao associar a guerra como um elemento dinâmico da fundação e, depois, de reafirmação da conquista temporal e espiritual, no início da conquista por meio das bulas, como no período decadente, com as publicações realizadas no âmbito acadêmico, exemplificado na hipótese do *Soldado Prático*. Essa possibilidade analítica se sustentará nos capítulos seguintes. Contudo, é possível que façamos reflexões sobre algumas noções importantes com autores até aqui trabalhados.

Nesse mesmo trabalho, Patrícia Souza de Faria alerta para as modalidades de presença “formal” e “informal” portuguesa no Estado da Índia, nas quais a guerra possuiu características legitimadoras da conquista.

O império formal seria caracterizado pelas áreas controladas diretamente pela Coroa portuguesa ou sob controle de vice-reis. O autor reconhece que as fronteiras entre o império formal e informal não são fixas, pois as relações

entre o “formal” e o “informal” são dinâmicas, de modo que o império formal ao se expandir por vezes absorveu ou abandonou as comunidades portuguesas do império informal. Assim como existia grande atividade “informal” dentro do império formal.¹²⁴

Patrícia Souza, com esse conceito analítico, quer mostrar o dinamismo que caracterizou as relações da experiência portuguesa nas suas diversas instituições. Ela lembra que o sistema político na Ásia foi marcado por um ordenamento jurídico tanto formal quanto informal, com relacionamento no Antigo Regime e desenvolvido sob a forma de amizade, serviço e clientela¹²⁵. Ora, é possível pensarmos a guerra como um estatuto de poder que se estabeleceu nesses espaços? Como as concessões papais se manifestaram como jurisdição nos escritos humanistas diante desses espaços formais nos primeiros contatos a partir do século XV?

Para entender essa problemática, Joaquim Romero Magalhães comenta que “para garantir o abastecimento indispensável à boa execução e à continuação regular do negócio. Agentes que saberão fazer a guerra, se necessário”¹²⁶. Partindo desse ponto de vista e associado ao ideal de vocação imperial, abre-se a possibilidade de aceção da guerra como recurso utilizado por essas redes de mediadores, o que provocou o estabelecimento no interior de espaços formais e informais.

Essa complexa noção sobre o estabelecimento do sistema político e religioso na região de Goa deve-se ao processo de *capitalidade* exercido pelas forças políticas naquele momento. Após a conquista sob armas, em 1510, o império se reafirmou em um projeto de imposição política e, segundo Patrícia Souza, caracterizou-se por construir um aparato institucional, além de dispositivos de poder político e eclesiásticos, alçando Goa como influência para todo o Estado da Índia. Foram exemplos desse projeto a constante presença de ordens religiosas no Oriente, instituições como a diocese de Goa, em 1534, a transposição de cargos e funções para a região, transformando, nas palavras de Catarina Santos, o “alter-ego” do poder metropolitano no Índico¹²⁷, já que o objetivo era criar aparatos semelhantes aos de Lisboa em novas terras.

Joaquim Romero Magalhães denota a boa geografia percebida pelos portugueses, onde o espaço poderia comportar portos e contribuir para o surgimento de novas rotas. Seu território permitia uma razoável vista para o Mar Árábico, devido a sua localização de ilha central. Desse

¹²⁴ FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. 2008. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. p. 61.

¹²⁵ Ibid. p. 70.

¹²⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Portugueses no Mundo do Século XVI. Espaços e produtos**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 86.

¹²⁷ SANTOS, Catarina Madeira. **Goa é a chave para Toda a Índia: perfil político da capital do Estado da Índia**. Lisboa: CNCDP, 1999.

modo, Goa tornou-se capital política, residência do governador, bispado e arcebispado, como já dito acima - Portanto, esta também apresenta uma arquitetura a exemplo da metrópole - além de ter sido o lugar escolhido por Diogo do Couto e onde ele fez grande parte da sua observação sobre a gesta portuguesa do século XVI e começo do XVII.

A sociedade que existia em Goa na segunda metade dos 1500 – período que Couto fez sua primeira viagem para a Índia, datada em 1556 – compunha-se por diversas e complexas hierarquias sociais, advindas do complexo sistema de castas do hinduísmo, somado às estruturas materiais do processo de colonização territorial e simbólica. Portanto, era uma imposição de um projeto político que abrangia a duplicação de instituições, da língua, da religião, jurisdição e das representações ali indicadas.

A partir destes processos do contexto de Portugal no Oriente, nota-se Goa como sede do poder político e eclesiástico, de forma que se comportou como referência para a administração e para a cultura política. É dessa cultura política da vocação imperial que se abarcavam os pressupostos da guerra, evidenciando um passado de bulas em decorrência do espírito em expansão, trazendo sempre à tona que a mercantilização da coroa, determinadas, sobretudo, por políticas e escolhas do jogo de poder¹²⁸. Romero Magalhães nos relembra que o império foi se arquitetando e se construindo principalmente pela violência das armas, e é essa a preocupação nesta investigação.

Em meados do século XVII, nota-se o fenômeno de descontinuidade dos progressos feitos nos primeiros anos. As receitas não eram mais tão avultosas e os desencontros nas estratégias políticas eram mais frequentes. Segundo a professora Adriana Romeiro, um dos problemas de maior desgaste para a governança foi a longa distância que gerou uma autonomia política dos mediadores, gozando de uma profunda falta de comunicação entre a periferia e o centro do império, assim como o descontrole em relação à corrupção e infidelidades dos homens no além-mar, principalmente tratando-se da Ásia portuguesa¹²⁹. Tal pensamento verifica-se em:

SOLDADO: Vereis hum Governador, ou VisoRey chegar aquelle Estado tam zeloso do serviço delRey e do proveito da sua fazenda, que parece a todos, que vem remir a Índia, e que tomará as capas aos homens para lhe acrescentar em sua Fazenda, mas dahi a quatro dias se muda isto, porque a má natureza

¹²⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Portugueses no Mundo do Século XVI. Espaços e produtos**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 65.

¹²⁹ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI e XVII**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 93.

da terra, e infernal inclinação dos homens muda-o de feição, que se lhes toma as capas assi a ElRey como aos homens, he para si, e para os seus¹³⁰

Além de demonstrar o problema da longa distância, Couto demonstrou a tendência corruptiva dos portugueses que, em contato com os povos indianos, acabou se aproximando de novos hábitos que, na visão e linguagem político moral, causou o desserviço e maus hábitos aos colonizadores, os quais os inseriu em um longo processo de decadência e que, posteriormente, engendrou a noção de *Lenda Negra dos portugueses*, por parte das nações rivais em contexto de disputas no decorrer do século XVII e XVIII.

Por conseguinte, segundo Graça Borges, a noção da Lenda Negra se baseia na escrita negativa sobre os problemas vistos pelos mediadores e se trata da construção de uma imagem a partir do descontrole que se via no Oriente português. Os letrados espanhóis também escreveram sobre a sua sensação de desordem “Esta fama terá dado azo à criação de uma “lenda negra portuguesa” que, ainda que mais benigna do que a espanhola, projectava uma imagem colectiva dos portugueses muito associada a uma decadência moral e política”¹³¹.

Ainda sobre os propósitos descritos no contexto de Couto, Sanjay Subrahmanyam acrescenta que, a partir de 1540, Portugal enfrentou abalos relacionados à conservação e ampliação de posses. Lembrando que nessa altura já se marcavam domínios nos territórios da Ásia, norte da África e, também, no atlântico, com a até então crescente presença de capitánias pelo Brasil. O sistema imperial era gigantesco, nestes, as dificuldades de articulação e equilíbrio eram profundas e, portanto, a partir dessa data, entende-se como um momento de reorganização da gesta portuguesa ou o que a historiografia clássica portuguesa nomeia como crise, decadência do império.

A formação intelectual e a atuação de Diogo do Couto na corte acompanham essa demarcação e, por isso, episódios históricos específicos desse recorte versam em sua obra – os quais veremos com profundidade na análise da documentação. Tratou-se, pois, de abalos políticos e econômicos que começaram a ser debatidos pelos letrados a partir de 1540, os quais pensavam sobre como se passava a postura monárquica frente aos seus problemas. Eram consideradas situações externas e internas à empresa asiática, influenciando-a definitivamente.

¹³⁰ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p.17.

¹³¹ ALMEIDA BORGES, Graça. **Resistir pela distância: a autonomia do Estado da Índia no governo do império, séculos 16-17**, *Investigaciones Históricas, época moderna y contemporánea*, 38 (2018). p.116

Segundo António Coimbra Martins, comentador da vida de Couto, a causa da decadência mudou em seus livros, mas demarca os prejuízos causados pela cobiça, “outra vez são os nossos pecados, outra vez é a prepotência dos Vice-Reis, outra vez é a ruína das fortalezas, outra vez são as desordens da soldadesca”¹³².

Portugal enfrentou problemas em diversas instâncias. Primeiro, relacionados à sua própria administração, como a sucessão de governadores na Índia:

Como tambem aconteceu ao Estado da India, que em quanto foi governado or VisoReys, e Governadores tementes as Leys de Deos, e do Rey, amigos, e cobiçosos de honra, teve sempre inimigos debaixo dos pés, e se sustentou de prezas que faziao nossas Armadas, mas depois que esta infernal peste entrou nelles, logo começou a decahir de todo, e os inimigos a nos perderem o respeito, e a sustentarem-se de prezas que hoje fazem em nós, e por não gastarmos o temo em contar de avarentos, aos quais deixamos com suas misérias, tornemos aos Capitães liberaes, que por o serem forao famosos no mundo¹³³.

De uma maneira geral, essas mudanças alteravam os comandos sobre o comércio estatal, concediam excesso de poderes a interesses privados e, conseqüentemente, favoreciam a ambição de objetivos particulares, sendo essa uma denúncia frequente de Couto: “SOLDADO: Depois que os VisoReys tratarao mais de si, que do serviço de Deos, e ElRey, logo começarão a usar desses ardis para se acreditarem porque que razao ham de dar elles de se descuidarem das Armadas e não fazerem Galleoes?”¹³⁴. E completa o Fidalgo: “Tudo assim he: e sabeis de que isso vem? De quererem os homens já agora viver mais para si, que para outrem”¹³⁵.

Também se viu problemas financeiros da coroa e do capitalismo monárquico, correspondente aos altos recursos financeiros para um vasto empreendimento com pouco contingente humano, além da falta de recursos destinados às armadas, e a existência de favorecidos:

SOLDADO: Folgo de ouvir isso a Vossa Merce, porque assim o tive sempre para mim no modo com que vi aos Governadores tratar a Fazenda DelRey, não como Ministros senão como inimigos, sem lhes lembrar quando a dão por esse modo, que ficam em restituição dellla, porque por essas desordens succedem infinitas necessidades ao Estado que se remedeia com esse dinheiro,

¹³² MARTINS, António Coimbra. **História de Diogo do Couto e seus livros**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985 p.108.

¹³³ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790 p. 117.

¹³⁴ Ibid. p. 109.

¹³⁵ Ibid. p. 9.

pelas quaes se deixam de prover as Armadas, e Fortalezas como he necessário¹³⁶

SOLDADO: O VisoRey que se há de eleger para o Estado da India, quanto a eleição, há de ser a que fazem os Reys da China para as suas Provincias, nas quaes este costume seguem: Nunca elegem VisoRey, ou Governador para huma Provincia, senão aquella pessoa, que naquella parte para onde he eleito não tem nenhum parente em nenhum grão, para assim mais desimpedidamente administrarem justiça, porque as mais das desordens que os VisoReys da India tem commetido, forao por causa de seus parentes, e assim por darem a alguns delles as Armadas que não merecem, como por tomarem as Fortalezas a outros para lhas dar a elles¹³⁷

E, por fim, em uma instância estrangeira, a crescente influência da monarquia espanhola e da corte de Carlos V que, em 1580, cuja principal derrocada se observou na crise sucessória e o período de monarquia dual, fizeram-se presentes em um momento da História portuguesa caracterizado pela estreita ligação cultural, política e econômica com o universo hispânico¹³⁸, conjuntura influenciadora nos projetos historiográficos das academias, como mostraremos no segundo capítulo.

Outros eventos pontuais faziam parte da crise que se estendia no século XVII. Eram altos os recursos transferidos às capitánias donatárias criadas no Brasil em 1530, provocando um deslocando da rota de investimentos financeiros e humanos para o atlântico. Além disso, ocorriam ameaças feitas do controle otomano do litoral do Mar Vermelho a estimada fortaleza de Diu, por volta de 1540¹³⁹. Esses episódios, e não apenas esses, foram esgotando a energia daquele então império crescente na Ásia e demarcaram a pauta de reflexão naquele momento.

Estes primeiros anos de crise, até 1550, foram ricos na teorização sobre as conquistas e sobre a gesta portuguesa, com nomes humanistas importantes como João de Barros e Gaspar Correia. Mas, depois desses, a produção teórica sobre as vicissitudes do império encontra-se, sobretudo, nos escritos de Diogo do Couto¹⁴⁰ e, mais a frente, com nomes como o do soldado Francisco Rodrigues Silveira, em *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*¹⁴¹.

¹³⁶ Ibid. p. 16.

¹³⁷ Ibid. p. 111.

¹³⁸ SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e econômica.** Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. 1ªEd. Lisboa: Difel, 1993 p. 158.

¹³⁹ Ibid. p. 111.

¹⁴⁰ Ibid. p. 151.

¹⁴¹ SILVEIRA, Francisco Rodrigues. **Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental.** Transcrição, notas e índice de Benjamim N. Teesma. Introdução histórica de Luís Felipe Barreto, George Davison Winius e Benjamim N. Teesma. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

É interessante pensarmos que Diogo do Couto, como outros letrados, escrevia do Estado e para o Estado. Portanto, os usos e desusos dos artifícios do Estado, simbólicos ou não, eram articulados na escrita desses homens. Ora, se estes homens utilizam os recursos do Estado para justificá-lo, de que maneira o monopólio da força tem sido utilizado no decorrer da Época Moderna?

Parece-nos importante, portanto, observar direto na fonte: a resposta de Couto. Como conselheiro monárquico para o período de turbulência política, ele utilizou a concepção da vocação imperial e a noção da guerra - articuladas desde o início da navegação e conquista até a urgência de novos nortes - para a gestão asiática. Portanto, o próximo item tratará do sentido histórico da guerra e procurará evidenciar a emergência da guerra justa na concepção e no fazer político português na Época Moderna e na talassocracia portuguesa, sendo ela a principal categoria de violência utilizada no Antigo Regime.

Guerra e Império. Afinal o que é a guerra justa?

Nesse tópico vamos sublinhar a guerra como categoria analítica do campo jurídico-religioso. Como dispositivo legal suscitado pelas bulas, foi usada na Época Moderna pelos agentes coloniais e formatou, cultural e politicamente, uma evolução moral no quadro administrativo português. Portanto, a opção foi de pensá-la inserida na cronologia da produção teórica que envolveu a sua temática e o seu esforço teórico para a composição da estrutura política do império português, mapeando alguns autores que, desde a Antiguidade Clássica, se interessaram pelo assunto, até chegarmos à sua relação direta nas formulações e mecanismos no Antigo Regime com o Novo Mundo.

Não se objetiva o aprofundamento no campo filosófico dos autores, mas apenas marcá-los em sua relevância e demarcar os fundamentos teológicos e jurídicos na escrita cronista e, depois, revertida como negociações internacionais que, progressivamente, portou-se por meio de fóruns, tratados nos séculos XVII e XVIII¹⁴².

A violência esteve presente na história da humanidade de várias maneiras, seja com a sua presença mental e simbólica, seja nas experiências de intervenção potencialmente destrutivas¹⁴³. Com a linguagem da força, usada no direito à guerra, notou-se a construção de

¹⁴² KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos UFBA, 2004. p. 46.

¹⁴³ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **As temporalidades e os fundamentos universalistas da violência na modernidade**. In: VIEIRA, Alba Pedreira e MAGALHÃES, Claudio José. *Arte e Violência: ensaios em movimento*. Ed. UFV, Viçosa, 2017. p. 23.

uma tradição, uma composição histórica do princípio da guerra que foi sendo utilizado em diferentes tempos, compondo, assim, certa ressonância temporal de teorias e práticas políticas que se baseavam na aceitação da guerra como dispositivo político. Durante os processos de formações dos Estados nacionais e dos Impérios, a presença da violência é notadamente marcada pelo recurso da imposição física e da submissão de um *outro*. Na política ocidental, ao conceito de *guerra* foi conferido o uso da violência física e/ou simbólica enquanto justificativa da intervenção estatal, cujas ideias foram sistematizadas por teólogos de diferentes frentes e ordens¹⁴⁴, responsáveis pelos aconselhamentos ao rei e avaliação da eficiência política.

De fato, o império português abarcou inúmeros espaços humanos e territoriais e, por isso, necessitou de um discurso que considerasse legítima a posse e o contato com esses novos lugares e povoações, para justificar – ideológica e juridicamente – o domínio pretendido pelo monarca e suas conexões para a manutenção da ordem religiosa e política. Em consequência, o uso da força e da agressiva imposição política também utilizou desse esquema discursivo frente ao confronto e à dominação. Assim, articulando um estreitamento cada vez maior entre os vértices da política e da religião, os portugueses se basearam na reivindicação da ortodoxia cristã – com as frequentes concessões papais – e o exclusivo uso da doutrina da *Guerra Justa* para que se solucionassem as ações colonialistas¹⁴⁵ e marcassem a vocação imperial portuguesa.

A doutrina da Guerra Justa foi utilizada em diferentes momentos do Antigo Regime e, por essa razão, foi uma discussão que recebeu uma multiplicidade de tendências analíticas no panorama da Época Moderna. Um relevante exemplo disso foram os discursos e reflexões sobre os títulos de conquista, realizados pelos estudiosos da Universidade de Salamanca. O dominicano Francisco de Vitoria, um dos representantes mais conhecidos desta escola que, entre os anos de 1537-1554, fez profundo debate sobre o uso da doutrina em função do controle dos mares e do comércio de especiarias por parte da coroa portuguesa. No século XVI, os portugueses não chegaram a discutir as bulas quatrocentistas. Os dominicanos, com base nas ações portuguesas e a utilização da guerra justa ilegítima, sustentaram as argumentações da segunda Escolástica para que condenassem com “severidade uma prática que limitava o direito ao comércio e constituía, por um conseqüente pecado mortal”¹⁴⁶, baseando-se, também, em diversas acusações de roubo e violência. Isso é um importante exemplo de como a doutrina da

¹⁴⁴ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 299.

¹⁴⁵ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **As temporalidades e os fundamentos universalistas da violência na modernidade**. In: VIEIRA, Alba Pedreira e MAGALHÃES, Claudio José. Arte

¹⁴⁶ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 300

guerra foi utilizada em caráter político e de acordo com as ambições de quem objetivava o direito de intervir¹⁴⁷.

Esse elemento, conforme veremos mais à frente, foi apropriado nas discussões dos projetos científicos das academias oitocentistas.

Este enfoque que daremos à guerra justa faz parte de uma primeira maneira de pensar a guerra. Nela, a teoria foi afetada conforme a experiência além-mar se expandia em territórios tão vastos e distintos, marcadas, então, por intertextualidades e relacionamentos com populações, culturas e religiões tão diferentes. Ângela Barreto Xavier explica, por exemplo, que na relação de compromisso de *trade off* entre Roma e os monarcas ibéricos, verificou-se um progressivo conflito entre as vantagens mutuamente concedidas entre a coroa portuguesa e o pontífice romano, decorrentes das questões econômicas e sociais que apareciam na conjuntura imperial¹⁴⁸.

Devido a esse conflito, foi criada, em 1532, a Mesa de Consciência, por meio da qual Portugal adotou uma nova postura diante de Roma, dando a esse órgão a responsabilidade de pronunciar matérias relacionadas à consciência dos reis, um reordenamento institucional que privilegiava a centralidade do Conselho dos Reis, mesmo dando conta do enquadramento institucional da religião e política¹⁴⁹. Isto influenciou o uso da modalidade da guerra, dinamizada pelos processos criativos da realidade colonizadora e seus novos sentidos e usos inseridos no clima reformador herdado por Diogo do Couto¹⁵⁰.

Contudo, identificar e pontuar as características temporais da polêmica relação entre os poderes da Igreja e do Estado mereceria um espaço analítico muito maior. O que queremos é reconhecer que a conjuntura da experiência além-mar - com o decurso histórico do contato e o processo de modificação da ética da guerra - recebeu diversas formulações sobre os limites morais do uso de violência legítima. O que se nota, também, foi a importância dos pressupostos originais do *direito de guerra medieval*¹⁵¹ para a noção universalista da *Respublica christiana*,

¹⁴⁷ Ibid. p. 300.

¹⁴⁸ XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015. p. 51.

¹⁴⁹ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 134.

¹⁵⁰ Para compreensão desse período de reorganização dos espaços de poder em Goa: foi na regência de D. João III, período estudado por Xavier que se observou uma lógica política de reorganização da malha administrativa, caracterizando atitudes de uma tendência reformadora por parte dos agentes e da coroa portuguesa. Cria-se bispados, organiza-se Ordens e direciona-se a postura do monarca, como meio de garantir a fidelidade ao reino. Uma conduta espelhada pelas frequentes Tratadísticas, inspiradas, principalmente, pelas autoridades antigas – Patrística, e clássicas – na linha lógica que inspirou Maquiavel. Cf: XAVIER, Ângela Barreto. op. cit. p. 53.

¹⁵¹ Termo da tradição teológica medieval sobre o exercício da guerra, ancorado principalmente nos primeiros cânones, ainda de uma igreja primitiva – Patrística. Cf: FREITAS, Ludmila Gomides. **O sal da guerra: Padre**

que marcaram a mentalidade e a trajetória do poder português do século XV até a literatura e cosmovisão política do XVII – já no cenário político de Couto.

No ensaio *As temporalidades e os fundamentos universalistas da violência na modernidade*¹⁵², Rubens Leonardo Panegassi constrói uma abordagem sobre a violência e a linguagem política da guerra, cujo enfoque residiu nos usos da justificação da força pelo Estado e, especificamente, nas características das primeiras discussões de uma tradição medieval da Guerra Justa. Nesse trabalho, ele mostra como o traço característico do Estado Moderno obteve na resolução de uma violência legítima a característica positiva de se manifestar nas guerras de cristãos contra infiéis, tornando lícitas guerras que tivessem essa finalidade e, reafirmando, cada vez mais, a inclinação imperial ditada pelos portugueses.

Assim, tendo em vista uma cronologia, pensa-se uma tradição da Guerra Justa. As referências datadas de um debate começaram na Antiguidade clássica e caminham até as fundamentações mais sofisticadas no período Moderno. Portanto, vale considerar o dinamismo intrínseco à ordem da guerra, decorrente dos contatos com os vastos territórios e a complexa heterogeneidade e das instituições sociais e culturais em interação com essa longa ideia de tradição. Essa discussão e os níveis teóricos da guerra, tratado como modo estruturante do império português, será debatida no último capítulo deste trabalho.

Vale notar que Portugal compartilhava da concepção universalista de *orbis christianus*, que era a imagem cristã medieval a respeito das coisas do mundo, responsável pela distinção entre “nós” e os “outros”. De acordo com Ludmila Gomides Freitas, no seu estudo sobre os discursos do Pe. Antônio Vieira, essa mentalidade se iniciou no cristianismo primitivo e expandiu-se com perspicácia no século XIII, remetendo ao desejo de propagar a Igreja sobre a terra. Segundo a autora, essa lógica provocou profundas consequências simbólicas e estruturais na política expansionista dos Estados nação¹⁵³. O conceito de *orbis christianus*, mais conhecido como *República christiana*, mostrou-se forte com o reconhecimento de que todas as regiões do mundo deveriam ser submetidas ao poder político e religioso liderado pelo Papa e pelo monarca, no qual, como fiéis, os indivíduos também eram reconhecidos como súditos¹⁵⁴.

Antônio Vieira e as Tópicos Teológico-jurídicas na apreciação da Guerra Justa contra os índios. 2014. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 101.

¹⁵² PANEGASSI, Rubens Leonardo. **As temporalidades e os fundamentos universalistas da violência na modernidade.** In: VIEIRA, Alba Pedreira e MAGALHÃES, Claudio José. *Arte e Violência: ensaios em movimento.* Ed. UFV, Viçosa, 2017.

¹⁵³ FREITAS, Ludmila Gomides. **O sal da guerra: Padre Antônio Vieira e as Tópicos Teológico-jurídicas na apreciação da Guerra Justa contra os índios.** 2014. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 104.

¹⁵⁴ Ibid. p. 105.

A separação e a denominação de fieis e infiéis é percebida ao longo dos séculos como um recurso de linguagem política de monarquias mantidas por reis cristãos. Essa distinção ou incorporação do gentio foi uma nomenclatura mais usual do sujeito nativo dos ambientes desbravados e que poderiam ser reconhecidos pagãos, judeus, hereges, ou, como bem aparece com constância em Couto, os mouros da terra ou de Meca.

A partir do momento em que a monarquia começa a se estabelecer nesses novos mundos, a ética moral da guerra portou-se como uma maneira de implantar o poder cristão e criar um espaço efetivo de conquista com os moldes cristãos. Na breve reconstrução pela história cultural, a queda do Império Romano foi marcada pela invasão de povos não latinos e o estabelecimento de novas influências, gentes, elementos, configurando a transição de um sistema de passagem da Antiguidade à Medievalidade¹⁵⁵, estabelecendo um longo período violento da Idade Média, em que se viu nos Estados nação a possibilidade de expansão da cristandade como sistema organizacional. Sobre esse processo de desagregação do Império, José D'Assunção Barros explica:

Contra tudo isto, o Cristianismo, organizando em Igreja e gerando os seus próprios padrões de espacialização política, começa a constituir um sistema paralelo, que agrega em dioceses o espaço sócio-religioso propondo uma nova organização administrativa, ora superposta ora desencaixada em relação à administração imperial. Decisivamente, a ideia de universalidade que antes residia no Império vai se deslocando para a Cristandade consolidada institucionalmente na Igreja, e este confronto entre dois projetos universais - na vida política ou imaginária - em breve se estenderá pelos séculos posteriores como uma longa reminiscência do jogo de encaixes e desencaixes entre os dois sistemas. Mas o novo mundo medieval, efetivamente, tenderá a se organizar em torno da Igreja Cristã, o que já representa um novo sistema em construção.¹⁵⁶

O período de predominância da concepção da *orbis christianus* faz parte da superação da violência desgovernada da Idade Média entre os séculos V e XV, em que após a derrocada dos territórios romanos, até então centro do mundo ocidental, compreendeu um momento histórico de ataques, violência e vácuo de ordem política, com disputas particularistas, sem uma ordem centralizadora e precisa. O Império Romano havia se dissipado em pequenos feudos, o que mais à frente reconheceu sua herança da produção filosófica de Roma e a Revelação da

¹⁵⁵ BARROS, José D'Assunção. **Passagens de Antiguidade Romana ao Ocidente Medieval: leituras historiográficas de um período limítrofe**. Revista de História, São Paulo, v.28, n.1, p. 547 – 573, 2009, p. 564

¹⁵⁶ Ibid. p. 568.

Igreja Católica, fundindo-se em uma concepção moral e jurídica que, posteriormente, fundamenta os princípios e sistematizações do ideal da universalidade¹⁵⁷.

Por isso, a guerra eclodiu enquanto noção legítima, já que visava à salvação pela religião cristã, mas trazendo consigo a submissão ao poder centralizador das monarquias cristãs. Essa proposta de Evangelização revelou-se nos discursos e práticas, com coloração pacífica e militar, baseados, principalmente, nas ações dos exércitos dos cruzados e no seu espírito de luta contra o Islão, a guerra que então descreveu o *modus vivendi* da sociedade cruzadista e identidade portuguesa¹⁵⁸. Nesse trecho escrito por Couto, nota-se a existência desse ideal cruzadista:

SOLDADO: Eu assim o confio em sua Divina bondade, mas também me lembra, que grande número de innocentes, Religiosos santos, Templos sumptuosíssimos havia naquella infelice Constantinopla, e por todo o Imperio da Grecia, mas permitio Deos o que vimos, e elle sabe porque juízos: não há na terra mayor Santuario, nem cousa de mayor veneração, que o Santo Sepulcro, e consente ele estar em poder dos torpes (indignos) Mahometanos, por onde não podemos deixar de reccar, que faça outro tanto as Cidades, em que he tão ofendido , e em que tanta tyrannia se faz, tao pouca justiça se guarda, tanto adultério se commete, e em que tanta órfã se deshonra, e em que tanta onzena se consente, e em que tudo o que Vossa Merce quizer, se verá a cada passo¹⁵⁹

Para a efetivação dessa concepção de guerra, recordam-se e recuperam-se fundamentos mais antigos sobre os limites e a declaração de guerra que, refletidos séculos atrás, ganharam sentidos específicos no cristianismo primitivo¹⁶⁰. A primeira teorização ou a ideia de uma avaliação moral da guerra, apareceu na Antiguidade Clássica, datada por Marco Túlio Cícero em 45 a.C.. Em sua vida pública, o filósofo realizou a reflexão e produção intelectual sobre os acontecimentos políticos de Roma, articulando possíveis saídas aos conflitos da República.

No seu pensamento, Cícero (106 a.C. – 43 a.C) demonstra a possibilidade de discussão ou diálogo – aptidão particular aos homens – e também a emergência pelo uso da força nas

¹⁵⁷ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **As temporalidades e os fundamentos universalistas da violência na modernidade**. In: VIEIRA, Alba Pedreira e MAGALHÃES, Claudio José. op. cit. p.29-30. Para detalhamento do Império Romano e sua queda, Cf: DE SOUSA, Renata Floriano. **Guerra Justa: início, meio e fim em Francisco de Vitória**. 2017. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Humanidades. Programa de Pós-graduação em Filosofia. Porto Alegre.

¹⁵⁸ FREITAS, Ludmila Gomides. **O sal da guerra: Padre Antônio Vieira e as Tópicos Teológico-jurídicas na apreciação da Guerra Justa contra os índios**. 2014. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 107.

¹⁵⁹ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 94.

¹⁶⁰ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **As temporalidades e os fundamentos universalistas da violência na modernidade**. In: VIEIRA, Alba Pedreira e MAGALHÃES, Claudio José. **Arte e Violência: ensaios em movimento**. Ed. UFV, Viçosa, 2017. p. 27.

ações referentes às bestas¹⁶¹. Fazendo essa diferenciação entre seres racionais e irracionais, ele associou o uso da razão como fonte transformadora de conflitos, caso contrário, seria possível o recurso violento para que se cumpra a manutenção da paz.

O tipo de intervenção em função coletiva foi sistematizado no início da Idade Média por Santo Agostinho como uma sólida doutrina de guerra justa, em que ele elencou os principais preceitos da cristandade. Contudo, a nomeação dada por Cícero é de *Ius fetiale*¹⁶², concepção que incluiu a promoção de uma comunidade política em que os súditos tenham uma condição de paz e proteção de seus direitos. O filósofo priorizou o consenso comum para se viver bem em comunidade¹⁶³. Com essa premissa, é possível concordar que Cícero inaugurou os princípios para se pensar os limites éticos e legais de uma guerra, dando importância à autoridade que a conduz¹⁶⁴:

Ao postular os termos da guerra legítima, Cícero demonstrou saber que muitas guerras não foram e nem serão movidas por meio de correção ou punição de uma injúria recebida. Para estes casos, o Filósofo Romano propõe que os estadistas, ao moverem suas guerras, apresentem motivos legítimos de justificação. Segundo ele, “mesmo quando se luta pela superioridade, sendo a glória o alvo da guerra, não é menos imprescindível a existência de uma razão legítima”.¹⁶⁵

Em Cícero, as normas aparecem como margens ético-morais definidoras para que se declare uma guerra, de tal forma a almejar o fim maior, que seria a busca pela felicidade e justiça. Esta também seria menos danosa do que as guerras de sobrevivência por desejarem a verdadeira paz comum. No âmbito do Império Romano, essa faculdade justificou os diversos processos de expansionismo territorial, já que, retoricamente, os mesmos objetivavam a paz, a justiça e a felicidade para todos os povos¹⁶⁶.

A bagagem intelectual de Cícero para Roma revelou-se no caráter universalista que deu a sustentação teórica para a glória dos conquistadores, e remetia a abertura das fronteiras de paz e justiça que, posteriormente, deixaram como herança a noção do *direito das gentes* e *direito*

¹⁶¹ Ibid. p. 24.

¹⁶² A filósofa Renata Sousa compreende a *Ius fetiale* como protótipo para a sistematização de guerra justa em Santo Agostinho. Cf. DE SOUSA, Renata Floriano. **Guerra Justa: início, meio e fim em Francisco de Vitoria**. 2017. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Humanidades. Programa de Pós-graduação em Filosofia. Porto Alegre. p. 19.

¹⁶³ DE SOUSA, Renata Floriano. **Guerra Justa: início, meio e fim em Francisco de Vitoria**. 2017. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Humanidades. Programa de Pós-graduação em Filosofia. Porto Alegre. p. 22.

¹⁶⁴ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **As temporalidades e os fundamentos universalistas da violência na modernidade**. In: VIEIRA, Alba Pedreira e MAGALHÃES, Claudio José. op. cit. p. 24.

¹⁶⁵ DE SOUSA, Renata Floriano. op. cit. p. 24.

¹⁶⁶ Ibid. p. 26.

natural. O mérito desses conceitos calcula-se na base de sustentação teórica sobre a guerra em Santo Agostinho.

Em Agostinho (354-430), a guerra ganhou definição e uma contribuição mais enfática a respeito dos nortes da declaração e os danos que se sucediam. Com a sua teorização, a ordem política, que era a normatização cristã, ganhou uma autorização para combater aquele que lhe cometessem uma transgressão, fazendo, assim, uma guerra justa¹⁶⁷. A guerra, aqui, deveria conter um valor ético, não se valendo por vingança ou lucro e, portanto, possuía certos limites éticos em suas práticas.

Neste pensamento moral, o filósofo também estabeleceu princípios básicos para que se estabelecesse o confronto, sendo o primeiro o ideal de boas intenções, valendo-se da “correção de uma injustiça ou a restauração da paz”¹⁶⁸. Recuperando a sentença feita por Cícero, Agostinho exclamou sobre o fim maior da preservação da paz. Além desse fim, cabia a autoridade adequada a condução da guerra, respondendo à questão sobre a licitude de se guerrear. Esses princípios foram reajustados por São Tomás de Aquino e sistematizados na forma de se fazer política e atenta às práticas pelo bem comum. Isso quer dizer que a sua formulação recuperou os autores antigos e concebeu uma formatação mais “pragmática” desse dispositivo.

Diante disso, a formulação da doutrina da guerra justa versada por São Tomás de Aquino (1225-1274) possui uma perspectiva mais formalizada sobre o exercício da autoridade apropriada. Sua obra *Summa Theologia* tem um consenso sobre a responsabilidade da guerra, devendo ser confiada aos soberanos o direito de decidir a proclamação de uma. A prerrogativa exclusiva dada ao príncipe, ideia compartilhada de que a figura terrena do poder de Deus estava nas mãos e decisões do rei, seria a ordem direta, devendo responder somente a Ele, e cuja principal contribuição era a de distribuir justiça. Assim, escreve para o soberano que faz a guerra com a sua devida autoridade terrena:

(...) tomo da espada aquele que, sem ordem ou licença de qualquer poder superior e legítimo, se arma para derramar o sangue de outrem. Aquele porém que, sendo pessoa privada, toma a espada, por autoridade do príncipe ou do juiz, ou sendo pessoa pública, o faz por zelo de justiça e como por autoridade

¹⁶⁷ FREITAS, Ludmila Gomides. **O sal da guerra: Padre Antônio Vieira e as Tópicos Teológico-jurídicas na apreciação da Guerra Justa contra os índios**. 2014. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 109.

¹⁶⁸ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **As temporalidades e os fundamentos universalistas da violência na modernidade**. In: VIEIRA, Alba Pedreira e MAGALHÃES, Claudio José. **Arte e Violência: ensaios em movimento**. Ed. UFV, Viçosa, 2017. p. 29.

de Deus, esse não toma da espada por sua própria resolução, mas porque lhe foi cometida por outrem. Por isso, nenhuma pena lhe é devida.¹⁶⁹

Além disso, São Tomás atribuiu mais duas condições à guerra: uma voltada à causa justa - reafirmou as intenções previstas pelas cruzadas; e a outra seria a reta intenção, base que promovia o bem e evitava o mal.

Neste panorama, a causa justa em São Tomás versou com as formulações de Agostinho, respaldando que as justas guerras eram aquelas que “vingam injúrias, quando uma nação ou uma cidade, que vai ser atacada pela guerra, ou deixou de castigar o que foi iniquamente feito pelos seus membros, ou de restituir o que se apoderou injustamente”¹⁷⁰. Ao permitir guerras nessa lógica ética e moral, o filósofo queria evidenciar que a injustiça total feita pela guerra tem a chance de ser redimida e reverter o erro, mesmo que por caminhos violentos.

Por fim, a reta intenção em seu pensamento procura observar que as guerras seriam determinadas pela vontade da paz, sem qualquer evidência de crueldade, cobiça e ambição. “Não buscamos a paz para provocar a guerra, mas fazemos a guerra para alcançar a paz. Por isso, quando fizeres guerra sê pacífico, para vencendo os guerreiros, os conduzires à utilidade da paz”¹⁷¹. Notaremos como a problemática da reta intenção, para se buscar a extensão da cristandade, foi uma constante nas denúncias de Couto, principalmente, sobre a falta de investimentos e preocupação com a guerra:

SOLDADO: Agora já se não costuma isto, mudou-se o vinte a outra cama: já as Armadas se fazem nos comprimento sem tempo, e sem ordem, os soldados andam clamando, as casas que em Goa havia de esgrima, tornarão-se em escolas de dançar, e ensinar moças barreiras, nem de huma cousa, nem de outra, he officio vil, e assim, não há bombardeio em toda a India que acerte a Serra de Sintra sem lhe atirar do pé della: as visitasões dos hospitais, tornarão-se na casa dos Contos, e da Relação: de Governadores se fizerao Vereadores e de Capitaes Prelados: e assim tud o mais desta sorte¹⁷²

¹⁶⁹ AQUINO, São Tomás de. **Summa Teológica**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brinds, Livraria Sulina Editora: Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980, v. V. Apud: FREITAS, Ludmila Gomides. **O sal da guerra: Padre Antônio Vieira e as Tópicas Teológico-jurídicas na apreciação da Guerra Justa contra os índios**. 2014. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 112.

¹⁷⁰ Ibid. p. 113.

¹⁷¹ AQUINO, São Tomás de. **Summa Teológica**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brinds, Livraria Sulina Editora: Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980, v. V. Apud: FREITAS, Ludmila Gomides. **O sal da guerra: Padre Antônio Vieira e as Tópicas Teológico-jurídicas na apreciação da Guerra Justa contra os índios**. 2014. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 114.

¹⁷² COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p.72.

Sublinhando essas concepções que foram determinantes para a construção do pensamento intervencionista do Estado moderno, observa-se que a mentalidade cristã norteou as ações e os limites éticos e morais daquele tempo, modelando os comportamentos e as relações com os outros povos no Novo Mundo. O direito à guerra, nesse momento, viu a justiça e a moral como meio para o encaminhamento da legitimidade cristã e de suas concepções religiosas e éticas, além do princípio do embate em nome da Fé. Diante disso, os Estados cristãos – especificamente a abordagem de Portugal – assumiam a responsabilidade de espalhar e defender a cristandade, utilizando das classificações e distinções, nomenclaturas e categorizações, pelos territórios que desbravaram.

Sobre esse pensamento, Couto escreve:

SOLDADO: Antes que tivéssemos na Índia Fortalezas, nas primeiras Armadas que os Reys de Portugal mandarão a Índia, traziao seus Capitães Mores por Regimento, que dessem huma vista ao estreito de Meca, assim para saber o Soldado de Babylonia que lhe podia nossas Armadas impedir aquelle commercio e romagem da nefanda Casa de Meca (que em tudo tinhao nossos Reys o primeiro intento sempre na honra de Deos, nosso Senhor) como para fazer prezas nas Naos dos Mouros, que elles tratavao mandar extinguir da Índia, para com mais facilidade mandar plantar por ella a Ley do Evangelho, e para isso mandou depois Armadas deputadas para andarem naquelles Estreitos, de que huma dellas veyo por Capitão Mor o grande Affonso de Alburquerque, que começou a fazer guerra a ambos aquelles estreitos, e ao Reyno de Ormuz mais de tres annos contínuos, sustentando sua Armada toda das prezas que fazia nas Naos dos Mouros¹⁷³

Por isso, a guerra é vista como um *código ideológico*¹⁷⁴ que faz parte do que chamamos da consciência do Império, compartilhando os valores investidos por um Estado que ambiciona a força e a centralização, formando, assim, o corpo¹⁷⁵. Complementado a isso, somam-se todas as redes de sociabilidade e clientelismo, às instituições, pessoas, experiências e desejos, de tal maneira que formatavam as evidências históricas da ascensão à crise, do apogeu à política reformadora no âmbito do Antigo Sistema Colonial.

A síntese da cronologia da guerra pode ser vista como uma síntese de como se processou a história portuguesa e sua experiência com o outro e são grandes os debates históricos sobre

¹⁷³ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 107.

¹⁷⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu. A retórica do poder.** Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007. passim.

¹⁷⁵ Em referência à sociedade corporativa de Hespanha, onde o rei se estabelece como cabeça do Império, e seus subordinados, órgãos, sujeitos, desdobrando-se como membros de um corpo político. Cf: HESPANHA, António Manuel. **A representação da sociedade e do poder.** pp. 113-135. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870).** Lisboa: Estampa, v. 4.1998 p. 121.

essa problemática. Este operativo, veremos nos próximos capítulos, submerso no contexto e no imaginário que acompanhou o cronista Diogo do Couto e consolidou as questões de sua obra e de sua trajetória. Portanto, antes, é necessário entendermos um pouco mais sobre o autor, sua vida e as particularidades de sua obra.

CAPÍTULO 2. PROJETO DO REI

Este capítulo tem a intenção de apresentar e entender a trajetória de Diogo do Couto enquanto agente do Estado português na Índia. Sem descosturar a sua participação no organismo político de Filipe I e II de Portugal, recorre-se às matérias históricas sobre sua vida e participação política em Goa, bem como o seu desempenho na articulação entre as autoridades locais e seus superiores. Foi um funcionário com gosto pela escrita que, na prática, atuou com um grau de denúncia e instrução, mas que em algumas situações, contudo, inseriu uma carga excessiva de incômodos pessoais e projetos de vida.

Deve-se marcar Couto como responsável por traçar um tipo de escrita que defende os feitos nacionais e organiza a memória, fato confirmado por sua pretensão em arquivar os documentos da Índia e, por isso, foi idealizador da Torre do Tombo de Goa. Seus escritos foram também percebidos como memória pela Academia Real das Ciências de Lisboa, que deu atenção a seus manuscritos, e foi um espaço de recopilação de suas obras¹⁷⁶. Nesta instituição, o manuscrito do *Soldado Prático* recebeu a edição de António Caetano do Amaral, de 1790, o primeiro estudioso que se preocupou com uma organização desta obra. Outra edição, como a do filólogo português Manuel Rodrigues Lapa, revisitou o manuscrito e concebeu uma nova formatação em 1937, na qual o *Soldado Prático* era parte de publicações que cabiam ser mencionadas para a divulgação do trabalho do cronista.

Uma vez feita essa observação, realizaremos uma passagem pelos tópicos apresentados no *Soldado Prático*, partindo do princípio de que a vida e a produção literária de Diogo do Couto possuem características singulares e indivisíveis, elementos que indicam a sua categoria como intérprete da colonização. O seu espaço de escrita se traduzia como testemunha ocular da realidade da Índia, mas, este espaço, também foi dado pela criação cultural, histórica e política no circuito da retórica ao qual ele pertencia. Assim, começa-se a pensar a sua proposta por um modelo ideal de colonização a partir de sua representação política.

Diogo do Couto, o árbitro do rei

Ulisses é aquele que *viu* e sabe porque *viu*, indicando, de imediato, uma relação com o mundo que é o cerne da civilização grega: o privilégio do olho como modo de conhecimento¹⁷⁷

¹⁷⁶ Nesse sentido, o contextualismo trata de observar além dos textos, dá caminhos para se pensar a documentação e a sociedade que a produziu, o vocabulário, a força e direção em que foram escritos. Cf. SKINNER, Quentim. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro, Laura Teixeira Motta. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 13.

¹⁷⁷ HARTOG, François. **Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Em *Memórias de Ulisses*, François Hartog analisa Ulisses a partir da realidade grega, sobretudo a partir da relação que os gregos estabeleciam entre eles e outros povos. Desse encontro, a ligação entre ver e saber, serviria como critério de identificação da realidade histórica e como recurso da linguagem. Ora, a escrita humanista também não se utilizou desses elementos do ver e saber para confirmação as realidades do ultramar? Assim como Ulisses, Diogo do Couto se comporta como o *viajante* que escreveu suas impressões e experiências na Ásia portuguesa. Como um guia, mostrou sua dimensão experimental das conquistas lusas e traçou uma análise de si mesmo e do outro. Recorrendo ao olhar de Couto sobre o mundo, baseia-se a investigação do seu discurso sintomático da ordem social e política da Ásia portuguesa:

[...] o esforço que fazia para ganhar honestamente a vida, dada a sua canseira e as despesas que lhe acarretava a impressão das Décadas, e a mágoa com que aos seus olhos de soldado e historiador se lhe representava a vergonhosa decadência dos Portugueses no Oriente, perseguidos incansavelmente por Ingleses e Holandeses. As suas cartas reflectem uma verdadeira obsessão a esse respeito.¹⁷⁸

Nas suas páginas, e a partir do seu esquema narrativo, sua viagem pessoal pelo território de Goa refez-se, inovou-se, domesticou-se, além disso, criticou ou elogiou a conjuntura política e social, e se adaptou à tradição de uma política de mercês e benesses, na qual, sobretudo, as práticas de escrita eram moldadas por uma próspera lógica que favorecia ou desfavorecia àqueles que construía um sentido prático para o Estado e para o rei.

Tal posicionamento é explicado por Maria Augusta Lima Cruz no memorial *Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico*. A autora descreve um sujeito que toma partido, grita, que acusa e denuncia - uma voz que incomodou os interesses e ambições, ora ao rei, ora à classe à qual pertenceu e ora até a si mesmo. Para esta autora, os diálogos construídos pelas obras de Couto revelaram seu *alter ego* – ou seja, ao ler o *Soldado Prático* encontra-se com uma particular pontualidade sobre o mundo que, em encontro com a alteridade, promoveu narrativas de poder e articulação, posicionando interesses do jogo político.

Para o trabalho de reconstrução histórica de Diogo do Couto, nos valem de diferentes estudos que utilizam o cronista como fonte direta ou o localizam na sua função para o Estado da Índia. António Coimbra Martins, Manuel Severim de Faria, Pedro José de Figueiredo, Audrey Bell, Charles Boxer, Águedo de Oliveira, Georg Schuhammer, Luís de Sousa Rebelo,

¹⁷⁸ COUTO, Diogo. **O soldado prático**. Texto restituído, prefácio e notas pelo professor M. Rodrigues Lapa. Cf: LAPA, Manuel Rodrigues. Lisboa: 3ªEd, Clássicos Sá Costa, 1980, p. 7.

e Maria Augusta Lima Cruz são alguns dos autores que permitem o recuo até o seu nascimento e mapeamento de suas obras em seus contextos. Essas fontes revelaram sua postura incômoda, que defendia, mas que também denunciava, seu desempenho mutante para um poder distante, herança de uma carreira política incansável e fidedigna¹⁷⁹. Veremos razões em seus notáveis feitos na Índia.

Essa investigação reconhece em Diogo do Couto um personagem dinâmico que, por tantas vezes, reinventou-se, maleável em suas andanças e contatos de chancelarias reais e palácios, fatos, então, transportados para a sua percepção de mundo. Ademais, analisamos e reconhecemos como foi o seu modo de escrita, indispensável para o trabalho de reconstrução histórica da sua obra. Por isso, Maria Augusta Lima Cruz aponta o caráter esperançoso desempenhado no seu *Primeiro Soldado Prático*, tornando pensável uma solução para a Índia decadente. Porém, quando se depara com a proposta do *Segundo Soldado*, repara-se em um amadurecimento pessoal, no qual o espaço de escrita sofreu perturbações com o desgoverno, ressaltado, ainda, na descrença por suas benesses e por uma solução das mazelas nos territórios de Goa.

Para a coroa, as prerrogativas da escrita humanista, em prol de seu poder e glória, constituíam os assuntos que tratavam com o “ideário inerente à produção intelectual letrada portuguesa”¹⁸⁰. Nessa ordem política, como já lembrado na análise de Ângela Barreto Xavier e discutido no primeiro capítulo deste trabalho, para a formação da *respublica* caberia a gerência das identidades sociais, políticas e culturais¹⁸¹. Portanto, começa-se a pensar que a representação da colonização feita por Couto tem seus aspectos estruturais baseados nas prerrogativas do humanismo português, responsável pelo ideário seguido por seus letrados.

Diogo do Couto nasceu em Lisboa, no ano de 1542. Filho de Isabel Serrão de Calvos e Gaspar do Couto, foi na freguesia de Santa Justa que o menino cresceu vendo a carreira militar de seu pai e os serviços prestados ao Infante D. Luís, irmão de D. João III. Segundo Rodrigues Lapa, Gaspar do Couto obteve exemplar trajetória na expedição de Túnis, em 1535 e, por esta razão, construiu um percurso de fidalguia, sendo convidado a integrar a Casa deste Infante. Este

¹⁷⁹ Este trabalho não contempla todos estes escritos. Abarcar toda essa produção mereceria um espaço ainda maior e de grande fôlego.

¹⁸⁰ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia**. 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. p. 12.

¹⁸¹ XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015 p. 19.

é um debate ainda quente sobre a origem da família de Couto e foi uma influência direta para a sua partida para o Oriente¹⁸².

O que se confirma é que esse episódio foi crucial para as escolhas na sua vida adulta e nas benesses que lhe foram atribuídas, já que nos finais de 1607, Diogo do Couto enfrentou uma constante averiguação sobre sua “falta de nascimento”, em que se faziam dúvidas sobre o seu legado de fidalguia, herança da sua fresca ascensão social. Com essa indagação surgiram especulações e questionamentos para a sua permissão de entrada na Ordem de Cristo, importante congregação religiosa e militar criada no século XIV para designar missões de evangelização e povoação dos novos territórios.

Segundo a historiografia, essas constantes especulações sobre o seu nascimento tiveram direta ligação com a sua produção literária amarga e ressentida¹⁸³, já que em várias passagens de suas obras, Couto fez um tipo de literatura intimista, decorrente das mazelas de sua vida- em suas palavras irônicas “Eu não peço a S. Majestade que me faça fidalgo nem que me dê o hábito de Cristo, porque o mundo está tão cheio deles, que inda hei de ser conhecido por homem que não tem hábito”¹⁸⁴. Dessa maneira, podemos verificar em suas falas uma constante invocação de suas motivações pessoais, teor que se repete em várias de suas obras.

Retomando a sua juventude, Couto foi criado nos corredores do palácio do Infante D. Luís, lugar de domínio das letras e de exposição à cultura renascentista. Nesse impactante ambiente intelectual, o menino, em meados de 1555, acompanhava os estudos no colégio dos jesuítas de Santo Antão em Lisboa e, logo depois, teve lições de Filosofia no convento de São Domingos de Benfica¹⁸⁵. Nestes anos, ele já era moço de câmara na Casa do Infante, herança da carreira de seu pai. Couto recebeu formação sobre a antiguidade clássica, latim e retórica, curiosamente acompanhado por D. António, filho de D. Luís, futuro Prior do Crato. Portanto, não é necessário dizer o quanto este universo palaciano favoreceu a imaginação e o seu gosto pelas letras, mediado por nobres descendentes de D. Luís, indícios que fizeram do menino aspirante de valores e princípios da nobreza portuguesa.

Associado ao círculo cortesão, sua formação dominicana e jesuítica, segundo Maria Eduarda Castro Magalhães, é diretamente ligada ao seu teor clássico-teológico antirreformista.

¹⁸² VILA –SANTA, Nuno. **O Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto e os seus contemporâneos**. In J. D. S. Maia (Ed.), *Memórias 2017*. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, v. 47, 2018. p. 3

¹⁸³ COUTO, Diogo. **O soldado prático**. Texto restituído, prefácio e notas pelo professor M. Rodrigues Lapa. Cf: LAPA, Manuel Rodrigues. Lisboa: 3ªEd, Clássicos Sá Costa, 1980, p. 1.

¹⁸⁴ Ibid. p. 4.

¹⁸⁵ CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico**. In J. D. S. Maia (Ed.), *Memórias 2017*. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, V. 47. 2018. p. 157.

Relacionado aos preceitos do humanismo cívico, ele escreveu se protegendo da censura do Tribunal do Santo Ofício:

Não faltaram ao corpo do discurso (Soldado Prático) menções às Escrituras e à história religiosa, bem como à história da Antiguidade grega, romana e egípcia, sobre a qual Couto tinha uma notória erudição. A narrativa é imbuída de uma perspectiva da história consoante com o humanismo católico português, recorrendo às explicações e à legitimidades dos modelos greco-latinos, história como demonstração moralizante¹⁸⁶

Em Couto:

SOLDADO: Em quanto esta infernal peste da avareza não entrou em Roma, foi sempre senhora do mundo, mas depois de Commodo Antonino, sucessor no Império, que começou a vender os Magistrados e que entregou o coração todo nas mãos da avareza, logo começou a decahir da sua grandeza¹⁸⁷

Desse pressuposto, depreende-se que Couto, rememorando a queda de Roma, combinou os tópicos sobre o sucesso e o fracasso do império e arquitetou elementos capazes de instruírem lições para o futuro, como um exemplo histórico, conforme a ideia de Cícero da “história mestra da vida”¹⁸⁸.

Sobre a proximidade existente entre os membros da casa de D. Luís e Couto – e logo a intersecção dos valores compartilhados por estes sujeitos para a conservação das estruturas físicas, jurídicas e políticas das monarquias católicas – reportamos ao trabalho de Rubens Panegassi. Segundo o historiador, a composição estrutural do poder no Antigo Regime, revela-se na imagem divina do rei, caracterização simbólica cuidada também pela Igreja e pelas funções ocupadas por seus súditos que, divididos hierarquicamente – sejam por rituais, moda, etiqueta – obedeciam a uma hierarquia específica e as funções para o seu senhor. Estar perto do rei era um grande privilégio dentro do organismo político:

Assim, enquanto centro de poder e também enquanto referencial paradigmático, o grau de proximidade com o rei constituía como ideal, que orientaria as práticas dos cortesãos. Efetivamente, ao passo que a proximidade com a figura do rei se impunha como necessária no cálculo da carreira do cortesão, é visível que a fixação da imagem do cortesão ideal reifica este

¹⁸⁶ MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. **O Soldado Prático e a lógica da "economia do dom"**. São Paulo: Revista USP, (83), 2009. p. 128.

¹⁸⁷ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 117.

¹⁸⁸ MARQUES, Maria. op. cit. p. 129.

procedimento como elemento de diferenciação da singularidade do cortesão e de sua carreira.¹⁸⁹

Esse modelo estrutural era a condução do estilo de vida cortesão do Antigo Regime, pautado na obediência e submissão. Transportado para os espaços de jurisdição portuguesa, esse estilo de vida construiu a releitura da hierarquia e do poder, estendendo-se em alegorias da colonização. Exemplo dessa leitura do ultramar a partir de um estilo de vida cortesão pode ser visto na forma como Goa foi tratada pelas autoridades: a Lisboa do Oriente, pois tornou-se exemplo de cidade que soube imitar a metrópole, com governos que implementaram modelos de administração, cultura urbana e social, arqueologia jurídica, política e símbolos da nobreza portuguesa¹⁹⁰.

Ângela Barreto Xavier exemplifica essa coordenação ao trabalhar a forma como Goa foi tratada como *translatio para o Oriente*. Isso quer dizer que, possivelmente, Lisboa conseguiu em Goa formatar sua réplica, em que se tornou polo do império e aspirante ao título de Roma do Oriente¹⁹¹. Centro indiscutível do império português do Oriente, a interferência de Lisboa sobre Goa esteve presente até em seus regimentos internos, sobretudo para receber as instituições da capital, em particular a Torre do Tombo de Goa que “tudo era para ser feito pelo modo e ordem que se tem na Torre do Tombo desta cidade (Lisboa)”¹⁹². De fato, para que a cidade recebesse tantos elementos privilegiando sua composição, foi preciso que a sociedade consentisse e vivesse de forma similar à hierarquia, inspirada pelo formato de vida cortesão da Europa.

Voltando a via da história de Couto, após a morte de D. Luís, seu amo e senhor, e logo depois de seu pai, o jovem soldado continuou prestando seus serviços a D. João III, mas se sentiu pressionado socialmente, desamparado e com o peso da insignificância de seu nascimento. Por esta razão, tomando como base o prefácio de Rodrigues Lapa, foi nesse período que Couto voltou o seu olhar para as coisas do Oriente e se organizou para a milícia e carreira de armas. Rapidamente essa decisão gerou mudanças drásticas e o resultado foi o seu embarque para a Índia, em 1559, na frota de Pêro Vaz de Sequeira. Aos dezessete anos, Couto começou

¹⁸⁹ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia**. 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. p. 37.

¹⁹⁰ XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015 p. 71.

¹⁹¹ Ibid. p. 39

¹⁹² SOUZA, Teotónio R. **Da Torre do Tombo à Gova Purabhilekha: comemorando 400 anos do Arquivo Histórico de Goa**. Lisboa: Anais da Academia Portuguesa da História, Comunicação apresentada em sessão ordinária de 25 de outubro de 1995. II série, v. 41, 2003. p. 457.

sua longa experiência do ultramar, e seria na cidade de Goa que ele conseguiria se estabelecer na carreira militar.

Segundo Maria Augusta Lima Cruz, foi na posição de soldado na Índia que Couto militou durante dez anos, com campanhas na costa ocidental do Indostão¹⁹³, percorreu o Norte da Índia e no Malabar. Em serviço de D. João III, conheceu e desbravou, observou e aprendeu os negócios da Índia. Por volta de 1568, tomou parte da campanha em Surrate e da conquista de Mangalor. Curiosamente, as impressões pessoais destes episódios compõem parte da documentação do *Soldado Prático*, mostrando como o imaginário de Couto sobre aquele cenário foi transportado para a narrativa:

Em 1568 já o vemos na expedição de D. Antão de Noronha contra Mangalore. A cidade foi tomada de assalto, e a visão das enormes cutiladas que então se deram perdurou longamente na imaginação de Couto: “houve golpe que cortou um mouro pelo ombro até à cinta, e outros que cotaram pernas cêrceas e que abriram as entranhas a muitos” – diz-nos ele na Década VII¹⁹⁴

António Coimbra Martins, pesquisador com uma interpretação segura e profunda sobre a vida de Couto, propôs uma das primeiras reconstruções históricas sobre a carreira e as obras do cronista, intituladas *História de Diogo do Couto e de seus livros* e *Em torno de Diogo do Couto*, publicadas no final da década de 1980. Martins classificou o fruto da primeira experiência na Índia e indicou Couto ligado às armas e às letras. Segundo ele, a herança destas campanhas foi o seu mais antigo manuscrito, intitulado o *Primeiro Soldado Prático*, com datas dos anos de 1565 e 1570¹⁹⁵. Nota-se certa concordância entre os estudiosos de que o *Primeiro Soldado* foi sua prima obra.

Em fevereiro de 1569, o então soldado da Índia fez seu primeiro retorno a Portugal acompanhando o vice-rei D. Antão Noronha. Foi durante esta viagem que ocorreu o encontro com seu “especial amigo” Luís Camões na ilha de Moçambique, de quem fora contemporâneo e discípulo nos estudos de Filosofia no convento de Benfica¹⁹⁶. Nesta ocasião, Camões teria pedido a Couto um comentário sobre o seu mais novo Poema, o que conhecemos hoje como a obra *Os Lusíadas*. Couto deu início ao comentário ali mesmo em viagem, levando até o IV ou V cantos, mas foi interrompido por conta de outras responsabilidades e nomeações. Por

¹⁹³ CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico**. In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017**. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, V. 47, 2018. p. 157.

¹⁹⁴ COUTO, Diogo. **O soldado prático**. Texto restituído, prefácio e notas pelo professor M. Rodrigues Lapa. Cf: LAPA, Manuel Rodrigues. Lisboa: 3ªEd, Clássicos Sá Costa, 1980. Prefácio, p. 3.

¹⁹⁵ MARTINS, António Coimbra. **Em torno de Diogo do Couto e seus livros**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. 1985, p. 11.

¹⁹⁶ COUTO, Diogo. op.cit. p. 3.

coincidência, os dois autores embarcaram juntos para o Reino, chegando em terras lusas por volta de 1570, em viagem que carregou dois importantes manuscritos para a história portuguesa, conhecidos como *Primeiro Soldado Prático* e *Os Lusíadas* (1572).

Nesse trecho, Camões é citado por Couto com apreço e representatividade na conjuntura letrada da época, fazendo uma menção saudosa:

SOLDADO: Mas he esta nossa nação tão coitada, ou tanto para pouco, que trabalhamos por nos aniquilamos huns os outros, sendo tão diferente nas mais, que sempre folgarao de engrandecer seus naturaes, que achamos por essas escriptura assim Gregas, como Romanas, alevantamos grandes Capitaes de homens bem baixos, porque em todas se estimarão sempre muito as virtudes, e o valor: só nesta nossa não, e deve nascer o haver isto e poucos, conforme aquele verbo do nosso grande poeta Luiz de Camões nas suas Lusiadas, que diz: “Que quem não sabe a Arte não a estima” quem usa das virtudes, sabe-as estimar, e porque entre nós faltam, falecem os favorecedores delas¹⁹⁷

Maria Augusta Cruz Lima conta-nos que chegaram em Portugal em 1570 e, logo, Couto teria encontrado com D. Sebastião e entregue a versão do *Primeiro Soldado Prático*, composta por grande denúncia sobre a corrupção, o clientelismo, os erros da máquina administrativa e, principalmente, sobre a ambição e a falta de disciplina militar, “punham e dispunham, governavam muito fidalgos, sem experiência suficiente, ou sem experiência nenhuma, quando começavam a entender a Índia, mandavam embora”¹⁹⁸. Com o caráter instrutivo, o primeiro Soldado, assim como o segundo, desejou sanar as deficiências e as vicissitudes da Índia¹⁹⁹. Essa obra representa a definitiva vocação de Couto como cronista.

Entretanto, Nuno Vila-Santa recorda que o jovem Couto não obteve resposta do rei em relação a esse primeiro escrito²⁰⁰, apesar de esta mesma obra ter dado confiança e bagagem para as publicações seguintes. Na historiografia, a incerteza sobre a resposta do rei deve-se também ao fato de que esse primeiro texto do *Soldado Prático*, escrito por volta do último quartel do século XV, foi furtado. A versão que utilizamos como fonte foi uma iniciativa individual de Couto, reescrita em 1610, com título similar ao primeiro. Portanto, esse texto reformulado foi

¹⁹⁷ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p.84.

¹⁹⁸ MARTINS, António Coimbra. **História de Diogo do Couto e seus livros.** Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985 p. 75.

¹⁹⁹ CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico.** In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017.** Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, V. 47, 2018. p. 159.

²⁰⁰ VILA –SANTA, Nuno. **O Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto e os seus contemporâneos.** In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017.** Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, v. 47, 2018. p. 177.

recolhido por Manuel Severim de Faria, chantre de Évora²⁰¹, e vem sendo tratado pela historiografia como *Segundo Soldado Prático*, principal documentação desta pesquisa. Essa obra recebeu um formato aprimorado e uma publicação com os moldes da Academia no ano de 1790, de modo que, nessa edição, de António Caetano do Amaral, tem-se o *Segundo Soldado* e uma versão remontada do Primeiro Soldado.

Retornando à Índia em 1571, Couto foi designado pelo vice-rei António Noronha (1571-1573) para cuidar do armazém dos víveres em Goa, em que tinha a responsabilidade pelo provimento das armadas. Provavelmente, esse cargo foi um dos principais em sua carreira, pois o colocou em contato com muitos homens de negócios, fazendo com que ele passasse a conhecer a fundo as relações públicas naquele território. Apesar destas atribuições, seus compromissos com a milícia permaneceram até meados de 1580, quando foi capitão de Tarapor, região entre Bombaim e Damão.

Por estes anos, já devidamente instalado em Goa, casou-se com uma moça natural da Índia chamada Luísa de Melo e, por isso, tinha se radicado como *casado*²⁰². Couto sentiu-se pertencido à categoria de casados e, segundo Maria Augusta, sua escrita tem muito das ambições que esse grupo reivindicava, este fato refletiu em sua trajetória marcada como porta-voz dos casados, ansioso por conseguir as demandas que eram solicitadas por petições e correspondências²⁰³.

No ano de 1589, ele percebeu a necessidade de organização da história da Ásia portuguesa e escreveu uma carta destinada a Filipe I de Portugal, já vigência da monarquia dual. Couto atentou o monarca para a necessidade de criação de um arquivo e idealizou a Torre do Tombo de Goa. Nesta carta, ele também se candidatava para escrever a *Crónica Geral da Índia*, estilo de grandes compilações, escritas, sobretudo, pelo cargo excepcional de cronista que procurava demarcar a história oficial dos portugueses no Oriente. Por essa proposta, o cronista pretendia continuar as obras interrompidas pelo falecimento de João de Barros – principal historiador quinhentista, em 1570 – colocando-se candidato a uma sucessão.

²⁰¹ MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. **O Soldado Prático e a lógica da "economia do dom"**. São Paulo: Revista USP, (83), 2009.p. 129.

²⁰² No Oriente português, a categorização e hierarquização da sociedade seiscentista possuía particularidades funcionais na dinâmica colonial. A nomenclatura de casado, por exemplo, relacionava-se com o estabelecimento de portugueses na região e, também, com a distribuição de privilégios régios, conforme notamos na vida de Couto. Para mais detalhes das categorizações e suas funções na época: Cf. GOMIDE, Ana Paula Sena. **Novos encontros, antigos conceitos: hierarquização e (des) qualificação social na Índia portuguesa (Séculos XVI-XVII)**. Revista Temporalidades, Revista de História, Edição 21, V. 8, N. 2, 2016.

²⁰³ CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico**. In J. D. S. Maia (Ed.), Memórias 2017. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, V. 47, 2018. p. 170.

A resposta só apareceu seis anos depois, em 1595, e o monarca reconhece em Diogo do Couto um bom funcionalismo e influência local, já que tinha proximidade com diversas autoridades daquela época. Assim, Filipe I o designa a continuar a Crónica da Índia, embrião para as *Décadas de Couto*, e a organização do Arquivo de Goa²⁰⁴. Nessa hora, o cronista se encheu de entusiasmo e honra com a titulação de guarda-mor e cronista do reino de Portugal, recebendo a credibilidade da sucessão de João de Barros e ocupando um cargo prestigioso na cultura política e letrada do século XVI, sendo evidenciados por *orientalistas profissionais*²⁰⁵.

Segundo Giuseppe Marcocci, o estatuto de cronista-mor era essencial na articulação entre as instâncias do poder e tarefa importante para a política vindoura. Essa nomeação tinha a responsabilidade de construir a imagem do Império e operava em diferentes níveis; seja na criação e divulgação da história e feitos da nação; seja no âmbito privado, baseado nos espaços de leitura interna dos officios e funcionários, portando-se como informante do distante poder central²⁰⁶. Portanto, tudo que era divulgado ou aparecia sobre a história oficial passava pela vista do cronista-mor, sobretudo sobre a sua própria escrita e imaginação. Disso escreve António Coimbra Martins:

Couto conhecia as histórias gerais, e muitas relações particulares, da Ásia portuguesa, dos feitos, das terras e das gentes. Correia, Castanheda e Barros, tinham começado a sua obra a partir da descoberta. A história nunca para, mas tinha parado a escritura da história luso-oriental, considerada na sua generalidade. Porque não preencheria Couto a lacuna que ia se alargando? Esta foi a ideia que germinou em seu espírito: ser cronista de Filipe II (Espanha), pela parte que tocava ao respectivo império oriental.²⁰⁷

Dispostos nesses distantes espaços imperiais, esses agentes exerciam a soberania de um poder central e, em tese, garantiriam a ordem nesses territórios periféricos. Esses poderes se estabeleciam como pontes de comunicação com a Coroa e, apesar de inseridos em um espaço de influencias múltiplas, tinham em si um ideal de fidelidade para com a hierarquia monárquica, tal como vivida no reino – como evidenciamos acima. Rubens Panegassi detalha:

A honra de cada cortesão passava pela definição de seu lugar na Corte, lugar onde o rei deveria aspirar à distância majestática, no intuito de sinalizar sua autoridade soberana. Uma vez alcançada esta posição de supremacia, o soberano teria, abaixo de si, seus súditos, “obrigados a obediência”. Assim, enquanto centro de poder e também enquanto referencial paradigmático, o

²⁰⁴ Ibid. p. 159.

²⁰⁵ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII*. ICS: Lisboa, 2007. p. 124.

²⁰⁶ MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 235.

²⁰⁷ MARTINS, António Coimbra. *História de Diogo do Couto e seus livros*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985. p. 78.

grau de proximidade com o rei se constituía como um ideal. Que orientaria as práticas dos cortesãos.²⁰⁸

Nesse trecho do *Soldado*, o cronista fez uma metáfora, utilizando das experiências históricas da Antiguidade, mostrando a relação de confiança mútua que se estabelecia na lógica do colonial, sendo que, mediadores eram enviados para os espaços distantes, a fim de servir com fidelidade na busca por suas mercês:

SOLDADO: Dos famosos Tyrannos Fálares Agregentino, Dionísio Siracusano, Jugurta Numidiano, e outros muitos desta sorte. que sustentaram sus Reynos, não foi com virtudes que tivessem, porque erao crueis, e deshumanos, mas foi com liberalidades em que suas tyrannias usavao com seus naturaes não lhes tomando o seu, porque entendiao, que se tyrannisassem vassalos próprios, ou o não consentiriao por Reys, ou se lhes degradariao e ficavao sendo senhores das Cidades e Villas despovoadas: porque a obrigação de hum bom Rey he trabalhar por enriquecer vassalos, porque não há Rey de vassalos pobres, que se possa chamar rico: e esta foi a causa, porque o grande Alexandre mandou castigar hum hortelão, porque de hum jardim seu arrancava hortaliça, e hervas com raízes, dando nisso a entender, que os Reys não haviao de destruir os seus vassalos tanto que viessem a brotar, nem o pastor prudente havia de trosquiar tanto suas ovelhas, que lhe cortasse a pele: assi o rei sábio e prudente não havia de tyrannizar tanto seus povos e vassalos que viessem a estancar²⁰⁹

Na Época Moderna, as redes de comunicação entre o centro e a periferia, como mencionado no primeiro capítulo, eram parte da cultura letrada usada com frequência entre vassalos e funcionários da corte. Era comum o envio de diversos tipos de cartas e correspondências para o reino. Na específica situação histórica da decadência, em meados do século XVII, essa prática já era considerada como um meio importante de interlocução do funcionalismo régio na América e Ásia portuguesa.

Em um trabalho importantíssimo sobre esses encaminhamentos, a professora Adriana Romeiro indica que o *direito de petição* se tornou uma ação comum entre os indivíduos que buscavam mercês em troca de informações sobre os governos além-mar e, relembra, ainda, como esse tipo de prática do Antigo Regime demarcou diferentes representações do império e um dispositivo de governo²¹⁰. A importância dessa concepção se assenta no fato dela ser

²⁰⁸ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia**. 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. p. 37.

²⁰⁹ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 27.

²¹⁰ ROMEIRO, Adriana. **O governo dos povos e o amor ao dinheiro**. Belo Horizonte: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano/vol 51, 2015, p. 105.

característica do estilo de escrita de Couto, por meio da qual ele também pretende dar conta das mazelas da decadência. Mas nos cabe pensar: até que ponto o *Soldado Prático* foi, também, modelo e direito de petição?

Antes, porém, de voltarmos à vida de Couto, é interessante compreender como se fazia na prática o direito de petição. Em contraposição às preocupações das responsabilidades do cronista, a importância dada às denúncias do reino, tal como exibidas nas obras de Couto, mostram como esse cronista não se limitou à elaboração de narrativas, mas se incumbiu de produção de cartas e correspondências, conjunto definido pelo direito de petição. Segundo escreve Adriana Romeiro, que reconhece este artifício em Couto:

Em todo o Império português, o direito de petição funcionou como instrumento eficiente para a expressão do descontentamento ante os abusos e arbitrariedades das autoridades locais. Por meio dele, a voz distante dos vassallos subia até o trono, ritualizando a imagem do monarca como protetor dos fracos e desvalidos.²¹¹

Então, concomitante às suas atribuições de cronista em evidenciar uma história que deveria ser lembrada, Couto mostrou-se, ainda, versátil em sua postura e em seu ideal de homem da corte, e vigilante no diagnóstico dos vícios da Índia, usou recursos de linguagem para recuperação da ordem. Dentre tantas produções, nota-se que o cronista viveu de forma intensa todas as situações históricas de sua época, ressignificando os seus instrumentos de escrita e participando, em diversos níveis, das demandas e representação sobre o ultramar. Provavelmente, como veremos, isso afeta a sua noção de guerra.

Outro ponto importante que aparece na historiografia de Diogo do Couto é o seu caráter de valorização das letras, da Filosofia, da retórica e da História – fruto de seus estudos nos centros acadêmicos de Portugal – aliado à moralidade da “intenção de registrar a história para servir de lição para o futuro”, e responsável pela construção histórica como mestre da vida²¹². Possivelmente, isso provinha do cargo de cronista-mor, responsável por salientar, ante aos subalternos, o sentido moral inspirado na nobre cultura humanista e no desejo de “dominar necessários às exigências de prudência e discrição, virtudes necessárias à vida palaciana”²¹³.

²¹¹ ROMEIRO, Adriana. **O governo dos povos e o amor ao dinheiro**. Belo Horizonte: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano/vol 51, p. 106-121. 2015, p. 108.

²¹² MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. **O Soldado Prático e a lógica da "economia do dom"**. São Paulo: Revista USP, (83), 2009. p. 128.

²¹³ PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia**. 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. p. 39.

Seu apelo aparece com exemplos da Antiguidade, ou seja, exemplos de governantes que aliavam as armas às letras e, assim, conseguiam conquistar e manter seus reinos. Além disso, esse trecho é um pressuposto à valorização do humanismo e particularmente, à vida de Couto:

SOLDADO: Nunca a penna embotou a lança: Soldado, Capitam era Cesar. E conquistando a Galia, de dia pelejava, e de noite escrevia nos seus Commentarios. Alexandre conquistando o mundo sempre comunicava com Philosophos, e trazia a Iliada de Homero a cabeceira. Epaminondas Lacedomonio trazia no exercito sempre a sua Livraria, e não se determinava de qual tinha ais se de esforçado, se de sabedor, e de trezentos outros Capitaes a quem as armas não escusarão o Engenho, e na digo isto porque haja em mim o que Vossa Merce diz, porque somente o amor das letras me ficou daquela primeira idade, em que gastei alguns annos nas Artes Liberaes, de que so me ficou a inclinação dos livros com que communico as horas que me restam, porque o natural do homem he desejar saber, como afirma Aristoteles no primeiro da Metaphysica²¹⁴

Nesse sentido, Nuno Vila-Santa ressalta a capacidade de Couto em conduzir os marcos morais, remetendo à influência de D. Luís que, para ele, era modelo de príncipe cortesão renascentista. Em passagens de suas *Décadas*, Couto deixa claro o sentido inspirador que esse senhor e mentor teve em sua vida particular e o enaltece como espelho para outros governantes. Assim, “analisou e avaliou decisões políticas quer de D. João III, quer de D. Sebastião, os quais foram avaliados à luz do seu julgamento do príncipe cortesão que para ele simbolizara o Infante D. Luís”²¹⁵. Estes pontos mostram, efetivamente, como a escrita destes teóricos se fez com pautas políticas que buscavam em uma obra de memória e de retórica histórica demarcar, sobretudo, a virtude compondo essas obras em uma arquitetura argumentativa de pragmatismo e correção para o futuro.

Ao longo da última metade do século XVI, Diogo do Couto tornou-se mais influente e procurado pelas autoridades locais, desejosas da construção literária de seus feitos na Índia. Isso se deve ao fato de que, além de escrever sobre a experiência dos descobrimentos, o cronista-mor tinha entre as suas responsabilidades a de ser orador oficial²¹⁶ e promover os discursos de boas-vindas aos vice-reis e governantes recém-chegados no Senado de Goa.

²¹⁴ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 12.

²¹⁵ VILA –SANTA, Nuno. **O Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto e os seus contemporâneos.** In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017.** Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, v. 47, 2018. p. 173.

²¹⁶ CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico.** In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017.** Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, V. 47, 2018.p. 160.

O Laço de harmonia e solidariedade entre autoridades e os teóricos da corte, era característica essencial para a impressão que os governantes e vice-reis queriam passar de seus governos no ultramar, traço importantes na comunicação de um Império tão vasto. Para isso, o cronista escrevia obras de esplendor e glória e fazia discursos nos espaços públicos, no intuito de construir a imagem política dessas autoridades. Essa lógica incorporava os anseios de enriquecimento da crescente economia de benesses do Antigo Regime, dinâmica do funcionalismo régio e que estabeleceu a arquitetura das relações políticas da Época Moderna que, inclusive, veremos na vida de Couto.

Por isso, entre os anos de 1596 e 1598, Couto compôs as *Décadas Quarta, Quinta e Sexta*, dando sequência às *Décadas* feitas por João de Barros²¹⁷. Na mesma época, esteve ligado aos assuntos da criação da Torre do Tombo de Goa e às relações particulares com o novo vice-rei D. Francisco da Gama, 4º conde da Vidigueira, bisneto de Vasco da Gama. Couto construiu relações bem mais harmoniosas com este governante do que com o antecessor Matias de Albuquerque (1591-1597). Matias tinha uma postura mais autoritária e limitou o trato da documentação oficial pela qual o cronista se interessava.

Contudo, o novo tempo de paz e de conexão com os Gama fez com que Couto estabelecesse laços, segundo Maria Augusta Cruz, indicados por relações de conveniência e convicção, durante os quais elaborou obras de culto dessa geração de governantes. Obviamente, isso foi estabelecido por um contrato entre o letrado e o novo vice-rei, D. Francisco da Gama (1597-1600), e provocou um alcance inegável da imagem da regência dos Gama na Índia. O fruto desse ambiente foi o *Tratado dos Gama*, concluído em 1599, que contava as façanhas da geração de Vasco na Ásia e promovia a estabilização e um impacto social desses governantes²¹⁸. No âmbito da vida particular de Couto, esse tratado promoveu, efetivamente, o reconhecimento de seu status como cronista e além de uma amizade profícua com D. Francisco, parte da arquitetura relacional do mundo português.

Apesar deste momento de valorização pessoal que Couto conquistou na regência do bisneto de Vasco, o esforço de manter relações harmoniosas com outros vice-reis nem sempre foi satisfatório. Nuno Vila-Santa analisa que na gestão de António Moriz Barreto (1573-1577) existiu um conflito com seu hábito de aconselhar sobre as matérias da Índia e surgiu uma

²¹⁷ AVELAR, Ana Paula M. **Visões do oriente. Formas de sentir no Portugal de Quinhentos**. Lisboa: Colibri, 2003, p. 54.

²¹⁸ CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico**. In J. D. S. Maia (Ed.), *Memórias 2017*. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, V. 47, 2018. p. 160.

indisposição muito grande em buscar soluções para os problemas. Sobre esta temática, NunoVila-Santa escreve:

A governação de Moniz Barreto significou para Couto um momento de afastamento em relação ao poder político e demonstra como não se deve dar por adquirida a sua proximidade de todos os governadores e vice-reis da Índia com quem conviveu e de quem escreveu crónicas. O caso do governador António Moniz Barreto é disso um exemplo paradigmático.²¹⁹

De certa forma, essas passagens da história de Couto mostram como sua carreira foi construída por momentos de proximidade e momentos de distanciamento do aparelho estatal. O fato é que essas situações derivam da sua categoria de intérprete da colonização, tornaram-se elementos da sua obra e moldaram suas críticas e amarguras. Portanto, isso é importante, justamente, porque cabe na análise histórica deste capítulo procurar, com a ajuda do método indiciário de Carlo Ginzburg²²⁰, os vestígios e informações da vida íntima de Couto a fim de perceber a dimensão relacional de suas obras e, também, o seu espaço de intérprete de um momento histórico, como será verificado no *Soldado Prático*. Desse modo, Rodrigues Lapa percebe:

As suas relações com os vice-reis flutuavam à medida das verdades que dizia e da paciência com que o liam ou ouviam. Ele próprio dizia que “antes queria ser acanhado que aborrecido” e não era “homem que se andasse oferecendo e importunando os vice-reis”. Claro que com um ou outro governador mantinha boas relações, por exemplo D. Duarte de Meneses, homem culto, que faleceu em 1588 e a quem Couto deveria muitas finezas. O mesmo se sucedeu com o seu amigo D. Francisco de Gama, bisneto do descobridor, a quem escreveu algumas curiosas cartas[...].²²¹

Com esse olhar, Ângela Barreto Xavier indica a capacidade que esses intérpretes/representantes da corte tinham, por meio da representação elaborada, de demonstrar como a dimensão das *interações e negociadas de poder* eram ativas e influentes na conjuntura do jogo político e social. Segundo sua lógica:

[...] colonizados e colonizadores constituem-se mutuamente, podendo as características variar no tempo, também em função das alterações constantes dos contextos de poder e dos contextos de interpretação. Ou seja, na senda do que tem vindo a ser desenvolvido por muitos autores, considera-se que a

²¹⁹ VILA –SANTA, Nuno. **O Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto e os seus contemporâneos**. In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017**. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, v. 47, pp. 171-190. 2018. p. 177.

²²⁰ GINZBURG, Carlo. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário**. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²²¹ LAPA, M. Rodrigues. In: COUTO, Diogo. **O soldado prático**. Texto restituído, prefácio e notas pelo professor M. Rodrigues Lapa. Lisboa: 3ªEd, Clássicos Sá Costa, 1980. p. 4.

ordem material, as relações entre diferentes sujeitos, entre diferentes grupos, entre diferentes comunidades, também é construída pela ordem do discurso. Não apenas por aquilo que ela declina da realidade social, mas também pelos sentidos que as práticas discursivas atribuem, em cada momento, a cada fragmento, pelo modo como os discursos interpretam a realidade, lhe dão um ou vários sentidos e, por essa via, e tantas vezes, a reinventam; e ainda, pela maneira como eles imaginam novas realidades, tornando-as pensáveis e, por essa via, possíveis.²²²

Sendo assim, Diogo do Couto se via em situações de conflito político e com o emprego de guarda-mor e cronista. No jogo político, ele, muitas vezes, se estabelecia como um sujeito intimidador e livre para requerer documentação necessária para a sua escrita. Por causa disso, a tarefa de articulação com os governantes era desgastante e conflituosa. Segundo Rodrigues Lapa, por ter sido um homem honesto e duro, Couto incomodava os vice-reis que, esperando criar uma boa impressão de seus governos, deparavam com um cronista que escrevia “preocupado em de dar o seu ao seu dono”²²³ e criava os resultados “pela surpresa que causou a linha austera da sua história, onde se notava o só empenho da informação e da verdade.”²²⁴.

Este estatuto crítico, característico de Couto, provocou uma relação muito tensa com o bisneto de Afonso de Albuquerque (1509-1515), Matias de Albuquerque (1591-1597), como acima mencionado. Incomodado com a postura exigente de Couto em relação aos documentos régios, o vice-rei impediu a concessão de espaço para a criação do arquivo de Goa e interferiu no acesso das correspondências oficiais para redigir as *Décadas*. Assim sendo – em razão do bloqueio imposto pelo governante²²⁵ – a *Década XI*, que compreende o governo de Matias, é menor que as outras.

Esse seu período de atrito nas relações públicas marcou fortemente o teor crítico que, desde a idealização da Torre do Tombo, Couto já remetia ao tema da desorganização e despreocupação com o arquivamento e organização dos documentos, os quais eram as bases para a sua escrita histórica. Como citamos acima, a autorização para a Torre do Tombo de Goa só se estabeleceu em 1595, atraso ligado aos entraves locais e do reino, dentre eles, com Matias de Albuquerque. Além disso, na documentação da Academia Portuguesa de História (1938), na pessoa de Teotónio R. de Sousa, académico correspondente, verifica-se que era difícil o momento para a gestão na Torre de Lisboa, respingando dificuldades na Torre em Goa, porque

²²² XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ª Ed. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015. p. 25.

²²³ LAPA, M. Rodrigues. op.cit. p. 5.

²²⁴ Ibid. p. 6.

²²⁵ VILA –SANTA, Nuno. **O Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto e os seus contemporâneos**. In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017**. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, v. 47, 2018. p.179.

as ordens não eram rigorosamente cumpridas e os documentos não eram devidamente arquivados. Foi esse o estopim para a percepção crítica de Diogo do Couto, já que nas *Décadas* reclamou sobre o desleixo com o qual eram tratados os documentos do Estado “a explicação vai encontrá-la na pouca conta que neste Estado se faz de tudo o que não são drogas, e fazendas (Década 7, VIII, p. 287)”²²⁶. Este é só um exemplo do conteúdo das correspondências da época que mostram as dificuldades no âmbito burocrático que, posteriormente, foram responsáveis pela desmotivação que afligiu o cronista.

Além da demora por parte das autoridades, a historiografia conta que foi um árduo trabalho retomar os escritos de Barros, pois Couto teve de superar os entraves da resistência local e prosseguir em seu projeto de arquivamento²²⁷. De fato, a luta por conquistar o arquivo da Torre do Tombo de Goa deveu-se mais à persistência do cronista do que à vontade pública dos governadores e vice-reis.

Todo esse ambiente de crítica e insistência nasceu da obsessão do cronista em mostrar o que acontecia no Oriente e entender o que representava a vergonhosa decadência da Índia. A profunda dedicação e a soma de afazeres marcaram o teor queixoso do cronista que o fazia perceber-se como pouco digno na sua categoria. Segundo Rodrigues Lapa, esse sentimento foi crescente no começo dos Seiscentos, período durante o qual o cronista acumulou duplo cargo, recebia pouco e trabalhava muito.

Nessa mesma época, a historiografia o reconhece mais maduro, crítico e ressentido, e esse sentimento de ingratidão vinha de petições nunca recebidas, mercês sem retorno e do não reconhecimento de seu trabalho. Possivelmente, Couto recebeu incentivo de seus superiores, incitando-o a continuar a suas obras, mas, de acordo com a historiografia, ele considerava que seu trabalho não era suficientemente valorizado no reino²²⁸. Por conseguinte, assim exclamou “Ingrata pátria, não possúras meus ossos”²²⁹ e sobre seu cargo “acrescenta ironicamente o velho historiador – como retribuição nem sequer recebera uma caixa de marmelada! Para que se visse quão ruim era o ofício de historiador naquele tempo! – rematava o pobre intelectual de 1608”²³⁰.

²²⁶ SOUZA, Teotónio R. **Da Torre do Tombo à Gova Purabhilekha: comemorando 400 anos do Arquivo Histórico de Goa**. Lisboa: Anais da Academia Portuguesa da História, Comunicação apresentada em sessão ordinária de 25 de outubro de 1995. II série, v. 41, 2003. p. 460.

²²⁷ Ibid. p. 460.

²²⁸ CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico**. In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017**. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, V. 47, 2018. p. 161.

²²⁹ LAPA, M. Rodrigues. In: COUTO, Diogo. **O soldado prático**. Texto restituído, prefácio e notas pelo professor M. Rodrigues Lapa. Lisboa: 3ªEd, Clássicos Sá Costa, 1980. p. 7.

²³⁰ Ibid. p. 7.

A impressão ressentida e descontente de Couto parece se cruzar com três circunstâncias da sua vida e experiência no Estado da Índia. A primeira delas (1), como apresentamos, formata o seu serviço: encarregado por muitas obrigações e pouco reconhecimento por parte das autoridades, sem atingir as suas expectativas por mercês, tais ações fizeram com que o seu descontentamento e recusa construíssem pontos recorrentes em suas petições e correspondências.

O segundo momento (2) foram seus problemas de saúde, agravados nos primeiros anos dos Seiscentos. Couto sofria de gota artrítica que atingiu em cheio a sua capacidade de locomoção²³¹, deixando-o desgostoso e desacreditado. Em carta para seu amigo D. Francisco da Gama ele expõe:

Fico velho, e, inda que assi, todavia espero em Deus que hei de ficar fora daquela regra, tão geral neste Estado, que é: todo homem que nele envelhecer não escapa ou de pobre ou de desonrado. Pobre sou, mas muito honrado espero em Deus de acabar, porque me não pode tirar o mundo deixar nele impressos seis ou sete livros, tão acreditados pela Europa que, se não fora tão humilde, pudera-me tocar uma pequena de altivez.²³²

Neste trecho, Couto recorda a sua desvalorização e rememora a sua carreira fiel à estabilização e sucesso do Estado da Índia. No singular destino de seus outros livros, que veremos mais à frente, vê-se a terceira circunstância para sua amargura (3): a sua percepção das vicissitudes do Estado, os erros dos governadores, a ambição e os interesses particulares em nome da política pública, observações que já eram apontadas, de maneira sutil, no Primeiro Soldado. Com mais detalhes, trataremos desses tópicos no modelo ideal.

Segundo Maria Augusta Cruz, é notável a dignidade construída por Couto, mesmo que a sua autopercepção indicasse o contrário. No território de Goa, o cronista participou como porta-voz do Oriente e, através das correspondências, enviava as notícias e recebia as informações²³³, criando as redes de sociabilidade que explicitamos no primeiro capítulo. Foi interlocutor de nomes importantes na conjuntura política do XVII, como Manuel Severim de Faria e o próprio vice-rei D. Francisco da Gama. Sobre essa prática, Adriana Romeiro relembra:

Ainda que aprisionadas em estruturas retóricas sancionadas pela tradição, e mediadas pela escrita de um letrado, essas representações abrem uma janela para o entendimento dos valores que informavam a cultura política do Antigo Regime, revelando não só as noções vigentes sobre a natureza do exercício do poder, mas também os limites que separavam práticas tidas por justas e lícitas

²³¹ CRUZ, Maria Augusta Lima. op.cit. p. 162.

²³² LAPA, M. Rodrigues. op.cit. p. 8.

²³³ CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico**. In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017**. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, V. 47, 2018. p. 162.

daquelas tidas por iníquas e delituosas. A dimensão local das petições, voltadas para a solução de problemas mais imediatos, muitas vezes ancoradas numa perspectiva de restauração da ordem, proporciona um olhar ao rés do chão por sobre o universo das ideias e concepções que conferiam sentido e legitimidade às práticas políticas.²³⁴

A produção coutiana, em termos gerais, foi instrutiva e memorialista, e é considerada carga da produção letrada do humanismo. Por conta de seu estatuto, Couto foi porta-voz do reino e legitimava a conquista dos lugares remotos do império com instrumentos de assimilação decorrentes do contato com as novas populações além-mar.

Por essa razão, em nosso entendimento, a guerra aparece como um desses artificios de ação. A partir da escuta e da escrita atenta e vigilante, ele tomou mão desses mecanismos de linguagem para operar os planos de atuação da coroa e, assim, representar o panorama oficial sobre a expansão portuguesa e operar o modo estruturante da justificativa intervencionista da coroa.

Tendo em vista a produção coutiana que focaliza a expansão e o desenvolvimento dos governos na Ásia portuguesa, conhecem-se as *Décadas de Couto*. A historiografia considera que essa foi a magna obra de Couto, constituída por nove *Décadas*, recordando a presença dos portugueses na Ásia entre os anos de 1526 a 1600²³⁵. Nessa volumosa produção, Couto deu atenção à projeção dos portugueses e também retratou histórias dos outros povos, observando a cultura dos nativos, nomeada de *Crônicas asiáticas*.

Décadas foram uma série de formulações históricas sobre a passagem portuguesa entre os Novos Mundos. Iniciadas por João de Barros – responsável pela escrita da *Primeira*, *Segunda* e *Terceira* – as *Décadas* de Couto iniciaram pela *Quarta* (1526-1535), e demarcam a imagem do Império e a presença dos portugueses, mas, sobretudo, eram as primeiras produções que os reis tinham sob a visão do cronista-mor. Couto redigiu outras *Décadas*, sendo que a *Quinta*, *Sexta*, *Sétima* e *Décima* se conhecem em versões integrais²³⁶. Segundo Maria Augusta Cruz, sobre a *Duodécima* se sabe dos cinco primeiros capítulos, e as *Oitava* e *Nona* estão incompletas²³⁷. A versão da *Década Undécima* teria ficado pronta em 1611 e enviada ao reino,

²³⁴ ROMEIRO, Adriana. **O governo dos povos e o amor ao dinheiro**. Belo Horizonte: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano/vol 51, p. 106-121. 2015, p. 109.

²³⁵ CRUZ, Maria Augusta Lima. op.cit. p. 164.

²³⁶ *Década Quarta* (corresponde ao período de 1526-1535), foi escrita nos fins de 1595. *Década Quinta* (1536-1545), escrita em 1596-1597. *Década Sexta* (1545-1554), escrita em 1597. *Década Décima* (demarca o período de 1581-1588) e foi concluída por volta de 1600. Cf: MARTINS, António Coimbra. **História de Diogo do Couto e seus livros**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985 p.79, 83.

²³⁷ A *Oitava* compreende o período de 1565-1571 e a *Nona*, dos anos de 1571-1581. Sobre a *Duodécima*, António Coimbra Martins escreve “Na matéria dos Cinco livros avultam as expedições contra Cunhale, as campanhas de Ceilão, o perigo crescente dos holandeses, o expansionismo do Grão Mogol, o melindre de uma fragata espanhola

mas não se soube do seu paradeiro. Sabe-se que Nicolau Pagliarini, diretor da Tipografia Régia de Pombal e responsável pela política de organização dos arquivos após o terremoto de 1755²³⁸, produziu um prólogo para tampar o vazio deste período e utilizou da documentação de Manuel Severim de Faria para concluir esta obra²³⁹, intitulado *Prólogo à Década Undécima* (1788).

Maria Augusta utiliza de uma concepção muito interessante para pensar a atuação do cronista enquanto historiador de um ambiente heterogêneo como a Índia. Para ela, Couto fez uma *manta de retalhos*, mesclando várias passagens, fatos, pessoas, assuntos que enxertaram em sua narrativa histórica e capacitaram, a cada produção, a amplitude de suas fontes²⁴⁰.

Foi um exemplo de envolvimento pessoal com a arquitetura do império e, por essa razão, a historiadora portuguesa acerta em cheio indicando suas obras como seu *alter ego*. De um modo muito especial, é possível perceber o quanto as implicações colocadas por Couto se estabelecem a partir de uma relação particular com o mundo. A Goa que se mostra em seus escritos nasce a partir da sua interpretação orientalista, do seu ponto de vista político e da cultura política da sua metrópole²⁴¹, mesmo inserido em uma configuração de multiplicidade de experiências e de gentes. Couto escreveu sobre o que viveu e sobre o que viu, associando seus humores às suas passagens narrativas.

A respeito de outras produções, na data de sua nomeação de cronista, Couto já tinha produzido o *Comentário d'Os Lusíadas* para Camões e projetado a versão de *Crónica Geral da Índia*, produções concentradas nos finais dos Quinhentos. Outras obras também aparecem como sendo de sua autoria, apesar de integrarem outras passagens. São elas o *Tratado dos Gama*, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, *Tratado das Fortalezas* e o *Epílogo da História da Índia*.

De fato, como voz marcante da Ásia portuguesa, o conteúdo das versões do *Soldado Prático* compreende a criação mais polêmica de sua carreira, por razões de popularidade, projeção e por marcar a política intervencionista que o polemizou com as autoridades de seu tempo. Observa-se que o tema da corrupção no funcionalismo é o mais trabalhado pelos estudiosos de Couto e, de fato, a sua escrita assinalou, severamente, a ordem política e social,

em Macau, o proselitismo e a ascensão de frei Aleixo de Meneses, uma relação do apóstolo São Tomé, uma relação do Japão e uma relação do Pegu. Castástrofe do Pegu: figura uma das páginas mais sangrentas do autor". Cf: MARTINS, A. C. **Em torno de Diogo do Couto e seus livros**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. 1985 p. 98.

²³⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre a longa viagem da biblioteca dos reis**. In: DUTRA, Eliana de & MOLLIER, Jean-Yves (orgs). **Política, Nação e Edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII- XX**. São Paulo: Annablume, v. 1, pp. 11-48. 2006. p. 18.

²³⁹ CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polêmico**. In J. D. S. Maia (Ed.), *Memórias 2017*. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, V. 47, 2018. p. 164.

²⁴⁰ *Ibid.* p. 166.

²⁴¹ XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015. p. 32.

delineada por uma forma desencantada de ver o destino da Índia. Diferentemente, o nosso intuito é perceber a articulação das noções da guerra dentro do modelo ideal, como um modo de subverter o processo de crise do poder português na Ásia.

O volume do *Primeiro Soldado Prático* foi escrito na sua juventude e, segundo Manuel Severim de Faria, a obra original teria sido furtada, mas distribuída em seguida, em um formato sem autoria²⁴². O estudo de Nuno Vila-Santa revela as semelhanças entre o *Primeiro Soldado* e o *Segundo*, e verifica essa confusão na autenticidade provocada por esse roubo. Ele também investiga que, embora tenha sido produzido em um contexto muito diferente da segunda versão, o cronista já se mostrava muito sensível e atento ao contexto de desestabilização e desgaste do Estado da Índia.

Para fecharmos essa parte dedicada à biografia de Diogo do Couto, frisa-se que sua voz foi incômoda, baseada em sua vocação de verdade e de justiça, característica verificada em todos os seus escritos e discursos nas posses dos vice-reis. Para Rodrigues Lapa, o amor pela verdade foi uma espécie de vício, natural respiração na vida de Couto²⁴³.

Encarou a morte aos 74 anos, devastado pela falta de saúde e por uma profunda depressão, na data de 10 de dezembro de 1616. Deixou uma produção literária ampla que alcança a projeção incansável de um cronista que dedicou sua vida pelo bem do Reino. Fez um trabalho delicado, sincero e coerente para a história portuguesa, na tentativa de deixar marcada a sua versão e a sua instrução histórica da Ásia portuguesa, além de delinear uma concepção organicista que vinculou outros tantos autores que o sucederam.

A Real Academia de Ciências de Lisboa e António Caetano do Amaral

Foi sobretudo no campo das redes de representação, pensadas no primeiro capítulo deste trabalho, que a Academia Real se distinguiu enquanto instituição forte e influente, conciliadora dos valores compartilhados pelo Estado e pelos agentes intermediários da escrita. Essas redes eram espaços políticos de partilha de valores e sentidos que saíram do plano do imaginário colonial e se estenderam para a literatura político moral da Época Moderna, rememorando as obras produzidas no ultramar.

Por detrás da primeira edição do *Soldado Prático*, organizada por António Caetano do Amaral em 1790, existiram questões centrais para que o letrado elegesse Couto e o manuscrito

²⁴² CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico**. In J. D. S. Maia (Ed.), *Memórias 2017*. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, V. 47, 2018, p. 167.

²⁴³ LAPA, M. Rodrigues. In: COUTO, Diogo. **O soldado prático**. Texto restituído, prefácio e notas pelo professor M. Rodrigues Lapa. Lisboa: 3ªEd, Clássicos Sá Costa, 1980. p. 12.

como objetos de reflexão histórica de uma academia mergulhada no movimento da modernidade ilustrada de Portugal. Sabemos que esse foi um movimento contestador na Europa, mas também valioso por destacar funções pragmáticas da cultura do poder e da administração colonial frente aos problemas que o absolutismo vivia no século XVIII, cercado pela expectativa das revoltas e inconfidências e, que antes, deparou-se com a agitada configuração de disputas territoriais e diplomáticas nos Estados nacionais europeus.

A Academia Real de Ciências de Lisboa, inaugurada em 1779, estruturou-se em um fervilhante momento que antecedia a Ilustração. Ainda em funcionamento, possui em suas coleções, publicações, enquadramentos e sessões, nomes importantes no cenário nacional. Seus sócios e conselheiros, escolhidos por votação, sempre foram atentos ao caráter literário e científico e mobilizaram uma literatura moralista para a edificação da nação portuguesa, herança profunda do renascimento europeu. Congregavam círculos ilustrados que pensavam propostas para o progresso científico e técnico dos governos e dos povos, e exaltavam um caráter pragmático das ações políticas²⁴⁴. Tal noção é evidenciada no lema de inauguração da Academia: “Se não for útil o que fizermos a glória será vã”²⁴⁵.

Segundo Diogo Ramada Curto, existem continuidades e descontinuidades nas apropriações literárias que marcaram um uso, no século XVIII, das obras do XVI. Relacionada à Ilustração portuguesa, o uso dessas obras reconhecia os esforços de acepção do conhecimento acadêmico produzido pelos *orientalistas profissionais*²⁴⁶. Com eles, os intelectuais puderam conceber um uso das fontes, descrever as civilizações encontradas no além-mar e construir um ideal nacionalista de invenção de uma tradição orientalista portuguesa que valorizava o pioneirismo do conhecimento orientalista²⁴⁷.

A valorização da experiência adquirida pelos mediadores nos espaços imperiais foi ressignificada pelos acadêmicos, intérpretes de sua época, reforçando a bagagem teórica e argumentativa do passado glorioso de Portugal. Foi ainda instrumento de verificação para os conselheiros do reino no século XVII – para a elaboração de seus discursos e para o debate dos problemas enfrentados em diferentes tempos e épocas. “De fato, esses topoi eram peças primordiais no século XVII para a criação do verossímil e da respectiva persuasão do leitor,

²⁴⁴ LAMBERT, Mariana. **A Real Academia das Ciências de Lisboa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Publicado: Terça, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4015:comentari-o-real-academia-das-ciencias-de-lisboa&catid=91&Itemid=331.

²⁴⁵ ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. Lisboa, 2006. Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/>.

²⁴⁶ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII**. ICS: Lisboa, 2007 p. 122.

²⁴⁷ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII**. ICS: Lisboa, 2007 p. 122.

alcançada sobretudo pela noção de testemunho ocular”²⁴⁸. Veremos, com a análise de Iris Kantor, como se procedeu o uso da cronística e dos autores no além-mar, observando que esse foi um espaço de recopilação desses relatos e que possuíam razões bastante práticas para o manuseio desse tipo de fonte de informações sobre a colonização asiática.

O crescimento do número de academias na Europa ocorreu no século XVII, desembocadas pelo amadurecimento do renascimento. Buscavam, a partir dos novos nortes da racionalidade e do controle do governo das paixões, um modo de desenvolver as artes e o humanismo com uma nova postura para as relações políticas. Também já se via, com certa frequência, círculos científicos na Itália, França, Alemanha e Inglaterra, com articulação de letrados que pensavam na racionalização e reformas institucionais e científicas, as quais envolviam a administração do Estado moderno e o seu corpo de funcionários²⁴⁹. Enquanto isso, no reino de Portugal, o predomínio da Segunda Escolástica e a teoria política de cunho teológico - político, com a entrada de agremiações de letrados em estilo barroco, ocorreu a partir do reinado de D. João V (1707-1750), por uma urgência em construir teorizações do direito para garantir a posse e a manutenção dos territórios até então conquistados²⁵⁰.

De fato, as fundações das academias marcaram o processo histórico de interesses práticos que recorriam a arranjos e representações literárias, esforçados à divulgação e propaganda política. Isso significa que as características representativas da monarquia portuguesa variavam com os interesses em jogo e os discursos adotados estrategicamente, de acordo com as motivações e desejos que os uniam²⁵¹ - inclusive nos movimentos literários- pois produziam um repertório político adequado aos governos. Foi, principalmente, a escolha de termos apropriados a cada conjuntura que revela essa adequação, como, por exemplo, a incidência do termo *monarquia portuguesa*, que sob a égide restauracionista, foi utilizado com frequência na documentação das academias²⁵² e que tomaram um novo espaço e formas de

²⁴⁸ ANDRADE, Luiz Cristiano O. **A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador**. (Dissertação – Mestrado). 2004. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 69.

²⁴⁹ Accademia Nazionale dei Lincei de Roma (1603). Académie Française de Paris (1635), a Académie des Sciences de Paris (1666). Royal Society de Londres (1660) e a Academia das Ciências de Berlim (1700). Cf: LAMBERT, Mariana. **A Real Academia das Ciências de Lisboa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Publicado: Terça, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4015:comentari-o-real-academia-das-ciencias-de-lisboa&catid=91&Itemid=331. p. 1.

²⁵⁰ KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos UFBA, 2004. Cap. 1.

²⁵¹ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI a XVIII**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 52.

²⁵² VAINFAS, Ronaldo & BENTES, Rodrigo. **Império de várias faces**. (Introdução). 1ed. Rio de Janeiro: Alameda, 2009, p.19.

atuação, remetendo os cronistas à um patamar de valorização da literatura nacional, o que antes eram limitados nos espaços privado e cortesão²⁵³.

Poucos governantes se comparam a D. João V, com relação ao estímulo à diplomacia e à cultura política, claro, com o grandioso estímulo provido das minas brasileiras. Sua regência foi um crescente processo de racionalização da administração, marcada, sobretudo, pelo surgimento de edifícios arquitetônicos, bibliotecas e universidades, como a fundação da Academia Real de História Portuguesa em 1720. Com ela, nos lembra Kantor, o monarca colocou sob sua tutela um programa oficial de construção coletiva da História nacional²⁵⁴. Essa atitude foi mais acentuada no governo seguinte, sob o ministro Pombal, que fortaleceu o espírito científico e o desenvolvimento intelectual em prol da articulação política na primeira fase iluminista em Portugal.

Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, a imagem póstuma do rei D. João V é associada à guerra e ao ouro, ou seja, o mesmo esplendor que marcou a valorização do poder central com o forte incentivo à representação do Estado absoluto. Em sua análise, o autor resume esse momento como de contínuos investimentos diplomáticos e uma indisputada centralidade cultural, baseada na importação de símbolos do universo social e institucional europeu, com constante presença de músicos e artistas, além da inovação à integração e socialização das elites leigas e eclesiásticas, em que promoveu o acúmulo de bases de conhecimento e de intercâmbio de informações, tomando uma postura de internacionalização com outras academias europeias²⁵⁵. Construções como o Palácio Nacional de Mafra em 1717, abrigam os ideais de modernização cultural, arquitetônica e artística e, abrigam ainda, o florescimento do conhecimento dos estudos das antiguidades, das letras, compreensão voltada à conjugação de saber e poder.

Devido a alguns episódios da história nacional, Portugal compartilhava de um sentimento de atraso intelectual em comparação a outros países europeus. Segundo Flávio Rey, a estagnação do conhecimento em Portugal, no decorrer do XVI e XVII, em relação aos outros países se deve, sobretudo, a problemas de ordem política, como o advento da União Ibérica (1580-1640) e o conflito de Restauração, promulgada em 1640²⁵⁶. Foram fatores que não

²⁵³ KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos UFBA, 2004. p. 30.

²⁵⁴ Ibid. p.30.

²⁵⁵ Ibid. p.30.

²⁵⁶ KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos UFBA, 2004. p. 9.

atentaram os portugueses para o seu desenvolvimento intelectual e científico²⁵⁷. Essa atuação do período joanino e dos governos seguintes provocaram o sentimento de atraso.

O enfoque cultural dado por D. João V deixou como herança um clima de intensas relações com a corte, importante para o momento pós Restauração. Desenvolveu uma centralidade de competência e jurisdições à nobreza e, por meio de negociatas, soube manejar a cultura barroca e empreender as academias literárias²⁵⁸, pulverizados nos espaços culturais emergentes. E disso, desse corpo cultural e político, fortificou o pensamento moderno e científico das universidades. Com os encontros da elite joanina, incitou, também, as fundações acadêmicas:

Preocupa-os uma articulação entre a educação e o Reino, assumindo-se o papel fundamental que àquela compete na abertura das mentes à luz da razão e da experiência. O público invade o pedagógico e este só parece poder concretizar-se através da vontade dos dirigentes, dos homens iluminados do Poder. Apontam-se métodos novos, novas áreas de estudo, novos meios de conseguir o homem cristão.²⁵⁹

Para demonstrar o pragmatismo político, cabe pensarmos alguns pressupostos que fomentaram as sessões da Academia Real de História Portuguesa, inaugurada em 1720, e pioneira nas discussões sobre a máquina administrativa e a racionalidade das conquistas, devido ao novo momento da geopolítica europeia. Segundo Kantor, essa instituição antecede as outras academias portuguesas e portou-se como inspiração de uma lógica de glorificação dos espaços imperiais e da monarquia, dando uma nova faceta ao discurso intervencionista do século XVIII:

Iniciativa de D. João V nos projetos/projeções no espaço colonial luso americano coordenadas gerais do quadro de concorrência entre os Estados europeus e as circunstâncias geopolíticas que formaram o discurso historiográfico de defesa da nacionalidade portuguesa no âmbito da Academia Real²⁶⁰

Lembremos que, no período joanino, a postura firme de defesa do nacionalismo, adveio do conflito restauracionista com a Espanha, de uma nova conjuntura que questionava o

²⁵⁷ CARVALHO, Flávio Rey de. **Um iluminismo português? a reforma da Universidade de Coimbra de 1772**. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2007. p. 9.

²⁵⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. João V (1706-1750). O ouro, a Corte e a diplomacia**. In: MATTOSO, José (dir.); HESPAÑA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4.1998. p. 414.

²⁵⁹ GOUVEIA, António Camões. **“Estratégias de interiorização da disciplina, saber e poder”**. In: MATTOSO, José (dir.); HESPAÑA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4.1998. p. 377.

²⁶⁰ KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos UFBA, 2004. p. 45.

monopólio marítimo português, em que as nações em disputa deslegitimavam o antigo apoio papal. O Estado se viu questionado com relação às bulas importantes, como a *Inter Caetera* de 1456, e inibido pelas limitações diplomáticas do Tratado de Tordesilhas²⁶¹. Por essas circunstâncias, coube uma argumentação mais secularizante, com relação às conquistas e ao domínio imperial, a partir dos debates acadêmicos e de uma reunião de documentação comprobatória²⁶²: Assim escreve Kantor: “Progressivamente, os fundamentos teológicos-políticos que legitimaram as prerrogativas ibéricas (concessões papais) perdiam transcendência nos fóruns de negociações internacionais”²⁶³.

Vale lembrar que, os cronistas e suas obras, Quinhentistas e Seiscentistas, foram renovados pelos acadêmicos e mostraram uma renovação nos parâmetros historiográficos e na compreensão de termos por ele elaborados²⁶⁴ e, desse pressuposto, tiramos a ideia de reinterpretção dos escritos de Couto pela Academia e a própria constante ressignificação da guerra.

Os reinados de D. José e D. Maria I (1750-1785) precedem o delicado comando do ministro Pombal (1765-1776). Foi a partir do governo pombalino que impuseram valores morais e políticos marcantes para a racionalização e disciplinarização do funcionalismo régio, além do empenho em revelar os novos rumos da administração colonial. O então secretário de Estado e Negócios substituiu D. José que, após o atentado em 1758, ficou impossibilitado de exercer suas funções de comando.

Pombal teve uma trajetória marcante na administração do Reino e desencadeou mudanças refletidas por todo o império. Reforçou relações com as colônias e alterou a produção de manufaturas. Fez reformas no ensino, avançou com os investimentos de D. João V e aproximou a Península Ibérica do movimento ilustrado europeu, revertendo a sensação de atraso da elite portuguesa em comparação com a intelectualidade europeia. Essa foi uma noção de crise mental no século XVIII que causou grande mal-estar e vanguardismo em toda Península²⁶⁵.

²⁶¹ Ibid. p. 45.

²⁶² Ibid. p. 46.

²⁶³ Guerra jurídica internacional, Hugo Grócio (1584-1645), onde retoma as críticas da Escola de Salamanca sobre a colonização ibérica, atacando fortemente a ideia de monopólio marítimo. Grócio questiona o domínio e monopólio da navegação, com as ideias de Francisco Vitoria (1485-1546), pondo em prova a doação papal e ocupação por costume ou por guerra justa. Cf: KANTOR, Iris. op. cit. p. 46.

²⁶⁴ Ibid. p. 46.

²⁶⁵ CARVALHO, Flávio Rey de. **Um iluminismo português?: a reforma da Universidade de Coimbra de 1772**. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2007. p. 6.

As diretrizes pombalinas chocaram algumas relações clientelares e favoreceram outras. Não é o nosso objetivo traçar essa análise histórica. Em sua campanha, projetou concepções que envolviam a secularização e mercantilismo no Estado português e visavam uma nova estratégia com as colônias e suas fronteiras. Essa postura burocrática implicou diretamente na formação das consciências das academias, nas fundações metropolitanas e brasílicas²⁶⁶. É preciso pensar que foram ações endereçadas aos interesses pragmáticos para as relações políticas. Sobre isso, Flávio Rey explica “Pensar o Iluminismo não como uma expressão que fracassou em englobar a complexa realidade histórica, mas, preferivelmente, como uma cápsula contendo conjuntos de debates, tensões e preocupações”²⁶⁷.

Sobre tais práticas, algumas análises interpretam a época de Pombal com valores ponderáveis ao despotismo esclarecido. Outras, porém, entendem que foi uma voz de urgente liderança do Estado português após um momento turbulento como foi o terremoto de 1775²⁶⁸. Todavia, Pombal assumiu para si o projeto político que vinculava as posições políticas que inspiraram diretrizes do jusnaturalismo e estabeleceu valores e sentidos que influenciaram outras políticas internas às Academias. Exemplo disso é notado na literatura político-moralista abraçada por sócios que compunham a sociedade erudita, como o próprio Caetano do Amaral.

Foi precisamente no governo de D. Maria I que os acadêmicos receberam a tonalidade racional iniciada pelo Marquês. Sua regência ficou conhecida, popularmente, como “viradeira”, por ter mexido em alguns pontos da legislação e alterado as redes clientelares, substituídas por seus próprios sujeitos e interesses. Contudo, no que se refere à educação e à produção intelectual, D. Maria I estimulou o conhecimento universitário e fortificou a cultura letrada, a partir do incentivo à institucionalização dos círculos de literatura política e à formalização das academias²⁶⁹.

A rainha inaugurou, às vésperas do natal de 1779, a Real Academia de Ciências de Lisboa e, com o apoio de seu tio, o duque D. João Carlos de Bragança - o Duque de Lafões, ela, de algum modo, mergulhou em um projeto de formação intelectual. Seu tio retornou a Portugal

²⁶⁶ LAMBERT, Mariana. **A Real Academia das Ciências de Lisboa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Publicado: Terça, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4015:comentari-o-real-academia-das-ciencias-de-lisboa&catid=91&Itemid=331. p. 1.

²⁶⁷ CARVALHO, Flávio Rey de. op. cit. p. 12.

²⁶⁸ SUBTIL, José. **No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807)**. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4.1998. p. 420.

²⁶⁹ SUBTIL, José. **No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807)**. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4.1998. p. 420

após exílio pela Europa e sua base de pensamento estava muito orientada na Ilustração. Por essas ideias e influências, têm-se o cerne da Academia e das universidades, como se observa na formalização da Universidade de Coimbra que estava se firmando como instituição desde a regência de Pombal e na fundação da Academia de História de D. João V ²⁷⁰.

Sobre as primeiras temáticas tratadas na fundação da Academia:

O primado da experiência, a defesa de um saber utilitário, a aplicação do conhecimento na solução de problemas práticos relacionados à economia, à cultura e à sociedade portuguesa se constituem em princípios da Academia que apontam para o papel que esta cumpriria como instrumento do Estado português no redirecionamento de sua política colonial e na recuperação da economia lusa, em crise no último quartel do século XVIII.²⁷¹

Diante da situação crítica que configurava o século XVIII, período que antecede revoluções e acusações por toda a Europa, os monarcas buscaram, na base reflexiva dos intelectuais e das academias, a legitimação de suas ações e de suas estratégias que visavam possíveis soluções para conter os questionamentos com suas políticas, interna e externamente. Segundo Kantor, assim, os estudos no interior das academias, principalmente na Academia de História, indagavam temáticas acerca da valorização do Estado nacional e suas potências, evidenciavam um novo modelo administrativo e valorizavam as novas relações com as colônias. No intuito de justificar a presença colonial em diferentes territórios, os acadêmicos articularam o direito de precedência, sem abrir mão do direito de evangelização²⁷². E com a agremiação de diferentes tipos de documentação, isso foi possível.

Dessa exigência, o formato de atuação da Academia de História procurou refletir políticas de manutenção e equilíbrio nas áreas administrativas e econômicas de Portugal. Por meio dos intelectuais e das redes de sociabilidade erudita da capital, a Academia buscava, de uma forma racional, explorar as potencialidades encontradas nas colônias, conhecer os povos e recursos coloniais e calcular soluções para a crise dos finais do XVIII. Observou-se o intercâmbio de fontes e documentos, na proposta de escrever a História Ultramarina eclesiástica e secular, com notícias, manuscritos e relatos de diferentes lugares do império²⁷³.

²⁷⁰ LAMBERT, Mariana. **A Real Academia das Ciências de Lisboa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Publicado: Terça, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4015:comentari-o-real-academia-das-ciencias-de-lisboa&catid=91&Itemid=331. p. 1.

²⁷¹ Ibid. p. 1

²⁷² KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos UFBA, 2004. p. 49.

²⁷³ KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos UFBA, 2004. p.64.

No âmbito da Academia das Ciências de Lisboa, os intermediários que compunham os regimentos internos eram parte de uma elite, escolhidos e votados para compor os núcleos da Academia. Em sua fundação, ela era dividida em três categorias: o núcleo de Belas Letras, de Ciências da Observação e Ciências do Cálculo, cada uma com participação de até oito sócios efetivos. Existiam, também, sócios honorários, escolhidos por *peessoas “dignas” do Estado*, sócios correspondentes que moravam na capital ou nas colônias, sócios supranumerários e sócios estrangeiros²⁷⁴.

Cabe ressaltar que a Academia Real formatou e modificou a maneira de entender e aconselhar a atuação do Estado e de seus funcionários, em um momento de mudanças profundas sobre a percepção do que era o Antigo Regime. Era uma instituição que buscava o conhecimento intelectual e prático em favor do bem comum e da sociedade e, por isso, pensou novos usos dos recursos naturais, econômicos e políticos que, posteriormente, modificaram as relações com o Estado e a figura do soberano²⁷⁵. Não por coincidência, Iris Kantor relembra que a proposta dimensiona, também, o uso da memória:

Os diplomatas portugueses chamavam atenção para a necessidade de se fixar uma genealogia da ocupação territorial dos domínios ultramarinos advertindo que a pena estrangeira, invariavelmente, negligenciava os feitos portugueses²⁷⁶

Por isso, a Academia de História criou sua periodização, valorizando as questões monárquicas, a nobreza, o governo civil e militar e, principalmente, marcou o momento histórico dos descobrimentos e conquistas por meio da memória e da escrita dos cronistas e suas narrativas²⁷⁷. Com essa razão, observamos a valorização das obras coutianas e sua marcação como objeto de memória para a historiografia acadêmica.

Não por acaso, e usando dessa perspectiva, a atuação de Caetano do Amaral firmou-se com uma linguagem política bastante comprometida com os interesses nacionais, firmado, unicamente, em estruturar um conhecimento útil naquela altura do século XVIII – com base no século anterior vivido pelos cronistas. Por essa razão, cabe pensarmos a dimensão utilitária em que Caetano do Amaral articulou seu entendimento sobre as questões do Estado Moderno e da cultura política de seu tempo e de seus antecessores, como Couto. Cabe, em nossa investigação,

²⁷⁴ LAMBERT, Mariana. **A Real Academia das Ciências de Lisboa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Publicado: Terça, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4015:comentari-o-real-academia-das-ciencias-de-lisboa&catid=91&Itemid=331. p. 1

²⁷⁵ Ibid. p.1.

²⁷⁶ KANTOR, Iris. op. cit. p. 54.

²⁷⁷ Ibid. p. 57.

perceber os elos de continuidades e permanências das questões centrais que eram concebidas para o pragmatismo político e os temas necessários para o bom governo, o pertencimento e a glória portuguesa.

Tal como Couto, António Caetano do Amaral também foi um interprete pessoal e historicamente situado. Ele nasceu em 1747 em Lisboa e se formou na Faculdade de Cânones na cidade de Coimbra no ano de 1773. Esse curso era proporcional à formação de jurista e, neste, o jovem provou das recentes reformas pombalinas, cujo efeito impactante foi a inclusão na grade do curso da cadeira do “Direito natural, público e universal, e de Direito das gentes”. No âmbito particular, essa disciplina o influenciou em suas posições em relação ao jusnaturalismo, doutrina político-jurídica que estava em ascensão na época de Pombal²⁷⁸. As características dessa doutrina aparecem nos seus projetos dentro da Academia de Ciências, em que, a partir de 1780, participou como sócio supranumerário, o que o incluiu na sociedade erudita da capital²⁷⁹.

Perceba, Caetano do Amaral tinha como método crítico as bases do direito, ou seja, uma postura diferente que Kantor relembra:

Embora atrelados ao universalismo cristão, naquelas circunstâncias, os príncipes católicos viam-se obrigados à teorização dos interesses do Estados como superiores às responsabilidades religiosas, e nesse sentido, a escrita da História começava a desvaliar-se progressivamente das matrizes teológicas²⁸⁰

Tendo como base teórica a concepção de jusnaturalismo estudada por António Manuel Hespanha e a apropriação dessa doutrina pelos letrados da Época Moderna, Isabel Ferreira Mota mostra que foi na cultura do jusnaturalismo que os membros da Academia puderam conciliar projetos políticos com a estruturação da história nacional. De modo comum, encontraram proposições em conversas sobre temas relativos ao Estado português.

António M. Hespanha, sobre esta década em que é fundada a Academia Real das Ciências, e particularmente no que diz respeito às áreas em que se move Amaral, refere o seguinte: “na verdade, é muito claro que, a partir da década de oitenta do séc. XVIII, o reformismo jus-racionalista se afirma como cultura política dominante nos círculos que pensam, e que ocupam o novo espaço público da literatura académica, dos jornais, das academias, das repartições da nova “administração activa” reformista”.²⁸¹

²⁷⁸ MOTA, Isabel Ferreira da. **Portugal e o governo das paixões: História e Política em António Caetano do Amaral**. Coimbra: Revista Portuguesa de História. 2014. p. 610.

²⁷⁹ Ibid. p. 610.

²⁸⁰ KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos UFBA, 2004. p.65.

²⁸¹ MOTA, Isabel Ferreira da. **Portugal e o governo das paixões: História e Política em António Caetano do Amaral**. Coimbra: Revista Portuguesa de História, 2014. p. 611.

Caetano do Amaral foi convidado a participar das reuniões da Academia em julho de 1780 e, logo, em novembro do mesmo ano, propôs um projeto em uma sessão designado *Projecto de huma História civil da Monarchia Portuguesa*. Foi dessa proposta que a inspiração jusnaturalista deu liberdade e veemência para sua escrita. Nesse plano, ele compunha um entendimento para a história portuguesa como uma forma de compreender o passado da nação em toda a sua potência. Assim escreve:

Empreender huma História, que tenha por objeto tudo o que toca ao governo interior da Monarchia Portugueza.... não digo huma simples Historia do Direito Portuguêz, cingida às nossas leis escritas: quem não sabe a grande parte, que na vida Civil tem outras leis não escritas, que naturalmente manão do génio dos Povos, quero dizer, os costumes, e os uzos²⁸²

Isabel Ferreira, em um denso estudo sobre as acepções do jusnaturalismo na linguagem de Caetano do Amaral, considera a carreira do jurista, principalmente no compilado que originou o *Projeto da Monarquia* na Academia Real, uma trajetória marcada pelo posicionamento explícito e definido. Não é uma construção histórica neutra, pois Caetano do Amaral afirmou preposições e princípios para o bem da Monarquia pura e da Igreja austera. Memórias se firmaram como o seu principal projeto na academia, possuía uma escrita empenhada na moral, na jurídica e na política, objetivando um bem maior para a sociedade e para o Estado²⁸³. Da parcialidade de sua escrita detém fortemente os valores e o sentido atribuído às leis em prol da produção historiográfica.

Dessa lógica, o historiador descreveu bem o domínio da história, com o uso amplo de fontes que utilizou como base para o conhecimento de intervenção política. Com aparato crítico de textos e de autores clássicos, pensou no domínio teórico um panorama comum desde o império romano até os portugueses, e como estes teriam em suas particularidades, semelhanças nos costumes, gostos e génio de Conquistadores, inclusive na força e espírito da guerra²⁸⁴. Detalhe bastante interessante, pois Diogo do Couto também concebeu continuidade entre o império romano e os portugueses para explicar o painel da experiência lusitana no Oriente, o que é, sem dúvida, a curiosidade pelos textos clássicos que remetia a urgência de temas imperiais e ultramarinos. A herança de voltar-se àquelas experiências parece ter sido repassada por antigas referências:

²⁸² Ibid. p. 612.

²⁸³ Ibid. p. 618.

²⁸⁴ Ibid. p. 617.

A passagem reafirma dois elementos essenciais aos gêneros historiográficos seiscentistas: a clareza e a verdade, esta última destacada como a alma da história. Na perspectiva do antiquário (Manuel Severim de Faria), Couto pôde alcançar a verdade pois era cidadão de Goa, cabeça do Estado da Índia, ponto de partida e chegada das armadas, onde assistiam todos os vice-reis, “de maneira que recebeu as informações dos mesmos que se acharam nas empresas, e a tempo, que as testemunhas de vista, que na mesma cidade havia, os obrigavam a falar a verdade.”²⁸⁵

O objetivo dessa perspectiva era indicar um plano de atuação do Estado que conseguisse captar todas as qualidades da sua nação, detalhe valorizado da política pombalina com relação aos possíveis potenciais da administração pública. Concluía, em sua análise, o uso mais amplo da legislação, a fim de qualificar a formação histórica vindoura. Isabel Ferreira explica:

Para uma melhor organização política, o conhecimento do espírito ou natureza dos povos é, pois, fundamental. É a ideia de que nada poderá ajudar mais aos destinos de um Estado do que o conhecimento das suas qualidades específicas: o seu povo, a sua história, os seus recursos, as suas paixões, os seus costumes. A história que ACA se propõe fazer deverá, portanto, contribuir, no limite, para uma maior racionalidade governativa no seu país, e isso decorrerá sobretudo do melhor conhecimento da natureza do povo português, porque o bom governo é também o governo das paixões. A história é pois, em última análise, intervenção política, mas para ACA ela propõe-se também como intervenção religiosa, ao confrontar a disciplina da Igreja do seu tempo com as vidas²⁸⁶

Na função de jurista, escreveu padrões de racionalização para a ciência envolvendo questões políticas e humanas. Em diálogo com as pretensões da Academia, sobretudo com relação à racionalidade governativa, ele extraía a ideia de que um bom governo possuía o governo das paixões. Para ele, devia ser priorizado o pragmatismo político que não destruísse as paixões dos homens, mas que encontrasse meios eficazes de controlá-las, principalmente as que recaem sobre assuntos públicos²⁸⁷.

Nessa lógica, Caetano do Amaral evocava que na ordem política seria melhor dirigir essas paixões, manejando-as com retidão para o benefício do Estado. O rei deveria agir frente a todos os seus súditos “que em todo o governo denota quem he o Soberano, põe nas mãos do Monarca absoluto huma autoridade independente”²⁸⁸.

²⁸⁵ ANDRADE, Luiz Cristiano O. **A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador**. (Dissertação – Mestrado). 2004. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 100.

²⁸⁶ MOTA, Isabel Ferreira da. **Portugal e o governo das paixões: História e Política em António Caetano do Amaral**. Coimbra: Revista Portuguesa de História. 2014. p. 612.

²⁸⁷ Ibid. p. 618.

²⁸⁸ MOTA, Isabel Ferreira da. op.cit. p. 614.

Interessante pensarmos a preocupação do jurista a respeito do clima político e social típico do século XVIII, indicado pela urgência de soberania que aparece no *Memórias*. Ele apresentou a disfuncionalidade do governo em seus diferentes níveis, quando não se atentava, da devida maneira, às paixões – o que, possivelmente, eram observadas pelo historiador em seu tempo. Ora, não era essa a preocupação presente na funcionalidade do Império prescrita por Couto ao sustentar as evidências de ambição e corrupção vindas da Índia? “É a indignação diante da conduta movida pelo amor ao dinheiro que atravessa todas as páginas de O soldado prático: em vez do amor à honra, à virtude e ao heroísmo, os homens perseguem somente a fortuna”²⁸⁹.

O uso do governo para ganhar bens particulares e construir riqueza foi visto por Couto como paixão desenfreada, formulação recorrente na denúncia da obra. Este ponto é trabalhado pelo cronista, inclusive, nas ganâncias cometidas pelos vice-reis na Índia. Assim, parece-nos que a compreensão sobre o governo das paixões de Caetano do Amaral é a grande ponte histórica que pode desvendar o seu interesse pelo manuscrito coutiano:

FIDALGO: Dizeis muito bem, e assim he, que na India os mais dos moradores forao criados dos Capitaes, que estiverao, e no cabo delles casados, e ricos. Este VisoRey que quis defender isto, deo-lhe a paixão.
SOLDADO: Essa faz muito mal aos que governam aquelle Estado, porque por ella fizerao algumas grandes injustiças, e affirmo-vos, senhores, que chega isto a tanto, que ousarei affirmar, que houve VisoRey que estimava mais satisfazer seu apetite, que sua obrigação, e que lhe dava muito pouco de por a India em hum balanço, só por cumprir com sua paixão. Perguntar-heis de que vem isto? Vem de cuidarem, que em quanto estam naquele lugar lhes he licito mostrarem seu poder até contra Deos, se osso dizer isto, porque bem contra elle se faz o que se faz contra a justiça ²⁹⁰

Segundo Ângela Barreto Xavier, os primeiros acadêmicos do século XVIII já tinham consciência da existência de narrativas históricas que descreviam os transtornos e vicissitudes decorrentes da falta de racionalidade e domínio das paixões. Tinham como causa pensar a imagem do reino e se propuseram a escrever sobre isso. A Academia de Ciências se apropriou, então, das narrativas e teve o papel de recuperar e publicar grandes textos sobre o império e

²⁸⁹ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI a XVIII**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 102.

²⁹⁰ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p.137.

suas conquistas e, assim, assumiu o norte cultural e imitou o restante das academias da Europa²⁹¹.

Vale notar outro ponto sobre a formulação do governo das paixões que espelhava esses acadêmicos. Em outra passagem evidenciada por Isabel Ferreira, o jurista salientou que a política racional deveria exigir a postura firme dos governantes, sobrepondo seu poderio sobre seus súditos. Nos momentos de descontrole das paixões – visto em Couto e em Caetano do Amaral – o Estado português foi atravessado pelos vícios e pelo desprezo às coisas do rei:

A ciência do governo supõe, portanto, necessariamente, “uma ordem exacta de cousas” em que os legisladores não devem empenhar- -se porque é melhor, visto que o melhor nem sempre é possível porque “sempre será combatido por paixões dominantes, e poderosas.”²⁹²

A distância dos governos do ultramar e a falta de vigilância foram diagnosticados por Couto como grandes males da decadência e deu espaço para que os funcionários se sentissem livres para a corrupção moral. Desse modo, investigaremos isso em sua denúncia e compreensão sobre a liberdade de governança e os males causados pelas ambições individuais. Por ora, esta análise crítica de Couto conversa com a análise de Caetano do Amaral quando a sua escrita acusou a liberalidade excessiva do rei, além dos abalos à rotina administrativa e legitimidade soberana:

Igualmente, diz ACA, se oferece à primeira vista a forma de Governo como puramente monárquico, isto é, as Cortes “não tinham natureza diferente da de qualquer Junta menos solene, em que os Reis ouviam os Bispos e Grandes da Corte... ninguém diria que estas secretas consultas... denotavam partilha no direito de legislar entre o Soberano, e as pessoas ouvidas, ou consultadas”. Pois o mesmo se passa com as cortes, são pura “consulta”. A soberania é exclusivamente do Rei.²⁹³

Um dos pontos tratados por Couto reflete sobre o significado da liberalidade²⁹⁴, que é de usar com moderação e justiça os poderes que o rei disponibiliza para sua corte. Contudo, isso que não se fazia, por conta das paixões desenfreadas:

²⁹¹ XAVIER, Ângela Barreto. **A Lenda Negra: História e Historiografia**. Lisboa: FCSH/NOVA, Conferência CHAM, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GaJSfpz0Pck>.

²⁹² MOTA, Isabel Ferreira da. **Portugal e o governo das paixões: História e Política em António Caetano do Amaral**. Coimbra: Revista Portuguesa de História. 2014. p. 613.

²⁹³ Ibid. p. 621.

²⁹⁴ Segundo Ronald Raminelli, a liberalidade tornava-se um problema conciliada ao sistema de mercês do Antigo Regime, a partir do momento em que “ao servir ao Estado, os homens das letras, naturalistas, sobretudo, solicitavam, a contrapartida, as benesses que atuavam como recompensas. Tornaram-se, por conseguinte, dependentes das mercês oferecidas pela liberalidade monárquica”. Cf: RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008. p. 137.

SOLDADO: Liberalidade não he outra cousa que usar moderadamente das riquezas, como se disséssemos, que dellas não se havia de dar tão pouco que fique em escaceza, nem também dar tanto que venha a ser prodigo, mas he hum meyo entre hum e outro, que compõem estes dous extremos, e o que ensina o quanto, e quando , e a quem se há de dar: e pelo contrario a avareza he hum apetite desordenado, huma cobiça insaciável, e huma enfermidade que abrange a todas as partes do corpo, e crescendo cada dia mais, faz o homem affeminado, de maneira que, segundo os Platonicos, para serem ricos he necessário cortar os appetites que tem os avaros, e não consentir que se acumulem thesouros, e riquezas para se guardarem²⁹⁵

Em chave semelhante, Caetano do Amaral refletiu sobre o papel exercido pela Corte portuguesa com relação à racionalidade política e sobre o consumo das ambições particulares, face política que comprometeu a administração pública e confundiu os limites dos poderes reais, eclesiásticos e da nobreza. Assim, ele entende:

O mesmo se passa, na opinião de ACA, com a segunda ordem, isto é, a Nobreza. Sobretudo devido à guerra dos primeiros tempos e porque precisavam dos nobres, os Soberanos cederam-lhe muito dos seus direitos, mas, firmando-se no trono com menos dependência, os nossos reis “começarão a sentir melhor o prejuízo, que da ampliação, e extensão das Honras resultava aos direitos da sua Soberania”. Um dos maiores privilégios que se podiam conceder a vassallos, senão o maior, era a “jurisdição cível e crime” em suas Terras, e o provimento de Ministros que nelas administrassem justiça.²⁹⁶

A visão de Caetano do Amaral sobre as práticas administrativas parece assumir uma questão essencial muito semelhante aos problemas enfrentados no universo de corrupção de Couto, mesmo em temporalidades tão distintas. Como possibilidade analítica, com os pontos de negligência para a boa atuação do Estado português, o jurista percebeu que as lições escritas por Couto tinham uma bagagem histórica muito importante para a época em que foi sócio da Academia Real.

No seu projeto, o jurista tinha a intenção de registrar a história como um serviço para o futuro: “Estudar o passado converte-se num meio de desenhar um futuro e, desse modo, de fixar um fim às acções e decisões do presente, seja para a Igreja ou para o Reino”²⁹⁷. Em sua obra, buscou a finalidade pedagógica para as modalidades de escrita e o uso político que surgia na Academia. E, como mostrado no primeiro capítulo, desde os tratadistas e moralistas do século

²⁹⁵ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 116.

²⁹⁶ MOTA, Isabel Ferreira da. **Portugal e o governo das paixões: História e Política em António Caetano do Amaral.** Coimbra: Revista Portuguesa de História, 2014 p. 622.

²⁹⁷ Ibid. p. 627.

XVI, a produção da história moralizante foi um cunho literário comum por parte da produção humanista que envolvia a escrita dos cronistas. Além disso, buscou, ainda, na tradição cronista as questões que nortearam a própria formação nacional:

Em nome da Razão de Estado, os acadêmicos régios não podiam esvaziar completamente a argumentação teológica política sobre a origem/destino imperial de nação portuguesa, representado no plano simbólico pela articulação entre o juramento de Ourique e a vocação evangelizadora²⁹⁸

Nesse sentido, os elos temporais que ligam o modelo ideal de Couto e o uso político da sua obra por Caetano do Amaral estão nas semelhanças históricas de suas interpretações. Esses elos abrem espaço para a possibilidade de visualizar, por um lado, o modelo de Couto utilizado em sua época e, por outro, a sua escrita apropriada e publicada no ambiente cultural e político do século XVIII. De fato, podemos pensar a existência de uma continuidade e uma unidade de temáticas concebidas pela tratadística do século XVI até o imaginário político ao longo do século XVIII, comprometidos em entender o tema do bom governo, além de instruir, em suas vicissitudes, mesmo que pertençam às datas e singularidades destoantes.

É sobre a ideia de modelo ideal que agora pensaremos o *Soldado Prático* e sua dimensão moral e política enquanto representação da arte de governar.

O *Soldado Prático* como modelo ideal

Com efeito, é no estudo da escrita que conseguimos perceber a complexidade das relações e do universo mental do Antigo Regime. É bem verdade que a cultura letrada ocupou um espaço importante em toda a Península Ibérica, considerada a forma como os cronistas e viajantes desenvolveram uma tradição cultural para a comunicação e instrução do reino em afastados territórios imperiais, como discutido no primeiro capítulo. Por outro lado, concordase, também, que, segundo Diogo Ramada Curto, o sistema de discursos daquele tempo constituiu um repertório de figuras e projeções históricas, desejos, interesses e solicitações plurais²⁹⁹. Sem perder de vista esse pressuposto, procuraremos refletir as propostas de Couto, inserindo-o na rede imperial e na cultura de mercês, a fim de captar o seu horizonte discursivo e o arquétipo da colonização na sua proposta do *Soldado Prático*.

²⁹⁸ KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos UFBA, 2004. p. 85.

²⁹⁹ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII**. ICS: Lisboa, 2007. p. 9.

Era este o modo como escritores, reunidos e incentivados pelo mecenato, compartilhavam da temática e da preocupação de localizar e afirmar o poder monárquico nos seus espaços imperiais e na propaganda política necessária. Contudo, mesmo com discussões comuns, a cultura letrada desde o século XV esteve longe de ser classificada como um discurso homogêneo. Ramada Curto considera que – mesmo direcionados pelo mecenato e por tradições de escrita dadas pelas universidades, academias e pelo humanismo – os instrumentos analíticos para indicar as vicissitudes do império partiram, ainda, da proximidade do conhecimento prático do além-mar e do ilustre modo de escrita, potencializados pela experiência individual, pela distância da Coroa, e por uma relativa individualidade literária³⁰⁰.

Importa esclarecer que as questões e o cunho histórico feitos por Couto nasceram das suas relações nos espaços imperiais, daquilo que Ramada Curto chama de “tensão entre lugares e práticas”³⁰¹. O cronista estava situado em um espaço dinâmico de contatos com grupos sociais e culturais diferentes, com forte influência na sua vida particular e nas diversas facetas do seu discurso político, mesmo quando inserido na sociabilidade intelectual e no sistema de ensino endurecido pela hierarquia e ordens políticas próprias do Antigo Regime³⁰².

Com a antropologia, compete observar as experiências individuais desses homens e, no caso do cronista, ressaltar a análise de seu percurso cambiante, ao ponto de historiadores compreenderem seu *alter ego* nos diálogos do Soldado³⁰³ e, também, a concepção de um hibridismo soldadesco vinculado às figuras dos orientalistas profissionais³⁰⁴, conferida a sua variante relação de mecenato como na Casa dos Vidigueira.

Nesse sentido, o quadro institucional do século XVII, assim como a cultura letrada encabeçada pelos mediadores do rei, recebeu implicações das relações tensas entre a escrita e o poder, pressuposto que indica a impossibilidade de desvincular as carreiras profissionais da Época Moderna – agentes, escritores, soldados, funcionários régios – dos interesses da coroa³⁰⁵. Ângela Barreto Xavier explica esse elemento como *heterogeneidade dos processos*, possuindo certa *arbitrariedade de opções*³⁰⁶, no qual havia a pluralidade de sentidos promovidos nos

³⁰⁰ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII**. ICS: Lisboa, 2007. p. 14.

³⁰¹ Ibid. p. 15.

³⁰² Ibid. p. 13.

³⁰³ CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico**. In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017**. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, v. 47, 2018. p. 169.

³⁰⁴ CURTO, Diogo Ramada. op. cit. p.121.

³⁰⁵ Ibid. p. 117.

³⁰⁶ Para ela, ocorreu um momento particular da literatura vinculada à ideia de uma *refundação imperial*, baseada, principalmente, por um processo que envolvia o uso do modelo imperial romano com a reformulação de velhas linguagens com as práticas das alteridades ali vividas, promovendo a cultura da *respublica*. Cf: XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015. p. 32.

territórios imperiais em que se manifestavam nos discursos paralelos sobre o poder, sobretudo na conjuntura reformadora vista no Estado da Índia no último quartel do século XVI – período de escrita da primeira versão do *Soldado Prático* em torno de 1565³⁰⁷. Mesmo buscando as referências passadas de modelos políticos administrativos, Xavier descortina os modelos de poder e de discursos nascidos dos modos de relacionamento entre colonizadores e colonizados, bem como a interpretação e o modelo apresentado por Couto.

Assim, as publicações daquela época foram uma combinação de diferentes influências e de condicionamento para se pensar a relação cruzada dos dispositivos institucionalizados e a perspectiva particular das publicações. O mesmo raciocínio aplica-se a Diogo do Couto que, na função de cronista, foi um intérprete da colonização, inserido na teia imperial, foi personagem dinâmico, desenvolvendo categorias de análise que assistia aos seus interesses pessoais e às demandas dos seus superiores, revelada pela própria impressão e registro indignado e ressentido.

Portanto, investigar o *Soldado Prático* é entender que o espaço de escrita da Época Moderna não só foi um espaço de ficção³⁰⁸, constituída, em boa parte, pelo imaginário e memória política do século XV, mas também das qualificações desenvolvidas pela experimentação, pelo confronto e pelas situações imperiais vivenciadas por esses autores, além de ter sido produto da retórica quinhentista, categoria de escrita que foi investida no momento de legitimidade do Estado frente ao Novo Mundo. Entendido isso, a chave de leitura feita por Ramada Curto, relembra que o sistema de comunicação correspondia àquelas identidades e inseria uma percepção pessoal ou acepções próprias sobre o mundo e sobre as coisas:

Ora se tais estruturas podem ser vistas como definindo lugares onde se enraízam regimes de práticas, será necessário não perder de vista que o sentido dessas práticas – protagonizadas por agentes, investidos de suas criatividades e detentores de uma história própria – só por um artifício se pode reduzir a uma mera interpretação dos referidos lugares.³⁰⁹

No interior das redes de comunicação e nas formas de linguagem por elas produzidas, Ramada Curto relembra que na retórica histórica, o elemento ficcional da narrativa deve ser

³⁰⁷ MARTINS, António Coimbra. **Em torno de Diogo do Couto e seus livros**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. 1985. p. 5.

³⁰⁸ O espaço da ficção neste trabalho deve ser entendido como caráter criativo da escrita do cronista, e não confundido com a ideia de fábula existente na época e menos valorizada que os escritos oficiais desses cronistas. Cf: PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia**. 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. p. 148.

³⁰⁹ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII**. ICS: Lisboa, 2007. p. 14

lembrado dentro na lógica dos favorecimentos e da economia de benesses, influenciando o lugar e as formas de fala desses indivíduos. Com isso, as estruturas da narrativa são direcionadas pela capacidade inventiva desses homens, salientando, mais uma vez, o conceito de intérprete ao qual atentamos.

Assim, ele descreve que a participação da escrita na Época Moderna surgiu de “ações atribuídas aos diversos agentes, indivíduos e grupos frente às estruturas e as formas heterogêneas de dominação”³¹⁰. Essas formas de dominação, segundo Ramada Curto, formavam os diferentes espaços de poder e de fala que compunham a realidade colonial. Dentre exemplos, censores, leitores, os grupos sociais e a autoridade real.

Por meio de modalidades de criação – como tratados políticos morais, espelhos de príncipe – a influência de um jogo social e político, ritualizados no sistema de cortes, estabeleceu um complexo de imagens e retóricas, como observa Adriana Romeiro: “O sistema de mercês foi, acima de tudo, um sistema de representações – representações construídas, inventadas, manipuladas ... – em que se articulavam discurso e poder”³¹¹. Por isso, a conduta literária do século XVI e XVII deve ser compreendida como uma via de mão dupla: a narrativa de Couto é um ponto de ancoragem para entender o espaço dos discursos de poder e o ordenamento imperial que se durante esses séculos, como também foi uma obra que recebeu atribuições singulares vinculadas ao mundo colonial e à sua típica cultura de mercês.

A questão importante quando se procuram características das redes de sociabilidade e a influência pessoal no domínio da escrita é a de se marcar o sentido de representação que se desloca do relato particular desses mediadores. O *Soldado Prático*, com o teor de acusação, foi feito para confirmar a ordem social e política, e para fundamentar um ideal organicista, cuja persistência caracterizou outros contemporâneos. Por isso, como parte de urgência do sistema colonial, a obra se pauta em uma escrita instrutiva. Portanto, nesta, Couto expressou seu ponto de vista e defendeu suas concepções para a reorganização da *respublica*, papel importantíssimo devido ao seu cargo de cronista³¹². António Caetano do Amaral já salienta em sua introdução sobre o segundo *Soldado Prático*:

Mas para justamente avaliarmos o merecimento desta Obra, e entrarmos no seu espirito, he preciso que nos ponhamos no ponto de vista, do qual Diogo do Couto olhava para a nossa Conquista, e para o estado della. Não o figuremos hum Filosofo, que livre de toda preocupação, e paixãõ, toma o lugar de Censor da justiça com que se procedeo no negocio da Conquista, e da

³¹⁰ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII*. ICS: Lisboa, 2007. p. 14

³¹¹ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI e XVII*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 50.

³¹² Ibid. p. 169.

pureza de espírito dos mesmos Conquistadores: ou que entre no exame politico dos bens, e males que ao sistema da Monarquia Europea fariaõ aquellas remotíssimas Colonias: ou que finalmente desenhando hum ajustado sistema do commercio do Asiatico, e combinando com ele os passos que os Portuguezes até o seu tempo haviaõ dado, note o em que se desviavaõ do caminho, ou erraraõ. Não consentia o tempo, em que Couto vivia, semelhantes ideas.³¹³

Nesse sentido, a representação feita pelo *Soldado Prático* buscou, por meio dos seus tópicos, evidenciar a Índia vivida e imaginada por Couto e que, de acordo com a conjuntura histórica, baseou a sua idealização como instrução para o rei. Os tópicos do desgoverno fundiram-se à imagem do reino que o cronista idealizava, da sua noção do que era o bom governo, “muitos remédios há”³¹⁴ e das tradições ético-cristãs que vigoravam.

Em sua narrativa, existiu uma discussão subjetiva e objetiva, com a bagagem histórica soldadesca e com os compromissos de mediador do rei. Trata-se aqui de um governo baseado na ideia de que um “império era uma construção não apenas das armas, mas também das letras, na medida em que o Bem, inerente às conquistas lusitanas, era emulado das penas quinhentistas e seiscentistas”³¹⁵. A sua versão sobre o Império na Ásia - como um modelo revisionista do que ele compreendia como República e como relações, interesses e estratégias - deveria articular em prol do bem da monarquia.

No quadro de projeção político-moral, Diogo do Couto não hesitou em identificar as mazelas que afundavam o império em um processo de decadência. A sua narrativa, curiosamente, foi uma das maiores referências entre seus contemporâneos, pois tratou, com duras palavras, a podridão moral que se estendeu por todo o Estado português na Índia, sobretudo, com o seu diálogo denunciador entre os personagens.

Depois do furto da primeira versão, Diogo do Couto logo se voltou à reescrita dedicada ao marquês de Alenquer. Com diferença na escolha dos personagens, o cronista construiu um extenso *Diálogo* que desenrolou na narrativa entre um antigo militar na Índia – nomeado *Soldado* – com outros dois personagens, um *Fidalgo* e um *Despachador* que, naquela altura, era o cargo de funcionário régio. Portanto, o detalhe das escolhas desses atores demonstrou a

³¹³ AMARAL, António Caetano do. **Introdução**. In: COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. VI.

³¹⁴ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 50.

³¹⁵ ANDRADE, Luiz Cristiano O. **A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador**. (Dissertação – Mestrado). 2004. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 97.

perspicácia de Couto ao criar personagens fictícios, mas que, ao mesmo tempo, eram indicadores severos de verdadeiros membros da hierarquia portuguesa em sua época.

O limite entre realidade e ficção em Couto parece-nos inserido em linha tênue, pois, escrita em 1611, o cronista já ocupava o seu cargo de oficialidade com relação à gesta portuguesa e, por isso, possuía conhecimento do funcionalismo e do relato histórico do que se passava: “Seu vigor e sua força residem, antes de tudo, no “prático conhecimento” do seu autor sobre a realidade que descreve, forjado ao longo de mais de uma década como soldado.”³¹⁶.

Resgatando as situações vivenciadas, nota-se, também, que Couto desejou remarcar o pressuposto da valorização da experiência para o bem do governo e, assim, o personagem do despachador exclama a escuta atenta às falas e orientações do soldado experiente:

DESPACHADOR: pois entrarmos neste materia, folgaria de discorrermos por ella hum pouco, porque me servirá o que se tratar de aviso para muitas cousas, e sayam-se os moços para fora porque como muitas destas hey de apontar em Conselho, nam he bem que ande primeiro pelas boccas dos rapazes³¹⁷

E quando relembra que, devido à ausência de bons homens e de experiência com a vida pública, Impérios passados cometeram grandes erros:

SOLDADO: Em fim venho, senhores, a concluir, que hum dos mayores castigos que Deos da aos povos, he tirar-lhes os bons e experimentados, como fez aquela soberba Athenas Mai das Sciencias: e nunca Roma foi tão prospera, como no tempo que a governavao os velhos, sábios e desinteressados, e tanto que estes faltarao, entrou a cobiça, e logo se perdeo³¹⁸

A documentação que possuímos, publicada pela Academia de Ciências de Lisboa em 1790, carrega as duas versões. A primeira, versada por volta de 1564, graças a António Coimbra Martins, foi recuperada e reorganizada, e revelou diferenças com a segunda versão do século XVII³¹⁹. Realça-se que a primeira foi narrada por um *Vice-rei* ficcional e sem experiência na Índia – evidência que enfatizou a crítica de Couto em relação a grande sucessão de governadores no Estado – e por um *Soldado*. Já a segunda publicação, como foi dito, possui diferentes personagens e profundo teor crítico, consequência de sua maior experiência *in loco*.

³¹⁶ ROMEIRO, Adriana. **O governo dos povos e o amor ao dinheiro**. Belo Horizonte: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano/v. 51, 2015. p. 101.

³¹⁷ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790 p. 3.

³¹⁸ Ibid. p. 96.

³¹⁹ VILA –SANTA, Nuno. **O Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto e os seus contemporâneos**. In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017**. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, v. 47, 2018. p. 171.

O quadro a seguir apresenta as divisões existentes entre as duas edições, assim como os tópicos tratados por Couto. Esse tipo de explanação ajuda a entendermos como Couto articulou suas críticas e em qual ponto, mais à frente, se estruturou o seu uso da guerra:

Tabela 1: *Primeiro Soldado Prático*, tópicos tratados por Couto

Capítulo	Tópico
I	Da Náo
II	Pilotos de sobresselente
III	Do Secretário do Viso-Rey
IV	Do Ouvidor Geral da Índia
V	Do Veador da Fazenda Geral da Índia
VI	Do Escrivão da Matrícula
VII	Das cousas necessárias para a Índia
VIII	Da Embarcação de Fidalgos
IX	Da obrigação dos Parentes, e do Capitão Mór do Mar
X	Das más despesas que se fazem
XI	O porque ElRey não tem dinheiro na India
XII	O que faz aos Viso-Reys não contentar aos homens da India
XIII	De como os Governadores por sucessão fizeram cosas dignas de louvor, ajudados da experiência que tinhaõ na terra
XIV	Sobre o D'Achem, Basorá, e Ceilaõ
XV	Parecer da guerra de Ceilaõ
XVI	Parecer sobre a posse, que o Turco tem de Bassorá
XVII	Do poder do Achem
XVIII	Da carga da Pimenta
XIX	Da despeza que faz a nossa Armada no Mar
XX	Das Tercenas, e cobrimento da Armada
XXI	De sustentar Damaõ
XXII	De tratarem os Viso-Reys
XXIII	Do Damno que a China faz ao Estado da India
XXIV	Das muitas Náos que se perdem na Carreira da India
XXV	Das obrigações do Viso-Rey

Tabela 2: *Segundo Soldado Prático*, tópicos tratados por Couto

Introdução de António Caetano do Amaral ao Manuscrito adquirido pela Real Academia de Ciências	
Carta de Diogo do Couto ao Conde de Sallinas e Ribadeo	
Primeira parte	
Cena	Tópico
Cena I	sem título
Cena II	Do modo que correm os despachos das cousas da Índia no reino, em que se tocam muitas cousas sobre algumas desordens que nisso há
Cena III	De como os mores inimigos que a fazenda do rei tem são ministros; e de como na Índia se cumprem mal os regimentos e mandados del-rei; e trata de outras matérias
Cena IV	Dos modos que há de alvitres na Índia, e do dano e prejuízo que fazem
Cena V	Do segundo alvitre, que é contra os homens; e das desordens que se neles cometem
Cena VI	Do terceiro alvitre, que é contra Deus, e de muitas cousas outras, em que os governadores são dissolutos
Cena VII	Do quarto alvitre, que é contra todos; e que cousa são dívidas velhas
Cena VIII	De como os veadores da fazenda, que vão às fortalezas do Norte, são muito desnecessários; e das desordens que se cometem na fazenda del-rei
Cena IX	De que são os soldos velhos; e do roubo que se faz a el-rei e às partes neles; e do remédio que haverá pera se evitarem
Cena X	Em que se tocam algumas cousas dos Contos de Goa, e outras diferentes materias
Segunda Parte	
Cena I	sem título
Cena II	sem título
Cena III	sem título
Cena IV	sem título
Cena V	sem título
Cena VI	sem título
Terceira Parte	
Cena I	sem título
Cena II	sem título
Cena III	sem título
Cena IV	sem título

Maria Manuela Baptista mostra que a substituição de capítulos por cenas na versão posterior abre a hipótese de que Couto tenha intencionado a construção de uma peça teatral a partir do diálogo³²⁰, ampliando o seu grau de instrução e influência naquela época.

Não possuímos como objetivo realizar a comparação entre as versões, nosso intuito é de divulgar os tópicos escolhidos entre as versões, os quais traçam as perspectivas coutianas como forma de um modelo, de instrução política, e de mostrar como isso formatou o pano de fundo para o indicativo da guerra como modo estruturante do império e para a retomada do controle de um príncipe cristão, além de apresentar uma maneira de se recompor da podridão moral.

Ambas versões foram produzidas na perspectiva do soldado que, de maneira humilde, contou sobre as deslealdades, cobiças, corrupção, procurando uma forma de instruir a coroa sobre esses casos³²¹ e, caracterizar assim, um modelo ideal de reino que se perdeu:

Este prático conhecimento do bom Estado da Índia fez sentir ainda mais a diferença que depois observou, quando, obtido o despacho dos seus serviços neste Reino, foi viver para a Capital daquele Estado, donde, como de alta atalaya, melhor descortinava todo o homem e mal dele. Observou, que huma vez que se interrompeo o furor da guerra, houve tempo para cada hum começar a provar das comodidades da paz, logo foi, desaparecendo a cobiça da gloria, e do nome, que dantes era movel de todas as acções dos Portuguezes na Índia, e entrou no lugar della a ambição do lucro: e de princípio não differente, que differentes não seriao as consequências?³²²

A hipótese que pensa a obra coutiana como um modelo ideal, sustenta-se também nesta parte introdutória feita por António Caetano do Amaral, a qual a inseria como fonte de estudos no especial momento da Real Academia de Ciências de Lisboa, articulando com as transformações daquele tempo.

Por esses temas, o *Soldado* condena e aconselha a gesta portuguesa e, de acordo com Maria Manuela Baptista e António Coimbra Martins, percebe-se uma proposta do cronista em escrever um modelo de poder, em que ele apontou os problemas e discorreu soluções.

³²⁰ BAPTISTA, Maria Manuela Pinto Soares. **A emergência do discurso cronístico em Gaspar Correia e Diogo do Couto - Indícios de um (des)governo português na Índia quinhentista**. Lisboa: Universidade Aberta, Departamento de Humanidades. 2014. p. 104.

³²¹ BAPTISTA, Maria Manuela Pinto Soares. **A emergência do discurso cronístico em Gaspar Correia e Diogo do Couto - Indícios de um (des)governo português na Índia quinhentista**. Lisboa: Universidade Aberta, Departamento de Humanidades. 2014. p. 97.

³²² AMARAL, António Caetano. In: COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790 p. IX-X.

Na perspectiva de António Coimbra Martins, O Soldado Prático pretendia remediar o desconcerto que ia pela Índia, causado pela ausência do monarca no espaço asiático, pelo excesso de agentes régios e pela nomeação de alguns vice-reis sem experiência anterior naquela zona geográfica, constituindo-se o manuscrito como um autêntico guião para aqueles que viessem a aceitar o cargo para governar a Índia ³²³

De fato, o conteúdo explicado por Couto abordou temas relativos àquelas pessoas responsáveis pelo funcionalismo régio – inexperiência das autoridades, os excessos cometidos pela administração portuguesa, sobretudo ao caracterizar o amor à riqueza e a ambição desmedida daqueles homens naquela distância. Além de constantes desvios, beneficiando-se das rendas da Fazenda Real, os homens perdiam o amor a Deus e ao rei:

Observa como das mesmas sábias providencias dadas nos primeiros tempos para a conservação, e bem daquelle Estado, humas erão illudidas, outras pela mudança das cousas já incompetentes, outras finalmente convertidas pela malícia dos homens em ocasião, e pretexto para abusos: e destas observações combinadas com o estado presente da India deduz os remedios que se desvião applicar para a cura de tão graves enfermidades, e para que aquelle Estado pudesse ainda recobrar o seu primeiro vigor ³²⁴

SOLDADO: Ora vejam Vossa Merce como há Deos fazer mercê a terra, onde esta moeda corre. E já que estou com isto entre mãos, hão de me dar licença para acabar esta materia de pouco segredo com outras cousas que de novo me lembrarão agora, que são mui prejudiciais ao serviço delRey, e a República e dem-me attenção. ³²⁵

Outro ponto discutido revela a escassez de recursos para as Carreiras, tema ao qual o cronista apresentou uma severa crítica ao favoritismo entre altos funcionários do Reino e lamentou a postura desonrada de quem não obedecia ao rei e usufruía de ilimitado poder ³²⁶.

SOLDADO: Ora quanto a dizerdes que se repartem essas varas por esse modo, por não haver outros homens mais sufficientes, a isso respondo, que há muitos annos que se não costumao buscar homens para cargos, senão cargos para homens e quem os quizer buscar, achallos-a, mas não se achao pelo que se perdem os privados dos VisoReys em se elles acharem, porque esses não hao de peitar, mas hao de rogar e fazer muitas mercês, porque a necessidade lhes não seja occasião de commetterem em seus cargos huma desordem ³²⁷

³²³ BAPTISTA, Maria Manuela Pinto Soares. op. cit. p. 106.

³²⁴ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. XII.

³²⁵ Ibid. p. 6.

³²⁶ Ibid. p. 32.

³²⁷ Ibid. p. 36-37.

Os temas escolhidos e abordados por Couto fomentam e incriminam uma narrativa de crise moral, a corrupção do funcionalismo régio, venda de cargos e a problemática da distância das colônias portuguesas, desencadeando no processo de decadência – processo este que ele compara à queda do Império romano – importante associação da literatura clássica como instrumento de autorização para a compreensão histórica:

SOLDADO: E não se lembra o infernal, que todas as perdas que deo as partes, e todas as despesas que lhe fez fazer nas apellações, que lhas deve só pena de se ir ao Inferno. Basta que este he o maior final que eu tenho da India não prevalece, venderam os Governadores os cargos da justiça aquém há de vender tão claramente, porque nunca o Imperio Romano começou a declinar, senão depois que o Imperado Commodo Antonino XIX, que succedeo Marco Aurelio, cento e oitenta annos depois da vinda de Christo, começou a vender Magistrados, e Officios públicos por dinheiro, que foi o primeiro que ensinou este caminho para seus Reynos se perderem³²⁸

Diogo do Couto responsabiliza o monarca “que está dormindo hum somno de descuido”³²⁹ e deixa seu governo à mercê das mazelas dos homens, provocando uma tirania – corrosão moral e política – que indiferente às leis de Deus, os governantes cometeriam injustiça contra os pobres³³⁰. Ao passo que a culpa de tanta deficiência do Estado também foi de responsabilidade real: coisas secretas do Reino, os costumes que se perdem.

SOLDADO: E estes haviaio de ser os VisoReys da India, Officiaes da Fazenda e de Justiça, e também os do Reyno. Que não haviaio de ter portas, nem janelas fechadas, para que fossem vistos de todos, e para a toda a hora lhes requerem justiça. Mas agora, por gravidade, a que eu quizera por outro nome, se fecham os Governadores a cinco portas, por furtarem o corpo aos negócios alheios, para entenderem só nos seus, e se acertam alguma hora darem dous dias no mez audiência as partes, ainda assim he por amor do damno delles, porque não sei qual foi o primeiro infernal, que remetteo a petição do negocio que dantes se despachava no Joelho, à Meza de Relação, onde alguns Desembargadores por se mostrarem grandes Juristas, lá lhe sahem com dívidas, que no negócios que não he nada o fazem mui grande, e duvidoso³³¹

Sobre a perda da verdade, Couto escreveu:

SOLDADO: Assim os VisoReys e Governadores da India, em quanto seguirão esta verdade, foi ella próspera e temida, mas depois que ella se perdeu, e que despirao as armas e se deixarão de embarcar, e se recolherão as delicias da

³²⁸ Ibid. p. 36.

³²⁹ Ibid. p. 39.

³³⁰ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI e XVII**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 104.

³³¹ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 29.

Cidade de Goa, e se fizerao Veadores da Fazenda e presidentes da Relação, logo a India foi de pernas para cima e nós todos nos acovardamos e nos perderão tanto os inimigos o respeito, que aquillo que nos primerio fazíamos, que era sustentarmos-nos de prezas suas, o fazem elles agora, que se sustentam de nossas prezas³³²

Observando o descuido das autoridades com as armadas, o cronista indicou a emergência com a falta de zelo com os soldados e a guerra, de tal forma que indicava a postura indigna de muitos governadores, a qual condenava-se pela falta de investimento com as armadas e substituição de cargos que só roubam o Estado:

SOLDADO: VisoRey D. João de Castro, em que não havia mais que hum Ouvidor Geral, que trazia tudo tão direito, e bem governado, que em se fazendo hum crime era logo punido: e depois de tanto Juiz não vejo punir nenhum. Pois quem foi o infernal que enganou ao Rey, e lhe fez em huma terra ganhada de novo, e cercada de inimigos, em que he necessário andar sempre com a espada na mao, metter varas em lugar de lanças, Leys em lugar de arnezes, Escrivães em lugar dos Soldados? Na verdade muito mais são elles agora que os soldados: e não lhe parecça a Vossa Merce que fallo por ahi além, porque digo na verdade, e torno a affirmar, que mais gente anda de ordinário pelas Audiencias que nas Armadas³³³

Esse diagnóstico foi discorrido por Couto a partir dos problemas que teriam gerado as consequências drásticas da crise do império português no Oriente. Maiores detalhes sobre as causas da perdição do império e sobre as questões que ele fomentou, aparecerão no próximo capítulo, na tentativa de compreender a utilização da guerra como dispositivo de recuperação do poderio português e a sua utilidade no modo estruturante desse mesmo Império, aliando à utilização desse mecanismo à recuperação do poderio.

Além das informações focalizadas na conduta individual dos agentes verifica-se, no relato de Couto, as alterações e os infortúnios causados pela concorrência holandesa nos potentados africanos que, até o século XVII, possuía o monopólio das negociações portuguesas. Ou seja, esse ambiente conflituoso entre franceses, ingleses e holandeses, muito se relaciona ao clima desgastante da documentação, no autor que tanto zelava e instruía pelo domínio no Indico³³⁴.

³³² Ibid. p. 91.

³³³ Ibid. p. 101.

³³⁴ Foi justamente no governo de Matias de Albuquerque que se intensificou a presença e os conflitos com os holandeses. Para detalhamento: Cf. Serrão, Joaquim Verissimo. **História de Portugal (Vol III)**. Lisboa: Editorial Verbo, 1979; BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Orgs). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.

Fechando o entendimento sobre a proposta como modelo, Adriana Romeiro revela que “Diogo do Couto ultrapassa o caráter impressionista e moralizante da literatura de desenganos e se aproxima da literatura de arbítrios, pois se propõe a identificar problemas e apontar soluções”³³⁵. São dessas soluções, desses “remédios que há”, que desejamos mostrar o ideal de guerra se ressignificando que, em um projeto do rei, mesmo que desanimador, avistou dos exemplos históricos e do forte saudosismo, na tentativa de reverter a imagem calamitosa que o império vivia.

CAPÍTULO 3. UM MODELO DE ANÁLISE DA GUERRA E DECADÊNCIA – PRÁTICA DA ESTRUTURA E ESTRUTURA DA PRÁTICA

SOLDADO: Perdoe-me Sua Merce: assim como os Poetas contam, que os que passam aquele rio Lethe perdem a memória, assim os mais dos VisoReys em passando pelo Cabo da Boa Esperança a perdem de tudo, e não sei se diga que o temer a Deos, e ao Rey³³⁶

Nas diversas passagens de descontentamento relatadas pelo soldado de Diogo do Couto, a metáfora do rio do esquecimento, referência grega, apontou o cenário de desânimo e ressentimento de sua interpretação. Atrelado ao seu abatimento, percebemos, também, que seu saudosismo recaía em certa esperança em apontar soluções e caminhos para o contexto decadente.

Sobre o conceito de saudade, podemos ler no dicionário Houaiss que a saudade é caracterizada pelo “sentimento melancólico devido ao afastamento de uma pessoa, uma coisa, ou um lugar, ou a ausência de experiências prazerosas já vividas”³³⁷. Datada no século XIII, a saudade traz em sua etimologia a unidade, a solidão e desamparo. Outra consideração é trazida pela ideia de saudosismo que é “a tendência, o gosto fundado na valorização demasiada do passado. A fidelidade a princípios políticos, ideais, e costumes já não aceitos”³³⁸.

³³⁵ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI e XVII**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 102.

³³⁶ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 40.

O rio Lete faz parte dos ramos do rio Hades. No dicionário Etimológico da Mitologia Grega “Trata-se do “Esquecimento”; tal nome deriva do verbo *λανθάνω*, “estar escondido, permanecer oculto”. Por isso, entende-se uma analogia a perda da memória daqueles que ultrapassavam certa altura da costa africana, perdendo assim, as virtudes e a fidelidades às coisas passadas. Dicionário Etimológico da Mitologia Grega multilingue On Line (DEMGOL). 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409973/mod_resource/content/2/demgol_pt.pdf. p. 166.

³³⁷ HOUAISS, Antônio. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 3.0. [CD-ROM]. 2009.

³³⁸ Ibid.

O tema da escrita coutiana tem sido interpretado nessa investigação por essa compreensão saudosa do que ele viu e viveu e como o seu passado é ressignificado por essas saudades e valorizações. Em seu percurso como historiador na Índia, não deixa disfarçada a sua comoção, produziu um sentido melancólico e incompleto remetendo através da memória aquilo que não existe mais, ou as experiências e satisfações de sua vivência. Indicaremos, neste capítulo, as diversas soluções que rememoram suas saudades e inserem a noção da guerra na estrutura e na situação histórica.

Durante a escrita, Diogo do Couto carregou essa bagagem nostálgica do que ele viveu da *Goa Dourada*, o que, propriamente, sustentou parte do conteúdo do projeto de poder. Por essa razão, nesta última parte, unindo a percepção saudosa do passado glorioso com o seu relato instrutivo, indicaremos as soluções por ele pensadas e que rememoram um sentimento e uma ressignificação das premissas da guerra, colocando-a na ordem de significação da prática da estrutura.

A guerra justa em si, como um fenômeno histórico, trazia diversos outros elementos que norteavam a sua utilização enquanto ação política. Simultaneamente econômicos, políticos, administrativos, culturais etc., esses elementos inserem a guerra justa em um compilado muito maior de afirmativas e significações providas no discurso intervencionista de Couto. Tanto que, ao instruir com teor saudosista e nostálgico, procurou tanto reafirmar os aspectos perdidos no decorrer dos anos de conquista, quanto as virtudes dos primeiros conquistadores.

Segundo Maria Eduarda Magalhães, Couto descreveu a dupla verdade sobre a conquista, de um lado, cravada na expansão dos domínios mercantis e, de outro, da fé cristã³³⁹, notando uma progressiva perda dos valores cristãos que eram base dos primeiros navegadores³⁴⁰. Sobre essas perdas, o soldado exclama:

SOLDADO: Vós sabeis, senhor, o que jura hum VisoRey, ou Governador nas mãos delRey quando lhe dá essa homenagem? Por certo se isso trouxessem na memória que não comeriam nem beberiam, porque cuidou que os mais deles perjuraram gravissimamente. Fallo deste modo, porque Vossa Merce me tem dado liberdade para tudo³⁴¹

³³⁹ MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. **O Soldado Prático e a lógica da "economia do dom"**. São Paulo: Revista USP, (83), pp. 127-135, 2009. p. 131.

³⁴⁰ Ibid. p. 131.

³⁴¹ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 18.

Utilizando a interpretação do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg³⁴², analisamos, vistas às questões, soluções e denúncias da documentação, a tentativa de Couto em redimensionar a guerra e os pressupostos da doutrina da guerra justa. Esses indícios aparecem, primeiro, nos problemas observados e, depois, nas soluções apresentadas. Com o emprego do sentido de *arquétipo*, baseado no modelo ideal visto anteriormente, os elementos de denúncia e da solução articulam-se, sobretudo, à sua noção da guerra como prática da estrutura do Império. Portanto, considerando a utilização dessa metodologia, o indício da guerra é apresentado em seu escrito com diferentes formatos e significações que rememoram as primeiras conquistas.

Portanto, na interpretação de sua obra, a ideia de divina providência, os ideais saudosos do príncipe cristão, a perda da experiência, da virtude e do valor que eram excelência nos primeiros anos do império, estruturavam, o que para ele era o modelo ideal de governança. Elementos que, pelo paradigma indiciário, trazem sentidos, valores e percepções acerca da maneira como Couto pensou sua conjuntura e sua intervenção enquanto letrado.

Os excessos apresentados no *Soldado Prático* foram resumidos em quatro grandes “alvitre”³⁴³, entendido como invenções que prejudicavam o ultramar. Esses prejuízos afetavam “primeiro contra o Rey, segundo contra os homens, terceiro contra Deos, quatro contra todos”³⁴⁴. A ambição desmedida das autoridades locais, a transformação de soldados em mercadores, a utilização do dinheiro para o bem particular, o desrespeito e a infidelidade ao rei, além das paixões individuais guiando seus súditos, marcaram o cenário de revelia e de aproveitamentos apresentado por Couto:

SOLDADO: Eu conheci alguns, e o que he peyor, que houve senhor destes, que escreveo á Índia a seus amigos: suam testemunhou tal cousa, e sua tal e tal, mas eles me cahirao nas mãos. Esta he a razão, porque muito poucos homens querem ir as devassas: ao menos eu sempre fugi disso, porque de duas cousas sempre me guardei muito, de praguejar de Viso-Rey em publico, e de testemunhar contra elles, porque me arrimei sempre áquella regra de viver em paz. A teu Rey nunca offendas, nem sejas testemunha, nem parte. Em fim, quero concluir com huma cousa que eu aconselhara, se para isso tivera authority, que por duas razões nam houvera ElRey de mandar tirar estas devassas, e residências, huma por evitar estes males, e ódios, e outra porque

³⁴² GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

³⁴³ Significado de Alvitre: alvidramento, Conselho, projeto inventado em algum negócio para o seu conseqüimento. In: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. Volume 8. p. 69.

³⁴⁴ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 24.

nunca se procede contra os criminosos, e sempre se livrão, e Deos sabe o como³⁴⁵

Couto atentou para as posturas secretas de diversos setores da governança, atitude que, para ele, interferia fortemente no comando do ultramar. O segredo anunciado por Couto referia-se às maldades e às corrupções no funcionalismo público, marcadas em reuniões que nem chegavam ao conhecimento do rei:

SOLDADO: e como elles estam interessados na terra, e vivem nas delicias que já disse, lá se negoceam em segredo, e passam-lhes provisão de espera por mais hum anno, e vai-se esquecendo o negócio de anno em anno, e estes ficando na terra contra a vontade delRey e em grande prejuízo do povo³⁴⁶

Com dinheiro desmedido, sem o consentimento da autoridade terrena e divina “mas como elles nas mais destas cousas cuidam que engana a Deos, e ao Rey”³⁴⁷. Essa menção retratava a ofensas investidas na divindade terrena e celeste, o elo remetido pela premissa da divina providencia e da autoridade legitima. Nesse trecho, mencionou uma postura desejada para o rei que, afastado das coisas terrenas, teria o poder de conduzir o bem do reino e dos seus súditos:

SOLDADO: O Rey por Ordenação Divina está colocado à altura do estado humano, não deve inclinar seu pensamento a cousas baixas e abatidas, senão que se lembre esta naquele lugar sublime como huma excelsa atallaya da virtude, e da verdade, para que seja exemplo de toda a honestidade, religião e mais virtudes a todo o povo, que nele, como em hum espelho claríssimo, tem posto os olhos, cuja a claridade com nenhuma cousa se há de escurecer: lembrando-lhe também, que quanto he mais sublime o lugar que tem de todo o mais povo, tanto com mayor vigilância há de procurar que não diga, nem falle cousa que não seja digna do Ceo, pois o lugar tam alto em que se está collocado, lhe mostra ser tanto ais perto do Ceo sua dignidade, que a baixeza da gente vulgar³⁴⁸

Atentem-se como a citação à autoridade legitima caracteriza a estruturação do diálogo. Isso é percebível quando, ao citar os problemas, indiretamente, Couto busca a ação, a atitude por parte da autoridade responsável. Isso, em nosso entendimento, faz parte dos indícios de como Couto rememora a guerra justa, pois, de acordo com as condições contidas na doutrina de São Tomás de Aquino, a guerra justa se sustenta a partir da presença do chefe, no caso de

³⁴⁵ Ibid. p. 6-7.

³⁴⁶ Ibid. p. 142.

³⁴⁷ Ibid. p. 22-23.

³⁴⁸ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p.10.

Couto, do rei cristão. Portanto, quando o cronista fez o uso desse argumento, de maneira ainda que saudosa, buscando na sua memória, salientou e ressaltou a urgência dessas diretrizes.

O que estamos dizendo é que nestes “retornos” de Couto, ele ressignifica diversos princípios das conquistas e rememora os tempos vindouros que a guerra trazia a nação portuguesa. Com isso, observamos como o signo da guerra foi atualizado pelo cronista no confronto com as circunstâncias presentes, num jogo no qual o signo da guerra mudou para permanecer; isto é: atualizou-se de acordo com as circunstâncias e mudou de função no interior do jogo da ação³⁴⁹. Essa busca no passado foi usada tanto na época de Couto, quando notamos a sua urgência em empregar o seu modelo político, quanto no contexto vivido pela Academia Real que fez a publicação do diálogo, também de acordo com os interesses políticos de seu momento.

Vamos nos atentar a mais detalhes da narrativa: nota-se uma grande preocupação com a desordem e as atitudes pecaminosas com relação ao uso do dinheiro, este que, destinado aos funcionários e as armadas, vinha sendo substituído das preocupações particulares das autoridades locais: “Tem outras que lhes relevam mais a elles, e por isso se esquecem das que relevam ao Rey, pois estas são mais da sua jurisdição, são mais Veadores da Fazenda, que Capitaes da Guerra”³⁵⁰. Esse indício é constante na escrita coutiana e demarcou a falta de investimentos e zelo com as coisas da guerra, e a consequente perda do ideal/valor português que dela manifestava:

SOLDADO: Que esta he a segunda cousa que aquele Rey de Cochim dizia, que já não vinha do Reyno, naquella comparação das espadas largas, querendo-vos dar a entender quanto nos hia já falecendo aquelle antigo brio e valor Portuguez, quase aludindo aquelle dito do nosso bem bom Rey D. João II. Quando dizia que o bom Portuguez havia de ferir com os terços³⁵¹

Além do despreparo das armadas, da corrupção dos funcionários, do desleixo das autoridades locais, o cronista vê que, diferentemente dos primeiros conquistadores, a grande liberdade de ação concedida aos governadores de seu tempo resultou na perda de firmeza do ideal da Cristandade. Na sua interpretação, os agentes do ultramar corrompiam-se facilmente e se moviam na ganância e a roubalheira:

³⁴⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naif, 2014.

³⁵⁰ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 67.

³⁵¹ Ibid. p. 92.

(...) os Reys de Portugal a traziao nos olhos, parecia que nas suas ribeiras lhe nasciam naos, no seu tesouro dinheiro, e peas prayas Marinheiros, Mestres, Pilotos, Bombardeiros, Calafates, de que tudo hoje falece, e assim permitia Deos que se movessem os peitos daquelles Reys a mandarem tantas armadas, e tantos provimentos, e gente, como se sabe, porque houve annos que partirao deste Reyno vinte naos com quatro, e cinco mil homens, e todas chegavao a salvamento, porque trazia Deos nosso Senhor postos os olhos na piedade daquelles Reys, e no zelo dos seus VisoReys, e governadores, e assim andava tudo tão prospero, que me lembra encontrar pelas ruas de Goa mais capitães velhos, e fidalgos para serem VisoReys do mundo, de que hoje encontrarao soldados de nome³⁵²

Tal passagem nos relembra as outras duas premissas da doutrina de Aquino: a reta intenção e a causa justa. A prosperidade das primeiras navegações, indiretamente, na visão de Couto, era uma restituição de todo o ideal da cristandade e das boas intenções religiosas que os portugueses traziam em suas mentes. Atacavam e se defendiam pelo ideal cristão, pela ação legítima do rei cristão e pelas boas intenções que era de promover o bem e evitar o mal, mesmo pelo recurso da violência.

Outro ponto bastante discutido na obra trata do ambiente no qual viviam os portugueses. Todo esse processo de corrupção derivava, para ele, do próprio contexto vivenciado na Índia, marcado pelo de contato interétnico que, em larga medida, possibilitava a inclinação dos homens além-mar para atitudes corruptíveis, desfazendo assim, os valores iniciais da conquista.

Disso entende-se o processo de nativização dos portugueses – a indianização - que ao entrarem em contato com os nativos, perdem as boas virtudes e a moral, política e social. A indianização foi vista com maus olhos por Couto e como um fenômeno grandioso da lenda negra portuguesa³⁵³. Vejamos esse detalhe:

SOLDADO: e não vos enganeis com mostras de virtudes, porque não sei que tem a India, e debaixo de que Planeta está, que assim muda os pensamentos, os desejos bons, que he pasmar, e não quero Sua Magestade que ahi está, que governou aquelle Estado por sucessão, tão amigo antes dos soldados, tão zeloso da justiça, tão aborrecido das desordens dos VisoReys, que nenhuma cousa tratava nas conversações mais, que de como fazia mercês aos homens, de como se governava por creados, e partes, de como não deixava fazer justiça aos Ministros, e de como tomava as cousas para os Almazend, e Armadas sem as pagar³⁵⁴

³⁵² Ibid. p. 95.

³⁵³ Para mais detalhes do conceito de indianização e da Lenda Negra portuguesa. Cf: XAVIER, Ângela Barreto. **Parecem indianos na cor e na feição: a “lenda negra” e a indianização dos portugueses**. Etnográfica [online]. 2014, vol.18, n.1, pp.111-133.

³⁵⁴ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 69.

E assim, depois que neste Estado entraram verduros compridos, balonas, e trajos estrangeiros, logo tudo se perdeu, porque a guerra não se faz com invenções, senão com fortes corações, e nenhuma cousa deitou mais a perder grandes império, que a mudança de trajos e de leis³⁵⁵

O que parece ter sido o grande incomodo de Couto foram as grandes mudanças – “invenções” – que ele percebeu no decorrer dos seus anos na Índia. Da mesma maneira que Adriana Romeiro relembra que a noção da decadência faz parte de um conjunto de injustiças advindas de comportamentos plurais e de práticas em diferentes instancias³⁵⁶.

Notamos um compilado de problemas observado pelos personagens da narrativa que parecem ter basicamente se estabelecido a partir do contato e do encontro que, para os cronistas, se resume nas desastrosas “invenções”. E dessa mesma estrutura, reajustando-a, Couto norteou soluções, atualizando o sentido da guerra para que ela permaneça na história portuguesa.

Para pensarmos essas “invenções” prejudiciais ao reino, utilizamos a perspectiva metodológica e interpretativa de Marshall Sahlins. De acordo com ele, a interpretação histórico-antropológica se faz num jogo cambiante e mutante entre signos e práticas, tal como podemos vislumbrar em Couto, para o qual as especificidades do contexto e a narrativa dos signos são evidenciadas pela urgência de estratégias de conquista dos primeiros anos, rememoradas na nostalgia da guerra. Portanto, o interesse maior é de captar a noção da guerra pela abordagem histórica que interpreta as circunstâncias das estruturas na história, como anunciado no modelo de Marshall Sahlins³⁵⁷.

Para esse autor, a história dos contatos é marcada, inicialmente, por uma prática da estrutura, na qual signos e símbolos pré-existentes organizam as estruturas de relação com as alteridades. Mas, isso é importante na argumentação, pois essa prática das estruturas pode constituir-se em uma estrutura da prática na qual intervêm projetos e interesses muitas vezes conflitantes entre os agentes sociais envolvidos e isso pode representar a atualização dos signos pré-existentes e representar não mais a reprodução, mas a transformação das estruturas, o que implica em analisar a história como misto de signo e interesse, de continuidades e mudanças.

Por essa razão, a relação histórica ditada por Couto se estabeleceu entre a ordem estrutural e a prática das culturas ali existentes, no caso entre os colonizadores e os colonizados, nativos e europeus. Nessa transformação, as “invenções” que Couto tanto reclamou, portam-se

³⁵⁵ Verdugos: espadas longas sem gume. In: COUTO, Diogo. **O soldado prático**. Texto restituído, prefácio e notas pelo professor M. Rodrigues Lapa. Cf: LAPA, Manuel Rodrigues. Lisboa: 3ªEd, Clássicos Sá Costa, 1980. p. 92.

³⁵⁶ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI e XVII**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 130.

³⁵⁷ SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1990.

como os signos transformados na história dos contatos, nas práticas estruturais em constante transformação, na apropriação e em um jogo de interesses tão distintos, atualizados na história, como ensinado por Sahlins³⁵⁸. Essa tem sido a forma como apropriamos o signo da guerra, atualizado em diferentes situações na história colonial do Oriente e, também, com o recurso da sua memória, ele atualiza o seu passado como solução do declínio no século XVII.

Dessa forma, a abordagem saudosa de Couto é fonte importantíssima nessa metodologia, porque suas soluções mostram como os eventos históricos são ordenados pela cultura e vice-versa. Em via de regra, Couto foi transformado pelos contatos existentes em seu momento histórico, assim como a sua própria compreensão da guerra e da utilização do seu passado em projeção ao futuro.

A saudade – sobretudo da guerra e de todos os elementos de seu universo - procurava remeter ao passado glorioso, mesmo sabendo das novas condições do território da Índia. Ou seja, o signo da guerra se atualizou na prática e, ao se transformar, também foi modo de reprodução, sem perder o que havia antes. Baseados na metodologia de Sahlins, quando Couto retoma suas ideias, ele também as transforma, ao mesmo tempo, por sua melancolia, por sua nostalgia e sentimentos do passado, tudo em uma perspectiva da memória e em relação com a alteridade. Portanto, pela nostalgia e saudade produzida na obra e vida de Couto, a guerra foi compreendida e ressignificada no campo dos contatos e na situação de crise.

Na invocação de suas soluções, o autor indicou um repertório de saudades: saudade da fidelidade e do respeito ao rei, dos reis justos e cristãos, do uso da força, das armadas e das benesses bem distribuídas, do exército forte e dos bons propósitos.

Em nossa interpretação, todas essas “saudades” rememoram a sua compreensão da guerra, como forma de sobrepor o sentimento de desilusão, o descontrole dos recursos e do funcionalismo da Índia portuguesa. Na introdução de Caetano do Amaral sugere:

Passado este primeiro ímpeto e necessidade, era preciso para se sustentar aquella difficil obra, que o homem que presidisse a ella fosse hum homem inteiramente dominado do bem publico e do Estado, e esquecido de si, e dos seus interesses, hum homem perito da politica, e da guerra, bravo, e intrépido, mas ao mesmo tempo sagaz para prevenir e prudente para não converter em damno as mesmas virtudes militares, justioso sem sereza, liberal sem desconcerto: que soubesse influir estas virtudes nos subalternos, e manter os soldados no teção da honra militar, sem intolerancia, nem desordem³⁵⁹

³⁵⁸ Ibid. p. 62.

³⁵⁹ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. IX.

Procurando refletir sobre a concepção de memória e a sua função enquanto continuidade e descontinuidades, utilizaremos a ideia do signo que é modificado pela história dos contatos, dessa forma, iremos nos sustentar no importante estudo de Jacy Alves de Seixas. A memória, para ela, é atualizada no momento histórico – o instante – de tal forma que, os eventos históricos atualizam os signos, de acordo com os interesses pragmáticos estendidos no processo histórico.

A memória não é jamais como aparece superficialmente, ou seja, como uma retrospectiva, um resgate passivo e seletivo de fatias de passado que vêm, como um decalque, compor ou ilustrar nosso presente, seu movimento, ao contrário, é antes de mais nada o de prolongar o passado no presente. A memória não é regressiva (algo que parte do presente fixando-se no passado), ela é prospectiva e, mais do que isso, é projetiva, lançando-se em direção ao futuro. “A verdade é que a memória não consiste absolutamente em uma regressão do presente ao passado, mas ao contrário em um progresso do passado ao presente”³⁶⁰

Essa é a forma como observamos as soluções apresentadas pelo cronista que vai “descascando” a compreensão do que é a guerra, de acordo com seus interesses, com os acasos, com o evento histórico, buscando atualizar o passado para o presente, e também para o futuro. Portanto, somado à compreensão de Sahlins, entendemos que quando Couto é atingido pela memória da guerra, como, no termo de Seixas, um “lampejo”, fica fácil entender que a guerra em sua memória foi ressignificada por uma série de elementos políticos, ideológicos, econômicos de acordo com a sua cosmovisão e imaginário político da Época Moderna³⁶¹.

Fazendo isso em toda a sua narrativa é possível pensarmos a ressignificação da guerra. A partir da ideia de que ela advém e se sustenta em várias camadas, de múltiplos aspectos - camadas de sua vivência e de sua conjuntura- o intuito do autor é promovê-la como forma de superação do declínio português no século XVII. Por isso, foi tão importante pensarmos toda a trajetória turbulenta da vida de Couto, inserido na cultura das benesses e mercês.

Retomando as soluções da narrativa, o cronista definiu as virtudes do bom monarca, aquele que entenderia de todas as partes do império. Nessa outra passagem, fez menção às recompensas e mercês e ao fato de que os governantes que ajudavam o povo o faziam com base em seus ideais cristãos:

³⁶⁰ SEIXAS, Jacy Alves de. **Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção. Uma reflexão (In) atual para a História?**. Revista do Programa de Estudos Pósgraduados em História e do Departamento de História da PUCSP: Artes da História & outras linguagens, n. 24, junho/02. p. 45

³⁶¹ É curioso como a metodologia de Sahlins indica-nos que o próprio modelo político de Couto, baseado na cristandade, porta-se como estruturante e que, por essa mesma lógica, quando ela não se faz ou não se sustenta historicamente, o destino certo é a própria decadência. Ou seja, a memória de Couto, de acordo com essa interpretação, é o prolongamento dos diversos elementos que considera fundamentais no seu discurso e instrução, inclusive a guerra.

Estes erao os Reys, que se podiao chamar pays do povo, e não menos de louvar são os nossos Christianissimos Reys de Portugal, que, com o mesmo zelo de Pays, ordenarao também juizes de sua Consciência para desagradarem seuvassallos, que também respondem aos éforos dos Lacedemónios.

E em quanto este bom santo costume durou, tinhao vassallos sempre aquelle ultimo remédio, ao menos na India, aonde he mais necessário, que no Reyno: e em quanto nella houve esta Meza de Consciência, que he suprema aos VisoReys e Governadores, estavam elles alguma cousa enfredos, e não viviao livres³⁶²

Esse trecho inserido no “alvitre” contra Deus, faz menção à urgência de se estabelecer órgãos que fiscalizem as ações dos governadores e dos funcionários que “Do que se vê claramente, que já não vai para servir ao Rey senão para servir a si.”³⁶³. Pela maneira correspondentes como se via as ações políticas e religiosas, confirmadas nas premissas da guerra justa, de tal forma que compreendemos que os dizeres de Couto sobre as devassas e roubalheiras.

SOLDADO: Diz Vossa Merce bem: deixemos os despropósitos de que hia tratando. A primeira cousa em que se havia de entender he nos excessos dos trajos dos soldados, e ordenar que andem como taes, não como rufiões, faça-se Ley, que os VisoReys pareçam Capitães Geraes, como o são, porque folguem todos de parecer soldados, e que andem em corpo, calções, a meia perna de cotonia, ou guingão, espada curta, quando muito preateada, talabartes de couro, e ferros, e não com tanto calção de veludo, tantas espadas douradas, tantas tranças de ouro, e tantos passamanes, e guarnições de ouro e prata, que pasmo donde lhes isto vem³⁶⁴

Sobre esse indício, os de que os interesses privados estavam comprometidos em detrimento do dinheiro público, o autor exclamou a urgência que se pedia do ideal da reta intenção, trazido nas primeiras cruzadas e no expansionismo cristão. Descreve, assim, os comportamentos:

SOLDADO: Em quanto os Capitães e Soldados tinham barbas largas, tinhao vergonha, que não sei se hoje se achará, por certo que desejo ver ressuscitado aquelle bom Rey D. Manoel, e com ele hum daquelles soldados veteranos com que a India se conquistou com huma barba pelos peitos, hum pelote pelo joelho, huns musgos* cortados, huma crangia, ao peito posta em hum murrão, huma chuça ferrugenta nas mãos, ou huma besta às costas, e a par delle hum

³⁶² COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 39.

³⁶³ Ibid. p. 51.

³⁶⁴ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790 p. 142.

dos soldados deste tempo com huma capa bandada de veludo, coura, e calções do mesmo, meyo de retroz, chaeo com fittas de ouro, espada e adaga dourada, barba rapada, ou muito tosada, topete muito alto: parece-me que tornaria aquelle bom Rey logo a morrer de nojo, e que poderia edir conta aos Reys seus sucessores de se descuidarem tanto nas cousas da India, e de não mandarem prover, que se torne tudo aquella primeira idade, se querem que a India torne a seu ser³⁶⁵

SOLDADO: Não vos lembra, senhores, verdes desbaratados aquelles dous valerosos Capitães Nuno Fernandes de Atayde, e D. João de Menezes com a melhor Fidalguia do Reyno, Capitães tão experimentados, que não sei se houve outros que lhes avantajassem de então para cá? Os nossos Reys passados, primeiro que mandassem descobrir a India, não lançarião suas cousas? Pois muito primeiro tinham posto as mãos no descobrimento da Costa de Africa e na fundação, e tomada das Fortalezas, que naquelas partes temos, e se lhes fosse melhor conquistar Africa, que a India, como havião de comunicar primeiro este negocio, e medir as forças do Reyno com as de Africa, sabemos também, que depois de muito praticado este negocio, desenganados da conquista de Africa, commeterao a da India, na qual Deos nosso Senhor lhes fez muitas mercês, como sabemos³⁶⁶

A partir desse momento, o soldado de Couto elencou as boas virtudes do monarca, estabeleceu elos com os exemplos deixados pelos primeiros governantes e também indicou os princípios para que se estabelecesse um bom governo: a clemência, a moderação e a verdade. Com essas características, o monarca conseguiria usar suas estratégias com prudência e verdade, não cairia em tentações e seria justo com os seus súditos e com o seu reino.

SOLDADO: ElRey Phillipe de Macedonia era tão notado desta grandeza, que refusava tomar uma Cidade por força de armas, se entendia, que se podiao arriscar seus soldados: e isto mesmo he o que fez a Scipião* tão illustre, que muitas vezes dizia, que mais queria conservar hum soldado, que destruir mil inimigos. Que materia esta para os Capitães da India, que assim aventuram os seus em cousas de muito pouca importância, como se forao ovelhas, e assim se recolhem contentes, deixando trezentos e quatrocentos Portuguezes degolados, como se alcançarao huma grande victoria!³⁶⁷

O soldado retoma na tradição romana os ideais de reis eficientes e com exércitos fortes e bem planejados. Para ele, Cipião Africano não foi prudente o suficiente e mandava seus exércitos despreparados para o campo de guerra³⁶⁸. Couto desejava evidenciar que as armadas

³⁶⁵ Significado de musgos: calções. In: COUTO, Diogo. O soldado prático. Texto restituído, prefácio e notas pelo professor M. Rodrigues Lapa. Cf: LAPA, Manuel Rodrigues. Lisboa: 3ªEd, Clássicos Sá Costa. p. 92.

³⁶⁶ COUTO, Diogo do. op. cit. p. 153.

³⁶⁷ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 113

³⁶⁸ Utilizando da tradição historiográfica de Políbio, Couto se refere à imagem político militar de Cipião Africano como instrução e exemplo histórico. Segundo Breno Battistin Sebastiani, Públio Cornélio Cipião, cognominado Africano após seu triunfo sobre os cartagineses e sobre o rei Sifax, nasceu em 235 a.C., e construiu uma carreira

portuguesas viviam em um estado de imprudência, de tal forma que seu pouco investimento e preocupação estavam colocando-as em situação de decadência, tal como ocorreu nos erros do império de Roma, seu exemplo histórico de méritos, mas sobretudo, de descuidos. Percebiam como a prática das estruturas se constitui em uma estrutura da prática a partir da busca das referências do passado que, na história dos contatos e numa específica história da decadência, ressignificou a percepção da guerra e do seu modelo e interesses.

Percebiam como, em todo o percurso da narrativa, a saudade, como no significado do dicionário contemporâneo, em detrimento do que ele percebia ser ideal, procurou redimensionar seu presente por meio da saudade das coisas, dos homens, e das ações que, para ele, eram ideais, inclusive a guerra e a preocupação com a armada portuguesa, aquilo que sempre foi valor e sentido de Portugal. Por isso, a indicação teórica de Seixas e Sahlins satisfaz a compreensão de quem e do que foi a produção de Couto e da memória da guerra em constante transformação na cultura e pela história.

Em grande parte do diálogo, o soldado colocou suas indignações com o desleixo com as armadas e, conseqüentemente, com a postura menos leal às premissas da conquista. Como se sabe, inserida na razão dos portugueses na Índia, o indício do despreparo com as questões da guerra, de certa maneira, portou-se como mais uma de suas nostalgias: a urgência do ideal da luta contra os mouros. Couto diz:

SOLDADO: E sabem Vossa Merce quanto he isto assim, que chegou a malicia da India a tanto, que há homens que compram as demandas, e auções, e outros, que todos os dias vão as audiências, e de Escrivão em Escrivão, e de Juiz em juiz, com tanto gosto, que cuidou nisso tem posta sua bem-aventurança, de modo que quem vir agora a Cidade de Goa, verá huma escola formada destes Escrivães, pequenos e mayores, de Inqueredores, Procuradores, Informadores, e certo que he grande confusão ver esta infernidade em huma terra rodeada de inimigos, que nos desejam beber o sangue, e na qual não houvera de haver senão escolas de armas, carreiras e soldadesca a ponto.

Porque os inimigos trouxessem sempre ante os olhos as armas portuguezas, para que sempre andassem timidos: mas elles em lugar disto vem o que já disse: senão quanto os bramanes, que se fazem christãos, se fazem burlões, e subris, e sabem melhor a ordem do juizo, que os mesmos procuradores, que isto he o que lhes fomos lá ensinar³⁶⁹

de fases distintas, mostrando-se como exemplo de comandante e, também, de abertura de favorecimento pessoais, manipulação da religião e domínio territorial. Cf. SEBASTIANI, Breno Battistin. **A Política como Objeto de Estudo. Tito Lívio e a Reflexão Historiográfica Romana do Século I a.C.** Universidade de São Paulo, Revista de História 154 (1º - 2006), p. 312.

³⁶⁹ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 105.

Essas ideias que inserem a temática da guerra na documentação de Couto, permitem que pensemos o seu arquétipo, de tal forma que na ausência dos interesses do império, ele retoma a própria noção primitiva da guerra e procura evidenciar novos significados em um novo momento e situação histórica. A noção da prática da estrutura parte das orientações simbólicas, políticas, materiais e emocionais que caracterizam a política imperial, mas, também, compreendem as práticas de escrita e da cultura letrada. Conseqüentemente, nos faz compreender como a guerra aparece em sua escrita como modo estruturante do império.

SOLDADO: Por onde receyo que este negócio, se vá concluindo, porque vejo a Justiça Divina tão irada contra aquelle Estado, em que há annos que vai usando do rigor do seu juízo, que foi sempre castigar geraes e públicos peccados com geraes, e públicos peccadores, se não vede se vos não castiga, por mãos dos inimigos, que sempre dominávamos e subjugávamos, porque até os mais coitados tem alevantado mãos contra aquelle pobre Estado: por onde eu temo que se torne o seu a seu dono, se Deos nisso não porver, e não puzer os olhos de sua Misericórdia em muitos virtuosos que nelle há³⁷⁰

Vejamos nesse exemplo como o saudosismo de Couto rememora a guerra dos primeiros portugueses e a indica como forma de retomada do poderio e, além disso, evoca a necessidade de novos reis cristãos:

SOLDADO: Que os tem enfreados com o medo do Grão-Mogor, que deseja de lhes tomar os Estados, e por cuja vida nos convem fazer orações, porque se elle morre, e estes Barbaros se vem fora desses receyos, tenho medo que descarreguem sua potencia contra nós, e que nos tomem as mãos, porque o tempo do VisoRey D. Luiz de Athayde he acabado, que com aquella sua grande prevenção se sustentou contra todos: vede que sera hoje sem artelharia, sem munições, sem armadas, e ainda sem soldados, e sem capitães, porque tudo he acabado³⁷¹

A atualização do signo da guerra também se mostra na forma como Couto se orientava no uso da força no decorrer da história:

SOLDADO: Aqui me cai a proposito hum dito muito avisado dum Rey de Cochim, o qual vendo ir aquele Estado peyorando, disse: logo elle começara a decahir, tanto que de Portugal deixarão de vir estas tres cousas: verdade, espadas largas e portugueses de ouro³⁷²

³⁷⁰ Ibid. p. 94.

³⁷¹ Ibid. p. 71.

³⁷² COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p. 90.

Na última parte do Soldado Prático, Couto dedicou-se a mostrar como as outras regiões de conquista portuguesa não ajudavam Goa a se reerguer e apontou urgência para que essas províncias pudessem resgatá-la do prejuízo financeiro e guerreiro. Derivou-se, dessa consciência, a urgência em explorar territórios africanos:

SOLDADO: Certo que não pode ser mayor, e mais quando todos vemos, eu para a conservação de hum Estado tamanho, como o da India, não lhe basta o que ella dá, e he necessário sustentallo, e ajudallo com outras cousas, e estas ham de ser minas, porque o Estado do que as não tem, sempre he pobre³⁷³

Por isso, o retorno a guerra e o prosseguimento de guerras de conquista são reavaliados no jogo de interesses vivido pelo autor. O cronista buscou o *modus operandi* de outras nações para exemplificar o seu modelo e projetou o aproveitamento de regiões em volta do Índico:

SOLDADO: Vedes a potencia de Castella, a conservação de tantos Reynos, e Senhorios, que só no de Flandes contra os rebeldes tem aquelles Catholicos Reys gastado mais de quarenta milhões de ouro, pois se não tivera minas na Nova Hespanha, e em outras artes, como pudera supprir a tanto³⁷⁴

Sugestivo foi o otimismo que via o avanço das explorações de ouro em Monomotapa e Cambaia, iniciada na regência de D. Sebastião. Para ele, a retomada do interesse nessas regiões poderia satisfazer algumas necessidades urgentes do reino, necessidades essas de base religiosas e mercantis:

SOLDADO: Tres idades das minhas havia mister para dizer o que vi, e o que lá vai, e por humas cousas me esquecem as outras: mas quero deixar isto, e responder a Vossa Merce a pergunta que me fizerao, de qual era por ora mais importante, conquistar-se Ceilão, ou Achem? Digo, senhores, que ambas essas cousas são mui necessárias, mas para que se poderem conquistar, como he razão, primeiro ham de fazer as minhas da prata da Chicua no Reyno de Monomotapa, cousa tão sabida, tão ricas, e prósperas, que excedem a todas as do Mundo: porque eu vi fazer algumas vezes a experiência nas pedras que de lá trouxe Vasco Fernandes Homem, e em outras que muitos truxerao, e eu a fiz em huma onça, que me deo hum Padre de S. Domingos, e respondeo duas partes de prata a huma de pedra, pois esta riqueza, e esta felicidade, que esta em vosso poder, e que ninguém pode ir a ellas, senão entrando por vossa porta, porque se perderá por descuido?³⁷⁵

³⁷³ Ibid. p. 146.

³⁷⁴ Ibid. p. 146.

³⁷⁵ Ibid. p.146.

O termo “descuido”³⁷⁶ utilizado por Couto, refere-se ao desleixo que se fazia com relação ao Reino de Monomotapa. Sua insatisfação devia-se, também, à presença de muitas fortalezas que, na visão do soldado, traziam grandes despesas ao invés dos esperados lucros. Por isso, na terceira cena do último livro, o soldado questionou as ações de exploração dedicadas às fortalezas de Ceilão e Achem, em decorrência das infelizes opções feitas pelos governantes e a falta de retorno entre as posses. Para ele, seria essencial que todas regiões habitadas pelos portugueses se apoiassem, se sustentassem e ajudassem aquelas que estão em decadência, tal como acontecia em Castela. Por isso, indicou a saída pelas riquezas em Monomotapa³⁷⁷.

Segundo Manuel Nunes Dias, o índico africano, com extensas regiões auríferas, despertou a cobiça de desbravadores desde a Antiguidade e, posteriormente, na ascensão das navegações da Modernidade, atiçando a cobiça dos reinos europeus. Com vasta riqueza geográfica, possuía diferentes posses sob o comando do império negro de Monomotapa, recebido o primeiro contato português a partir de D. Manuel:

Ao tempo de Alcaçova (1506), quando os caixeiros-viajantes de D. Manuel principiaram a organizar em sólidas linhas a penetração continental, atraídos pelo ouro dos sertões, o grande senhor das minas era o potentado negro chamado Quesaringo Monomotapa. A sua principal povoação ficava a 24 dias de viagem de Sofala, em pleno sertão, nas vizinhanças das ruínas do Zimbaoé. (...) Quando os pioneiros portugueses tomaram contacto com a terra, encontraram no interior de Sofala o poderoso império politicamente centralizado³⁷⁸

Manuel Dias ensina-nos que o ouro e as outras riquezas foram muito desbravados pelos feitos manuelinos, sendo território conhecido entre os homens do império português. Possuía grande potência aurífera e capacidade de suas terras para plantio de muitas variedades, com posses fecundas em seus sertões³⁷⁹. No mapa, conseguimos perceber a vastidão dessa região:

³⁷⁶ Descuido: Falta de cuidado. Descuidado: Negligente, o que tem pouco ou nenhum cuidado. In: BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português & latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

³⁷⁷ Na História de Portugal, Joaquim Serrão confirma que a região de Monomotapa foi um desejo passado e que se estendeu até o século XVIII. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal (Vol IV)**. Lisboa: Editorial Verbo, 1979. p.198.

³⁷⁸ DIAS, Manuel Nunes. **Os campos do ouro do Monomotapa no século XVI**. Revista de História, nº 35, Julho/Set. 1957, S. Paulo, 1958. p. 114.

³⁷⁹ Ibid. p. 116.

exércitos, e se houver quem duvide destas minas de prata, será porque não sabe disso tanto como eu, pois acerteu estar em Moçambique, em casa de hum parente meu, quando Vasco Fernandes Homem veyo destas minas de prata, e que trouxe o senhor dellas prezo, que o poz em casa deste parente, aonde ouvi praticar sobre estas minas muitas vezes, e como se defendia não se cavarem, e de como os Cafres tiravao as pedras, e o mesmo senhor, que se chamava Achalá, me disse isso, que a Índia para sai, senhores, rende piedosamente, porem para mais milagre he sem thesouros sustentar-se desde Sofala até Maluco, com que dá de si, e ainda forao os cabelos mais, se as mãos não fossem tantas, como disse, por isso, senhores, desenganai a ElRey, que se quer subir a Monarquia, há de mandar conquistar essas minas, e não só se fara tudo o que se pretende, mas ainda enriquecerá Portugal, e Hespanha³⁸¹

Em sua obra “Sofala até Maluco” refere-se ao território de Monomotapa que, como sabido por ele, possuía grandes riquezas que justificavam um norte de recuperação. O cronista explica que os proveitos dessa região deveriam ser conquistados por meio da colonização de cristãos e cristãos da terra, que eram os nativos convertidos. Percebiam a especificidade da indicação de Couto, na qual, em consequência, faria surgir um mercado próprio, uma economia mais estável, além da religiosidade concreta. Assim, as premissas da conquista e da guerra justa confundem-se nesse trecho:

SOLDADO: Eis aqui hum cabedal de oitenta mil cruzados feitas as despesas de seiscentos soldados contínuos para quantos annos quizerem, os quaes se ham de ir sevando todos os annos com cento e cincoenta das Naos do Reyno, e como as minas estiverem descubertas, e com presídios sobre ellas, seria de parecer, que se desse licença geral para toda a pessoa que da Índia quizesse ir em Navio seu as minas com roupas, farinhas, vinhos, conservas, e ficara aquillo tão prospero e farto, que e façao povoações de Portuguezes, e Christãos da Terra, com que fique aquillo outra Nova Hespanha, e della puderão penetrar esse coração da Cafraria até a outra parte da Angola, cm o que se faça comunicável o mar Atlantico com o Indico, porque tenho para mim que há menos de duzentas léguas de travessa³⁸²

SOLDADO: Eis aqui senhores, os proveitos que se tirarão de descobrirem estas minas por esta forma, que disse: Farão o Estado mais prospero, que possa commeter todas as conquistas que quizer, e os vassallos tão ricos, como os da Nova Hespanha, e a Igreja Romana Enriquecida com tantas terras mettidas debaixo da sua obediência, porque logo roda esta Cafraria se há de converter a Fé de Christo, e tomar suavemente, o jugo sem repugnância³⁸³

Por meio dos nortes da religião e da política, Couto integrava suas propostas de intervenção e parece voltar às doutrinas primárias da guerra justa, mesmo em um contexto de

³⁸¹ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático**. AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790 p. 146.

³⁸² Ibid. p. 148.

³⁸³ Ibid. p. 148.

mudanças e transformações. A guerra, pelo instante de sua lembrança, foi atualizada na composição do modelo ideal, um modelo baseado em seu saudosismo. Como lembrança, ela situa-se, também, como modo de reprodução, do que foi e do que é.

Percebam como o Manuel Dias comenta a postura de D. Manuel, nos primeiros anos de contato com o índico africano, o mesmo território que Couto disse que resolverá a desordem:

Quando D. Manuel, depois de assentar em sólidas linhas as rotas da Mina e do Cabo, apregoou, de acôrdo com as suas necessidades de momento e no apogeu do seu domínio, a necessidade de combater no Oriente a expansão do Islão, para glória da fé católica, não se esqueceu de enunciar, à semelhança do que João Afonso fizera nas vésperas do assalto a Ceuta, as tradicionais riquezas do Monomotapa. O ouro da África índica aparecia, então, a um império em franco crescimento, como a seiva vivificadora para ulteriores empreendimentos. Portugal, súbitamente alargado até aos empórios afro-asiáticos, encontraria no ouro do Monomotapa novas fôrças necessárias à sua transformação orgânica, de acôrdo com as possibilidades geográficas e econômicas de expansão do seu capitalismo monárquico³⁸⁴

Consideramos que todas as críticas e soluções apresentadas por Couto convergem nos pressupostos do início da colonização, vistas nos primeiros governantes – estimados na escrita do Soldado Prático. Por isso, pelos signos da guerra, com os interesses e a situação de declínio, remetendo as noções de nacionalismo, autoridade legítima, reta intenção, a causa justa, o ideal da cristandade, a sustentação da paz em prosseguimento da guerra, sustentava-se como modo de reprodução. Portanto, mesmo com a apropriação de elementos e sujeitos, existiu uma certa permanência da estrutura, baseada na interdependência do poder político e religioso, em favor da superação do declínio:

Nós os Portuguezes não assim, porque Deos nosso Senhor tinha determinador mandar dilatar e pregar sua santa Ley por aquellas partes da India, e que os nossos fossem os Authores de cousa tamanha, que foi o mayor mimo, e mercê de todos os que fez aos Filhos de Israel, abrio-lhes o caminho por meyo desse Oceano por distancia de seis mil léguas em seis mezes de jornada, sem risco, nem perigo, porque as tres Naos que a isso forao, todas tornarão a este Reyno (...) Pois terra que vos deo tantas cousas, riquezas e honra, há a quem entre no pensamento, que será bom largar-se? Não o creyo certo, senão se for no de algum infernal inimigo de todo o bem, e honra: por isso senhores, não temos que fallar neste negocio, que será caso contra a Divina Magestadde, e poder-nos-há castigar mui rijidamente por largados tamanha jurisdicção, como a Igreja Catholica Apostolica Romana tem por todas aquellas partes, porque se o Rey por largarem huma Fortaleza aos inimigos, ainda que se vejam sem remédio, manda cortar a cabeça a seu Capitão, e o há por alevantado, e lhe

³⁸⁴ DIAS, Manuel Nunes. **Os campos do ouro do Monomotapa no século XVI**. Revista de História, nº 35, Julho/Set. 1957, S. Paulo, 1958. p. 120.

confisca seus bens, que fará a quem largar tanta Fortaleza, tamanha terra, tão grande Christandade?³⁸⁵

³⁸⁵ COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790. p.160.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A essa altura, conseguimos elencar alguns pontos para a conclusão. O que se buscou nessa dissertação foi entender o papel do *Diálogo do Soldado Prático*, de Diogo do Couto, enquanto instrução política e modelo ideal na conjuntura de declínio do império ultramarino português no século XVII e, sobretudo, identificar em sua documentação a importância do entendimento da guerra para o empreendimento político em diferentes momentos da política ultramarina em Goa.

Para conseguirmos captar todos os sentidos da guerra em sua narrativa, foi preciso ramificar os caminhos para que a conjuntura, a trajetória e as intenções fossem percebidas enquanto importantes indícios do pensamento político do cronista. Em momento algum, foi nosso objetivo a busca concreta das intenções coutianas, mas sim, intentamos demonstrar uma possível compreensão do que o cronista viu e escreveu da Índia portuguesa, do seu espaço de atuação, do imaginário político da Época Moderna e, principalmente, entender um pouco mais sobre a doutrina da guerra justa enquanto dispositivo político inserida numa lógica histórico-antropológica como prática da estrutura, baseada em sua interpretação do poder e da guerra.

O foco no primeiro capítulo foi de entender as motivações religiosas e políticas que encorajaram os portugueses a se expandir e se consolidar enquanto nação concorrente na Era Moderna. Pela cruz e pela espada, tentamos perceber os elementos que faziam parte do imaginário dos homens que se estabeleceram em outras regiões do mundo e como isso dialogava com premissas da cultura letrada – o humanismo - e, também, nas premissas da doutrina cristã, constantemente debatida entre os filósofos da Igreja. Logo, procurou-se interligar esses debates feitos no âmbito teológico enquanto atuação política e projeto intervencionista, presente, ainda, na identidade colonizadora.

Dessa forma, pensamos alguns conceitos que nortearam a ação expansionista e que estiveram presente na escrita de Couto. Dentre eles, a própria identidade portuguesa e o nacionalismo fundado nas particularidades cristãs observadas na sociedade e na cultura. Portanto, os episódios históricos, vistos no decorrer da expansão ultramarina, traziam a doutrina da guerra justa e a luta contra o Islã como característica de sua ação e justificativa intervencionista.

Na segunda parte desse trabalho, procuramos entender um pouco mais sobre a trajetória do cronista Diogo do Couto enquanto funcionário do reino e propulsor de ideias e representações do império português, inserido em uma rede de contatos e agenciamentos em território colonial. Como agente, ele desempenhou funções políticas e publicou obras de

relevância nacional, como a própria narrativa escolhida como fonte. Portanto, foi um capítulo dedicado à sua história e às obras, trazendo à tona a sua conjuntura conturbada do século XVII e a sua proposta para o reino português.

Ressaltamos, também, o local de publicação da obra coutiana, tentando entender o enfoque cultural que se fez de sua obra na publicação feita de Academia Real e por seu sócio, António Caetano do Amaral. Procuramos mostrar como as academias literárias traziam seus interesses pelo pragmatismo político e se utilizavam de obras passadas para interpretar o seu presente e valorizar a história nacional. Disso, inserimos a importância do personagem e da fonte para a história portuguesa.

Vimos como a obra do *Soldado Prático* fazia parte de um repertório de figuras e projeção histórica, tentando entender como Couto articulou suas críticas e trouxe soluções para o declínio da Índia portuguesa. Destacamos o contexto de suas obras e como os diversos outros trabalhos trouxeram questões para a observação histórica dos seus livros, além de indícios para pensarmos as suas soluções.

Finalmente, no último capítulo, esclarecemos suas ideias enquanto base de justificativa intervencionista e como ele pensava e inseria a noção da guerra como modo estruturante do império. Tentamos perceber a ambientação compreendida por Couto e como ele via algumas soluções para conter a crise, de forma a sustentar a hipótese de que a guerra foi ressignificada durante a sua narrativa e durante alguns trechos do diálogo.

Dessa forma, visamos entender a maneira como a perspectiva interpretativa do cronista indicou o modo como ele percebia e se relacionava com o projeto político na Índia, propagando seu específico arquétipo da colonização que buscava na guerra soluções para conter o desequilíbrio da governança imperial e das corrupções. Assim, quando Couto escrevia as glórias do passado, acionava em sua memória a própria estrutura saudosa, procurando estabelecer novas instruções e ações para as autoridades locais.

Compreendemos como na literatura de arbítrio, por seu repertório de tópicos, o estabelecimento do modelo ideal foi o signo da guerra se atualizando no confronto que se estabeleceu enquanto instrução política. Por essa razão, a noção da transformação histórica viu na prática da estrutura e a estrutura da prática como a utilização da guerra foi constante no momento de conquista e no momento de declínio.

É assim que chegamos ao momento final dessa dissertação. Conseguimos perceber que o percurso dos mediadores do reino é vasto e cheio de possibilidades analíticas. Essa análise procurou mostrar Diogo do Couto como um sujeito rodeado de interesses e projetos conflitantes

que se deslocam também em sua interpretação sobre a colonização. Tentamos ver como ele estava em um processo dinâmico de adaptação e interpretação, de tal maneira que o inserimos em uma rede complexa de favorecimentos, corrupção e posturas políticas. Em um jogo cambiante entre cultura e história, esperamos ter contribuído para a investigação da guerra e da guerra justa numa compreensão interdisciplinar entre a História e a Antropologia.

FONTES IMPRESSAS

COUTO, Diogo do. **Observações sobre as Principaes Causas da Decadência dos Portuguezes na Ásia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Diálogo, com o Título de Soldado Prático.** AMARAL, António Caetano (ed. lit.). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790.

COUTO, Diogo. **O soldado prático.** Texto restituído, prefácio e notas pelo professor M. Rodrigues Lapa. Cf: LAPA, Manuel Rodrigues. Lisboa: 3ªEd, Clássicos Sá Costa, 1980.

BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos, teses e dissertações

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. Lisboa, 2006. Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/>. Acesso em: 03 de outubro/2019.

ALMEIDA BORGES, Graça. **Resistir pela distância: a autonomia do Estado da Índia no governo do império, séculos 16-17**, Investigaciones Históricas, época moderna y contemporánea, 38 (2018), pp. 103-130. Disponível em: <https://doi.org/10.24197/ihemc.38.2018.103-130>

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional.** Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática. 1989.

ANDRADE, Luiz Cristiano O. **A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador.** (Dissertação – Mestrado). 2004. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AVELAR, Ana Paula M. **Visões do oriente. Formas de sentir no Portugal de Quinhentos.** Lisboa: Colibri, 2003

BAPTISTA, Maria Manuela Pinto Soares. **A emergência do discurso cronístico em Gaspar Correia e Diogo do Couto - Índícios de um (des)governo português na Índia quinhentista.** Lisboa: Universidade Aberta, Departamento de Humanidades. 2014.

BARROS, José D'Assunção. **Passagens de Antiguidade Romana ao Ocidente Medieval: leituras historiográficas de um período limítrofe.** Revista de História, São Paulo, v.28, n.1, p. 547 – 573, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100019>

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Orgs). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800.** Lisboa: Edições 70, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador.** Trad. Armand Colin. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2002.

BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português 1415 – 1825.** Trad. Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BUESCO, Ana Isabel. **Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)**. Lisboa: Cosmos, 1996.

CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política no Portugal do antigo regime**. Lisboa: Edição Cosmos, 1998.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um iluminismo português?: a reforma da Universidade de Coimbra de 1772**. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

COELHO, Maria Helena Cruz. **Clivagens e Equilíbrios da sociedade portuguesa quatrocentista**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo, v.3, n.5, 1998.

COSTA, João Paulo; RODRIGUES, José Damião & OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera Livros, 2014.

CRUZ, Maria Augusta Lima. **Diogo do Couto (1542-1616): vida e obra de um autor polémico**. In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017**. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, v. 47, pp. 157-170. 2018.

CRUZ, Maria Leonor García da. **Os “Fumos da Índia” uma leitura crítica da Expansão Portuguesa**. Com uma antologia de textos. Edição Cosmos. Lisboa, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosaic & Naif, 2014.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII**. ICS: Lisboa, 2007.

DE SOUSA, Renata Floriano. **Guerra Justa: início, meio e fim em Francisco de Vitoria**. 2017. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Humanidades. Programa de Pós-graduação em Filosofia.

DIAS, Manuel Nunes. **Os campos do ouro do Monomotapa no século XVI**. Revista de História, nº 35, Julho/Set. 1957, S. Paulo, 1958. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1958.107060>

DOMINGUES, Angela. **Museus, colecionismo e viagens científicas em Portugal de finais de Setecentos**. Asclepio, 71(2), p. 271. 2019. <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.12>

DORE, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 311-339, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200004>

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2 v. 1993.

FALCON, Francisco. **História das Ideias**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIA, Patrícia Souza de. **A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo (séculos XVI e XVII)**. 2008. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História.

FERREIRA DE SOUSA, Rafaella Caroline Azevedo. **O rei, os poderes e a literatura: virtudes e pecados na prosa civilizador de D. Duarte e D. Pedro (Portugal – sécs. XIV e XV)**. 2013. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói.

FREITAS, Ludmila Gomides. **O sal da guerra: Padre Antônio Vieira e as Tópicas Teológico-jurídicas na apreciação da Guerra Justa contra os índios**. 2014. Tese (Doutorado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário**. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMIDE, Ana Paula Sena. **Novos encontros, antigos conceitos: hierarquização e (des) qualificação social na Índia portuguesa (Séculos XVI-XVII)**. Revista Temporalidades, Revista de História, I Edição 21, V. 8, N. 2, 2016.

GONÇALVES, Isabel Cristina Ramos. **A Península Ibérica se desprende da Europa na Ficção de José Saramago**. In: **Letras em foco. Anais da II Semana de Letras, VI Semana de Linguística e Filologia**. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

GOUVEIA, António Camões. **“Estratégias de interiorização da disciplina, saber e poder”**. pp. 367-389. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4.1998.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

HESPANHA, António Manuel. **A representação da sociedade e do poder**. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4.1998.

HESPANHA, António Manuel. **A Identidade Portuguesa**. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4.1998.

HESPANHA, António Manuel. **Às Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII**. Editora Almedina. São Paulo, 1994.

HESPANHA, António Manuel. **Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou revisionismo dos trópicos.** In. MELLO E SOUZA, Laura de. FURTADO, Junia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos Povos.** São Paulo: Alameda, 2009.

LAMBERT, Mariana. **A Real Academia das Ciências de Lisboa.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional e a História Luso- Brasileira. Publicado: Terça, 24 de janeiro de 2017. Disponível em:
http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4015:comentario-real-academia-das-ciencias-delisboa&catid=91&Itemid=331. Acesso em: 03 de outubro/2019.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Portugueses no Mundo do Século XVI. Espaços e produtos.** Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

MARCOCCI, Giuseppe. **Resenha de: PANEGASSI, Rubens.** Revista Varia história. Belo Horizonte, v.30 n.52, p. 317-320, Jan./Apr. 2014. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000100015>

MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII).** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em:
<https://doi.org/10.14195/978-989-26-0570-8>

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. **O Soldado Prático e a lógica da "economia do dom".** São Paulo: Revista USP, (83), pp. 127-135, 2009. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i83p127-135>

MARTINS, António Coimbra. **Em torno de Diogo do Couto e seus livros.** Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. 1985.

MARTINS, António Coimbra. **História de Diogo do Couto e seus livros.** Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Política e Administração Colonial. Problemas e Perspectivas.** In. MELLO E SOUZA, Laura de. FURTADO, Junia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos Povos.** São Paulo: Alameda, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. João V (1706-1750). O ouro, a Corte e a diplomacia.** pp. 410-415. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870).** Lisboa: Estampa, v. 4.1998.

MOTA, Isabel Ferreira da. **Portugal e o governo das paixões: História e Política em António Caetano do Amaral.** Coimbra: Revista Portuguesa de História, pp. 609-628. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.14195/0870-4147_45_25

PADGEN, Anthony. **Povos e Impérios: uma história de migrações e conquistas – Da Grécia até a atualidade.** Trad. Marta Miranda O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

PAES, Maria Paula Dias Couto. **De Romatinas a Christianitas: o Humanismo à portuguesa e as visões sobre o reinado de Dom João III, O Piedoso.** Revista Varia história. Belo Horizonte, v.23, n.38: p. 500-514. Julho/Dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752007000200015>

PANEGASSI, Rubens Leonardo. **As temporalidades e os fundamentos universalistas da violência na modernidade.** In: VIEIRA, Alba Pedreira e MAGALHÃES, Claudio José. **Arte e Violência: ensaios em movimento.** Ed. UFV, Viçosa, 2017.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O mundo universal: alimentação e as aproximações culturais no Novo Mundo ao longo do século XVI.** 2008. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pasto dos Brutos: Contexto de João de Barros, “Horizonte Histórico” e Política nas Décadas da Ásia.** 2013. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. **Discurso sobre a dignidade do homem.** Tradução e introdução de Maria de Lurdes Sirgado Ganho. Lisboa: Edições 70, 2001.

POCOCK, J.G.A. **Quentin Skinner: a história da política e a política da história.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Topoi, Revista de História, v. 13, n. 25, jul./dez., 2012.

PORTELA, Ludmila N Santos. **A reconquista como mito unificador: a legitimidade da coroa cristã castelhana na baixa idade média.** VI Congresso Internacional Ufes/Paris-Est. Culturas Políticas e Conflitos sociais. Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est. 2017.

RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância.** São Paulo: Alameda, 2008

ROMEIRO, Adriana. **O governo dos povos e o amor ao dinheiro.** Belo Horizonte: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano/vol. 51, p. 106-121. 2015.

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil. Uma história, séculos XVI e XVII.** 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1990.

SALLES, Wesley Dartagnan. **A quebra do paradigma “Sentido Da Colonização”:** notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos. Almanack, Guarulhos, n. 15, p. 245-293, Apr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320171507>

SANTOS, Catarina Madeira. **Goa é a chave para Toda a Índia: perfil político da capital do Estado da Índia.** Lisboa: CNCDP, 1999.

SARAMAGO, José. **A jangada de pedra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre a longa viagem da biblioteca dos reis**. In: DUTRA, Eliana de & MOLLIER, Jean-Yves (orgs). **Política, Nação e Edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII- XX**. São Paulo: Annablume, v. 1, pp. 11-48. 2006.

SEBASTIANI, Breno Battistin. **A Política como Objeto de Estudo. Tito Lívio e a Reflexão Historiográfica Romana do Século I a.C.** Universidade de São Paulo, Revista de História 154 (1º - 2006), pp. 297-315. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i154p297-315>

SEIXAS, Jacy Alves de. **Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção. Uma reflexão (In) atual para a História?**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUCSP: Artes da História & outras linguagens, n. 24, junho/02

SERRÃO, Joaquim Verissimo. **História de Portugal (Vol III)**. Lisboa: Editorial Verbo, 1979

SERRÃO, Joaquim Verissimo. **História de Portugal (Vol IV)**. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

SILVEIRA, Francisco Rodrigues. **Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental**. Transcrição, notas e índice de Benjamim N. Teesma. Introdução histórica de Luís Felipe Barreto, George Davison Winus e Benjamim N. Teesma. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

SILVEIRA, Marco Antonio. **Razão de Estado e colonização: algumas questões conceituais e historiográficas**. Unesp, São Paulo: Revista de História, v. 37, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e20181012>

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro, Laura Teixeira Motta. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SOUZA, Teotônio R. **Da Torre do Tombo à Gova Purabhilekha: comemorando 400 anos do Arquivo Histórico de Goa**. Lisboa: Anais da Academia Portuguesa da História, Comunicação apresentada em sessão ordinária de 25 de outubro de 1995. II série, v. 41, 2003.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e econômica**. Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto. 1ªEd. Lisboa: Difel, 1993.

SUBTIL, José. **No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807)**. pp. 415-424. In: MATTOSO, José (dir.); HESPAÑA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1870)**. Lisboa: Estampa, v. 4.1998.

THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**. Memória e Sociedade, Editora Difel, 2ª edição. 1994.

VAINFAS, Ronaldo & BENTES, Rodrigo. **Império de várias faces**. 1ed. Rio de Janeiro: Alameda, 2009.

VILA –SANTA, Nuno. **O Primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto e os seus contemporâneos**. In J. D. S. Maia (Ed.), **Memórias 2017**. Lisboa: Academia de Marinha, Universidade de Nova Lisboa, v. 47, pp. 171-190. 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu. A retórica do poder**. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

XAVIER, Ângela Barreto. **A Lenda Negra: História e Historiografia**. Lisboa: FCSH/NOVA, Conferência CHAM, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GaJSfpz0Pck>. Acesso em: 03 de outubro/2019.

XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII**. 2ªEd. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

ZERON, Carlos Alberto. **A Ocidente do Ocidente: Linhas e Perspectivas de confronto**. Revista de História, São Paulo, n. 170, jan.-jun, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p77-106>

OBRAS DE REFERÊNCIA

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Edições 70, Lisboa. 2010.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português & latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I**. BOBBIO, Norberto; MATETEUCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 3.0. [CD-ROM]. 2009.

Dicionário Etimológico da Mitologia Grega multilingue On Line (DEMGOL). 2013.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409973/mod_resource/content/2/demgol_pt.pdf.

